

INSTITUTO FEDERAL SUL-RIO-GRANDENSE
CÂMPUS PELOTAS VISCONDE DA GRAÇA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS E TECNOLOGIAS
NA EDUCAÇÃO MESTRADO PROFISSIONAL EM CIÊNCIAS E
TECNOLOGIAS NA EDUCAÇÃO

PROGRESSÃO PARCIAL NA MODALIDADE
SEMIPRESENCIAL COMO POSSIBILIDADE DE MINIMIZAR OS
ÍNDICES DE EVASÃO E REPROVAÇÃO NO IFSul

João Francisco de Castro Collares

Pelotas – RS

2024

João Francisco de Castro Collares

**PROGRESSÃO PARCIAL NA MODALIDADE
SEMIPRESENCIAL COMO POSSIBILIDADE DE MINIMIZAR OS
ÍNDICES DE EVASÃO E REPROVAÇÃO NO IFSul**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências e Tecnologias na Educação do Câmpus Pelotas Visconde da Graça do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Ciências e Tecnologias na Educação. Área de concentração: Tecnologias na Educação.

Orientador: Prof. Dr. Fernando Augusto Treptow Brod
Coorientador: Prof. Dr. Nelson Luiz Reyes Marques

Pelotas – RS

2024

Ficha Catalográfica

C697p Collares, João Francisco de Castro.
Progressão parcial na modalidade semipresencial como possibilidade de minimizar os índices de evasão e reprovação no IFSul / por João Francisco de Castro Collares. – 2024.
173 f. : il. ; color.

Orientador: Prof. Dr. Fernando Augusto Treptow Brod
Coorientador: Prof. Dr. Nelson Luiz Reyes Marques

Possui Produto Educacional

Dissertação (Mestrado) - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense, Programa de Pós-Graduação em Ciências e tecnologias na Educação, Mestrado Profissional em Ciências e Tecnologias na Educação, Pelotas, 2024.

1. Tecnologia na Educação. 2. Plano de Intervenção Pedagógica. 3. Metodologias Ativas. 4. Ensino Semipresencial. 5. Permanência e Êxito. I. Brod, Fernando Augusto Treptow. II. Marques, Nelson Luiz Reyes III. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense – IFSul. IV. Título.

CDD 370

Catálogo na publicação:
Bibliotecária Cristiane Pereira da Silva CRB 10/1880
Biblioteca IFSul - Câmpus Pelotas

INSTITUTO FEDERAL SUL-RIO-GRANDENSE

CÂMPUS PELOTAS VISCONDE DA GRAÇA

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS E TECNOLOGIAS
NA EDUCAÇÃO MESTRADO PROFISSIONAL EM CIÊNCIAS E
TECNOLOGIAS NA EDUCAÇÃO**

João Francisco de Castro Collares

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências e Tecnologias na Educação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Ciências e Tecnologias na Educação. Área de concentração: Tecnologias na Educação.

Banca Examinadora:

Orientador: Prof. Dr. Fernando Augusto Treptow Brod

Coorientador: Prof. Dr. Nelson Luiz Reyes Marques

Prof. Dr. Marcos André Betemps Vaz da Silva (IFSul Câmpus Visconde da Graça)

Profa. Dra. Cinara Nascimento Ourique (IFSul Câmpus Pelotas)

Profa. Dra. Denise Nascimento Silveira (UFPeI)

Pelotas – RS

2024

Dedico este trabalho a todos os alunos que, com esforço, superam as dificuldades encontradas em seu itinerário formativo, alcançando o êxito acadêmico nos diferentes níveis de escolarização e aos que, com resiliência, persistem lutando para conseguirem realizar seu projeto de vida pessoal e profissional. Aos colegas professores e professoras que, em sala de aula, são sensíveis ao atenderem não somente os alunos em processo de inclusão, mas também possuem um olhar a mais para os demais, considerando as dificuldades e defasagens que eles apresentam. Eles respeitam o ritmo de aprendizagem de cada um, não tendo como principal foco os instrumentos de avaliação, mas sim, o desafio de promover, através do uso de metodologias diferenciadas, a aquisição efetiva do conhecimento por parte dos alunos.

AGRADECIMENTOS

Com muita gratidão, expresso o meu reconhecimento e oferto esse trabalho a todos que, de alguma maneira, iluminaram o caminho durante o meu Mestrado Profissional em Ciências e Tecnologias na Educação.

Primeiramente, agradeço a Deus, fonte de toda vida e amor. Sua presença foi o farol nas noites mais escuras e a brisa suave nos dias de calma. A fé nesse amor infinito me sustentou nas adversidades e me impulsionou a seguir adiante.

Aos meus inesquecíveis pais, Alvacyr Faria Collares e Judith de Castro Collares. Vocês foram pais, professores e pessoas exemplares. Deixaram um legado de contribuições na vida das pessoas e, especialmente, na minha. Agradeço por terem influenciado diretamente na minha escolha profissional e pela formação da pessoa que sou.

À minha amada Ana Eneida Cardoso Collares, esposa e companheira para a eternidade, e ao meu querido filho João Francisco Cardoso Collares. Obrigado por todo o apoio incansável no dia a dia! Vocês foram essenciais para que eu enfrentasse os desafios e realizasse mais esse projeto de vida. A presença de vocês é fundamental em todos os momentos da minha existência.

À minha colega do mestrado, amiga, secretária do PPGCITED, Eliana Castro Batalha. Meu sincero agradecimento pelo apoio junto ao Colegiado do PPGCITED durante os momentos em que estive enfermo e o período de recuperação.

Ao meu colega, irmão escoteiro e grande amigo, Prof. Dr. Ricardo Lemos Sainz. Agradeço pela troca de experiências sobre o fazer do professor em sala de aula. Acompanhar seu trabalho de Progressão Parcial e de Recuperação Paralela com os alunos foi inspirador e norteador para o meu Projeto de Mestrado.

Ao meu Orientador Prof. Dr. Fernando Augusto Treptow Brod. Sua sugestão de tema para a dissertação, as aulas ministradas na Disciplina de Discurso do Sujeito Coletivo (DSC) e todas as contribuições que recebi durante as suas orientações foram fundamentais para a conclusão deste trabalho.

Ao meu Coorientador Prof. Dr. Nelson Luiz Reyes Marques. Suas qualificadas aulas de Teorias da Aprendizagem e as sugestões durante a orientação foram valiosas para a Qualificação e Defesa da Dissertação de Mestrado.

Aos colegas do IFSul Prof. Dr. Marcos André Betemps Vaz da Silva e Profª. Dra. Cinara Nascimento Ourique, e à Profª. Dra. Denise Nascimento Silveira (UFPel).

Agradeço por terem aceitado compor a Banca de Avaliação do Mestrado. Seus Pareceres e contribuições ao final da defesa da Qualificação aprofundaram e enriqueceram o meu trabalho.

Aos amigos Cristiane Oliveira Fabres e Diego Isnard. Obrigado, Cris, pela incansável contribuição na formatação do trabalho e, Diego, pelo profissionalismo como Designer na concepção da arte final do Produto Educacional! A ajuda de vocês foi fundamental para o sucesso deste desafio.

Em memória, à Profª. Adélia Celestina Correa. Ela iniciou esta trajetória comigo, mas seu percurso foi interrompido. Guardo sua lembrança com carinho.

Aos meus colegas de trabalho e amigos. Que com o necessário apoio e palavras de incentivo, informações valiosas e gestos de afeto, mostraram-me que a solidariedade e a amizade são tesouros inestimáveis. Vocês foram mais do que companheiros: foram cúmplices de uma etapa significativa da minha vida.

À equipe do Programa de Pós-graduação em Ciências e Tecnologias na Educação. Meu sincero reconhecimento pela excelência e dedicação. Cada desafio proposto foi uma oportunidade de crescimento, e cada conhecimento compartilhado, uma semente para o futuro.

A todos(as) que nomeiei e a quem possa ter esquecido. Que este agradecimento seja o reflexo da minha estima e consideração por todos vocês. Juntos, construímos mais do que uma formação acadêmica: edificamos uma comunidade de aprendizado, respeito e humanidade.

“O saber é o primeiro instante, o descobrimento dos problemas. Um começo de adaptação à vida. A verificação de um conflito entre mim e o sistema do mundo em que vivo. A solução, não a tenho no pensamento. Ajusto-a aos atos. Cada ato meu tem sentido resolutório. Qualquer gesto, qualquer palavra, quaisquer movimentos significam uma tomada de posição. Primeiro, diante de mim mesmo; depois, diante do tu. E sempre diante do Transcendente. A sabedoria esgota-se no equilíbrio, no ajustamento à vida com todas as suas consequências” (Collares, 1978).

RESUMO

A perspectiva, em relação à pesquisa, vai ao encontro da busca de informações para um bom delineamento na construção do processo de oferecimento da Progressão Parcial (PP), como alternativa relevante para a minimização dos elevados índices de evasão e reprovação, no Instituto Federal Sul-rio-grandense - Câmpus Pelotas. A elaboração deste trabalho surgiu a partir de uma inquietação do pesquisador/docente que percebeu, através de sua experiência administrativa-pedagógica, que a Progressão Parcial no IFSul - Câmpus Pelotas necessitava de reformulação do seu regramento. Aqui, descreve-se como ocorre a PP e apontam-se as fragilidades e potencialidades presentes no processo. Assim, este trabalho, com base na Legislação Educacional vigente e na investigação das práticas dos professores, propõe uma ressignificação na busca de um diferencial para proporcionar aprendizagens efetivas, capazes de recuperar conhecimentos não alcançados com êxito pelos alunos. Também se tem por objetivo oferecer subsídios para a regulamentação da Progressão Parcial, adequando-os, por meio de introdução de uma prática embasada nas metodologias ativas, através da Modalidade Semipresencial e da customização da Plataforma AVA-Institucional. Paralelamente à Progressão Parcial, o presente estudo trata também da Recuperação Paralela (RP) como uma prática de suporte preventivo capaz de minimizar o número de alunos que ficam em reavaliação, aprovam em regime de Progressão Parcial, reprovam ou evadem. O trabalho final visou desenvolver um produto educacional que oferece diretrizes para a implementação da Progressão Parcial e da Recuperação Paralela no IFSul - Câmpus Pelotas. Este produto educacional propõe estratégias pedagógicas adaptadas ao ensino semipresencial, utilizando o Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) institucional e as tecnologias educacionais. O resultado é um recurso concreto que reflete a aplicação prática do conhecimento científico adquirido, com o intuito de enriquecer a formação docente e otimizar os processos de ensino-aprendizagem na Educação Básica e corroborar para a permanência e êxito acadêmico.

Palavras-chave: Recuperação Paralela; Recuperação Parcial; Ensino Semipresencial; Plano de Intervenção Pedagógica; Metodologias Ativas; Permanência e Êxito.

ABSTRACT

The research perspective aligns with the quest for information to enhance the design of the Partial Progression (PP) process as a relevant alternative for mitigating high dropout and failure rates at the Federal Institute of Southern Rio Grande - Pelotas Campus. This work emerged from the researcher's pedagogical and administrative experience, which highlighted the need for reformulating the regulations governing Partial Progression at IFSul - Pelotas Campus. This work delves into the process of Partial Progression (PP), identifying its strengths and weaknesses. Based on current educational legislation and an exploration of teachers' practices, the study proposes a redefinition aimed at providing a distinctive approach to facilitate effective learning. It seeks to address gaps in students' knowledge that were not successfully covered. Additionally, the research aims to contribute guidelines for regulating Partial Progression by introducing active methodologies, leveraging a blended learning approach and customizing the Institutional Learning Management System (LMS). In addition to Partial Progression (PP), this study explores Parallel Recovery (PR) as a preventive support practice capable of reducing the number of students who face reevaluation, pass under Partial Progression, fail, or drop out. The final work aimed to develop an educational product that provides guidelines for implementing both Partial Progression and Parallel Recovery at IFSul - Pelotas Campus. This educational product proposes pedagogical strategies tailored to blended learning, utilizing the institutional Virtual Learning Environment (VLE) and emerging educational technologies. The tangible outcome reflects the practical application of acquired scientific knowledge, aiming to enrich teacher training and optimize teaching-learning processes in Basic Education, ultimately contributing to student retention and academic success.

Keywords: Parallel Recovery; Partial Recovery; Blended Learning; Pedagogical Intervention Plan; Active Methodologies; Academic Success and Retention.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Avaliação dos resultados do 1º Semestre dos anos letivos (2013/1 a 2018/2) dos Cursos Técnicos Integrados do IFSul Câmpus Pelotas/RS	46
Figura 2 - Avaliação dos resultados do 2º Semestre dos anos letivos (2013/1 a 2018/2) dos Cursos Técnicos Integrados do IFSul Câmpus Pelotas/RS	46
Figura 3 - Resultado do percentual de avaliação acumulativo do 1º Período letivo (2013/1 a 2018/2) dos Cursos Técnicos Integrados do IFSul Câmpus Pelotas/RS	47
Figura 4 - Resultado do percentual de avaliação acumulativo do 2º Período letivo (2013/1 a 2018/2) dos Cursos Técnicos Integrados do IFSul Câmpus Pelotas/RS	47
Figura 5 -Alunos aprovados/reprovados por disciplina no 1º semestre letivo em 2018/2 dos Cursos Técnicos Forma Integrada do IFSul Câmpus Pelotas/RS	48
Figura 6 -Alunos aprovados/reprovados por disciplina no 2º semestre letivo em 2018/2 dos Cursos Técnicos Forma Integrada do IFSul Câmpus Pelotas/RS	49
Figura 7 -Progressão Parcial – DSC1 – A Progressão Parcial está pautada no resultado e não no processo de aprendizagem escolar.	86
Figura 8 - Progressão Parcial – DSC2 – Aumentar o número de disciplinas em Progressão Parcial.	88
Figura 9 - Progressão Parcial – DSC3 – Recuperação de objetivos e conteúdos que o aluno não alcançou êxito.	91
Figura 10 - Progressão Parcial – DSC4 – Progressão Parcial pautada na recuperação de resultados.	95
Figura 11 - Progressão Parcial – DSC5 – Utilização das TICs e EaD.	98
Figura 12 – Validação do Produto DSC 1– Pautado na avaliação do Guia de Referência – Progressão Parcial e Recuperação Paralela na Modalidade Semipresencial.	124
Figura 13 – Validação do Produto DSC 2–Pautado em futuras discussões sobre a PP e RP na Modalidade Semipresencial.	125

LISTA DE ABREVIATURAS

AEEs - Alunos com Necessidades Educacionais Especiais

APNP - Atividade Pedagógica não Presencial

AVA - Ambiente Virtual de Aprendizagem

ACS - Ancoragem

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CEB - Câmara de Educação Básica

CEFET-RS - Centro Federal de Educação Técnica do Rio Grande do Sul

CF - Constituição Federal

CGTEE - Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica

CNAT - Coordenadoria de Área de Ciências da Natureza, Matemática e suas Tecnologias

CNE - Conselho Nacional de Educação

COAP - Coordenadoria de Apoio Pedagógico

COAE - Coordenadoria de Assistência Estudantil

COVID19 - Coronavírus 19

DSC - Discurso do Sujeito Coletivo

DEAP - Departamento de Aprendizagem, Permanência e Êxito

DERA - Departamento de Registros Acadêmicos

DIN - Curso Técnico Integrado de Desenho Industrial

EaD - Educação a Distância

ENCCEJA - Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos

ENEN - Exame Nacional do Ensino Médio

E-CH - Expressões-chaves

EPCT - Educação Profissional, Científica e Tecnológica

ERE - Ensino Remoto Emergencial

ETFPel - Escola Técnica Federal de Pelotas

ETP - Escola Técnica de Pelotas

ETR - Ensino e Tecnologia em Revista

FNDE - Fundação Nacional de Desenvolvimento da Educação

IAD - Instrumento de Análise do Discurso

IC - Ideia Central

IEA - Eficiência Acadêmica

IFSul - Instituto Federal Sul-rio-grandense

IFSul - CAVG – Instituto Federal Sul-rio-grandense – Câmpus Visconde da Graça

IFSul - PL - Instituto Federal Sul-rio-grandense-Câmpus Pelotas

LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação

MEC - Ministério da Educação

Moodle - Ambiente de Aprendizagem Dinâmico Modular Orientado a Objetos

O.D - Organização Didática

PIP - Plano de Intervenção Pedagógica

PNLD - Programa Nacional do Livro Didático

PP - Progressão Parcial

PPGCITED - Programa de Pós-Graduação em Ciências e Tecnologias na Educação

RP - Progressão Paralela

TCU - Tribunal de Contas da União

TDIC - Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação

TICs - Tecnologias de Comunicação e Informação

TSI - Curso Tecnólogo em Sistema de Informação

UCPel - Universidade Católica de Pelotas

WEB - Rede de Internet

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	16
2. PENSAR A EDUCAÇÃO A PARTIR DA TRAJETÓRIA DOCENTE	20
3. PROBLEMATIZAÇÃO DA PROGRESSÃO PARCIAL NO IFSul-PL	24
4. O QUE DIZEM OS DOCUMENTOS OFICIAIS	33
4.1 A PROGRESSÃO PARCIAL NA LEGISLAÇÃO PÁTRIA	33
4.2 O REGIME DE PROGRESSÃO PARCIAL NO IFSUL	44
4.3 RECUPERAÇÃO PARALELA: UMA PRÁTICA DE SUPORTE PREVENTIVO	49
5. CONTEXTO DO ESTUDO: HISTÓRICO DO IFSul	60
6. ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE EDUCAÇÃO	71
6.1.O PROFESSOR(A) NO PROCESSO DE EDUCAR	73
6.2 EDUCAR EM UM OUTRO CAMINHO	74
7. PERCURSO METODOLÓGICO	80
7.1 METODOLOGIA DO ESTUDO DE CASO	80
7.2 DISCURSO DO SUJEITO COLETIVO	83
7.3 OS SUJEITOS DA PESQUISA	85
7.4 RESULTADOS E DISCUSSÕES DO DSC	85
8.1 PERCEPÇÕES SOBRE O PRODUTO EDUCACIONAL	105
8.2 BREVES REFLEXÕES SOBRE A TEMÁTICA.....	110
8.3 GUIA DE REFERÊNCIA - PROGRESSÃO PARCIAL E RECUPERAÇÃO PARALELA NO MODELO SEMIPRESENCIAL.....	115
9. VALIDAÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL	125
9.1 ETAPAS DO PROCESSO DE VALIDAÇÃO	125
9.3 PRODUTO EDUCACIONAL - RESULTADOS E DISCUSSÕES DO DSC.....	128
10. CONSIDERAÇÕES FINAIS	132
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	135
APÊNDICE – GUIA DE REFERÊNCIA – PROGRESSÃO PARCIAL E RECUPERAÇÃO PARALELA NO MODELO SEMIPRESENCIAL	139

1. INTRODUÇÃO

A perspectiva em relação à pesquisa vai ao encontro da busca de informações para um bom delineamento na construção do processo de oferecimento da Progressão Parcial (PP), como alternativa relevante, para a minimização dos elevados índices de evasão e reprovação no Instituto Federal Sul-rio-grandense - Câmpus Pelotas.

A forma em que atualmente é oferecida, não atende aos preceitos legais previstos. Também, encontra-se distante de focar a recuperação com programas especiais, para cada aluno, das aprendizagens que não ocorreram, justamente aquelas em que o discente não alcançou êxito.

A elaboração deste trabalho surgiu a partir de uma inquietação do pesquisador/docente que percebeu, através de sua experiência administrativo-pedagógica, que a Progressão Parcial, na forma em que vem sendo oferecida, está aquém de atender aos preceitos legais vigentes, visto que é oferecida de diferentes formas, caracterizando um tratamento desigual entre os discentes na mesma instituição.

Assim, este estudo pretende investigar práticas de docentes, a fim de propor suas ressignificações na busca por um diferencial para proporcionar aprendizagens efetivas e capazes de recuperar conhecimentos não alcançados pelo discente, quando cursados em período regular anterior à Progressão Parcial. Também, objetiva-se regulamentar a Organização Didática (O.D) vigente no IF Sul Câmpus Pelotas, aprovada pela Resolução nº 90/2012, mais especificamente no capítulo XXIV do artigo 134, contemplando-o com a denominação “Progressão Parcial” e, adequando-o por meio da introdução de uma prática baseada nas metodologias ativas.

A idealização da “Progressão Parcial” (LDB nº9394/96) tem caráter similar e alternativo ao dispositivo da “Dependência”, regulamentada pela lei anterior (Lei nº 5692/71). A Dependência trazia a mera classificação e seu respectivo ordenamento. A Progressão Parcial já impõe a discussão sobre a aprendizagem e seus processos avaliativos e sobre as condições necessárias ao direito de aprender (CNE, 2000).

O dispositivo da progressão parcial traz uma ruptura com a cultura da reprovação, conforme descrito no Parecer CNE/CEB nº12/1997, que atrela a reflexão sobre a avaliação aos processos e meios de progressão de aprendizagem, superando a delimitação formal e artificialmente classificatória atribuída à figura da dependência (BRASIL, 1997).

Observando a Lei nº5692/71, que aceitava convencionar os limites de “uma ou duas disciplinas” com ênfase classificatória, é visível o contraditório, conforme o paradigma do Parecer CNE/CEB nº22/2000, em que se destaca o “direito de aprender” como cerne da discussão sobre a Progressão Parcial, enfatizando a aprendizagem como objeto principal do processo educativo, não limitando o número de disciplinas a serem cursadas na modalidade (BRASIL, 1971).

Os procedimentos e normas adotados para a progressão deverão assegurar os meios necessários para a aprendizagem, que não tenha se consolidado nos espaços-tempos regularmente ofertados, por razões diversas, a serem criteriosamente diagnosticadas pela escola.

As modalidades de progressão devem se vincular à modelagem dos processos de aprendizagem promovidos pela instituição de ensino, não com o objetivo de meramente replicá-los, mas de forma a considerar os fundamentos epistêmico-metodológicos que particularizam as práticas educativas promovidas em seu interior. Assim, as diferentes estratégias a serem definidas, nos Planos de Intervenção Pedagógica para a Progressão Parcial, deverão prever itinerários alternativos de estudo para o aluno, preservando, no entanto, o perfil pedagógico escolar e a sequência curricular estabelecida em seus programas.

Os conhecimentos a serem consolidados, por meio de um planejamento especial de estudo, correspondem a uma parcela variável, particularizada dos saberes escolares previstos para cada disciplina e série. Logo, não se justifica convencionar, de antemão, que o discente não aprendeu o referido conteúdo como um todo e, sim, explorar qual ponto não foi assimilado e apresentá-lo de forma nova e apreensível.

Os critérios de aprovação nos programas de Progressão Parcial devem versar, exclusivamente, sobre os saberes a serem consolidados por meio dos Planos de Intervenção Pedagógica especiais e individuais que, segundo o regramento do próprio

Câmpus Pelotas, é elaborado pelo professor em parceria com a coordenação de curso e a área de supervisão pedagógica, determinando a sistemática dos estudos da Progressão Parcial.

O conteúdo deve ser delimitado, previamente, mediante avaliação diagnóstica realizada pelos professores, de forma a assegurar a particularização de seu itinerário de estudos, visando à superação de suas reais limitações de aprendizagem, tendo em vista o compromisso inarredável com o diagnóstico das condições de aprendizagem de cada aluno e com as respectivas estratégias de recuperação que venham a se constituir em efetivas “alavancas de progresso ao aluno”, tal como preconiza o Parecer CNE/CEB nº22/2000.

A conduta a ser adotada pelo IFSul é o fator determinante que implicará diretamente na real recuperação de aprendizagem, habilidades e competências.

As possibilidades oferecidas pelas Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC) ampliam as possibilidades de interação entre professor e aluno, flexibilizando o processo de mediação pedagógica no tempo e no espaço, diversificando seu modelo de ensino, pois permitem a elaboração de um Projeto Integrador com atividades à distância.

A modalidade de Educação a Distância (EaD) possui uma estreita relação com as Tecnologias da Informação e Comunicação (TDIC), o que possibilita pensar em um outro direcionamento para a Progressão Parcial. Nesse sentido, o objetivo geral do trabalho é a construção de um produto educacional que contemple caminhos para a regulamentação da Progressão Parcial, no âmbito do IFSul, com estratégias pedagógicas que se utilizem parcialmente de metodologias EaD.

Como objetivos específicos, o presente trabalho pretende: descrever como ocorre a Progressão Parcial no IFSUL - Câmpus Pelotas; compreender quais são as potencialidades e/ou fragilidades presentes na organização e na estruturação da Progressão Parcial; introduzir uma nova prática, utilizando a modalidade semipresencial, baseada nas Tecnologias Digitais de Informação e de Comunicação (TDIC) e em suas ferramentas, sempre visualizando o espaço da Progressão Parcial como atividades de recuperação de conhecimentos em que o discente não alcançou êxito, as quais devem ser planejadas para cativar e motivar os alunos.

Aliado ao desejo de pesquisar a prática da Progressão Parcial e, em um movimento contínuo de buscar a melhoria do processo de ensino e de aprendizagem, os próximos capítulos versam sobre as múltiplas possibilidades que conduzem a compreensão da Progressão Parcial como direito de aprender, diretamente relacionado a autonomia da cátedra.

A seguir, através do tema “Pensar a Educação a Partir da Trajetória Docente, será descrita a formação acadêmica e experiência profissional do pesquisador como docente, assessor pedagógico e gestor, trazendo algumas experiências vivenciadas em mais de 47 anos de trabalho como profissional da educação.

2. PENSAR A EDUCAÇÃO A PARTIR DA TRAJETÓRIA DOCENTE

Trago, aqui, algumas considerações que retratam os percursos traçados durante a trajetória como docente, pedagogo e administrador escolar e, nas leituras, interpretações e reflexões a respeito do fazer pedagógico, quer em sala de aula e/ou fora dela, quer em outros ambientes educacionais, pois, como diz LARROSA (2014, p.12), “[...] *pensar a educação a partir da experiência a converte em algo mais parecido com uma arte do que com uma técnica ou prática*”.

Essa vontade colocou-me em um movimento pela educação, o que leva a este momento, onde focar meu trabalho na Progressão Parcial e no possível conflito de ideias e práticas que esta tem acarretado.

Trago um legado de experiências sistematizadas e sinto a necessidade de que sejam compiladas, para que as gerações seguintes se sirvam delas. Afinal, todo o conhecimento das ciências tem como ponto de partida o que ficou registrado pelas gerações anteriores, além do tempo de pesquisa, trabalho e experiências da própria vida do pesquisador.

Ainda pensando no presente e no futuro, como alguém com mais de 47 anos de atuação como docente e, além de vocacionado, é apaixonado pela educação, acreditando nela como ferramenta basilar de transformação para a nossa sociedade, pretendo, humildemente, ir ao máximo, além das contribuições profissionais prestadas até então.

Posto isso, passo a tecer leves registros acerca da minha formação e experiência profissionais até então, bem como do que compulsei a partir da minha caminhada acadêmica e profissional.

Sou oriundo de uma família de professores. Meu pai, Alvacyr de Faria Collares, e minha mãe, Judith Castro Collares, deixaram em sua trajetória de vida exemplar um forte legado de contribuições com a educação em diferentes níveis de ensino, nas diversas redes educacionais, públicas e privadas do município de Pelotas. Contribuíram com a formação de gerações, deixando no seu fazer em sala de aula, tanto como em funções de gestão, exemplos a serem seguidos, dos quais muito me

orgulho e, com certeza, me faz sentir eternamente agradecido pelo privilégio que tive por ser filho desse casal e ter podido conviver com eles, transformar-me na pessoa que sou e por terem direta ou indiretamente influenciado em minha vocação e escolha profissional.

Sou Graduado em Licenciatura em Psicologia, Psicólogo habilitado para atuar em Clínica, Escola e Indústria, em Licenciatura, em Pedagogia com as habilitações em Administração Escolar, Orientação Educacional e Supervisão Escolar, e pós-graduado (*lato sensu*) em Administração Escolar com minha formação acadêmica na Universidade Católica de Pelotas (UCPEL), na qual sou reconhecido pela formação sólida e consolidada, proporcionada pelos grandes mestres que tive durante minha trajetória acadêmica, tanto nas graduações como na pós-graduação.

Ingressei na Rede Estadual de Ensino, onde atuei entre 1977 e 1980 como Assessor Especial do Gabinete do Delegado Regional da 5ª Coordenadoria Estadual de Educação. Mais tarde, atuei como Professor e Vice-diretor, entre 1979 e 1982. Após, como Diretor da Escola Técnica Estadual "João XXIII", em Pelotas, no período de 1983 a 1985, sendo, em 1985, o primeiro diretor eleito dentro do novo processo de escolha de diretores do Estado do Rio Grande do Sul. Permaneci até o ano de 1988, quando me exonerei da Rede Estadual e optei pelo regime de dedicação exclusiva no IFSul - Câmpus Pelotas, onde ocupo o cargo de docente desde 01/08/1981. Ingressei como Professor da disciplina de "Prospecção Profissional", ministrei aulas de "Psicologia da Percepção" no Curso de Técnico de Desenho Industrial-DIN, onde também participei como fundador e, no Tecnológico de Sistemas de Informação-TSI, onde lecionei conteúdos de Psicologia da Percepção, Teoria da Gestalt e da Psicodinâmica das Cores. Fui professor no antigo Esquema I e Esquema II. Também tive diferentes funções administrativas, além de paralelamente às atividades de sala de aula, ter composto a equipe pedagógica tanto como Orientador Educacional e/ou Supervisor Escolar, setores em que por algumas vezes ocupei a coordenação.

Cabe registrar a minha passagem como Diretor de Ensino do IFSul - Câmpus Pelotas. Destaco como feito a estruturação física da Diretoria de Ensino, tendo sido um dos idealizadores e responsáveis pela criação do Departamento de Aprendizagem, Permanência e Êxito-DEAPE, consolidado na primeira gestão do atual Diretor Geral do IFSul-PL, Professor Carlos Jesus Anghinoni Corrêa, Departamento

do qual faço parte. Integro a equipe da Coordenadoria de Apoio Pedagógico-COAP, que juntamente com a Coordenadoria de Assistência Estudantil-COAE desenvolvem ações imprescindíveis em todo o processo de ensino e de aprendizagem, destacando as ações de inclusão e aquelas acerca dos fenômenos da evasão e retenção, apontados pelo Tribunal de Contas da União- TCU (Acórdão nº 506/2013) como índices de fracasso verificáveis nas instituições da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, bem como no atendimento as demais demandas que se fazem necessárias visando o sucesso dos alunos.

Tive a honra de ter participado como representante docente em diferentes Conselhos da Instituição, e por ela ter sido indicado como seu representante em Conselhos de outras Instituições, além de ter tido meu nome indicado pelo Conselho Superior na época do CEFET-RS, para compor lista tríplice para o cargo de Diretor e, posteriormente, em outro pleito, ter participado do processo democrático de escolha para dirigente do IFSul - PL.

Fui coordenador do que considero, até hoje, uma das maiores ações de extensão já realizadas junto à comunidade externa do IFSul, proporcionando que a Instituição saísse de seus muros ao encontro e atendimento dos anseios da sociedade.

Cito o Programa Escola de Fábrica-Projeto Metade Sul-CGTEE que foi desenvolvido pelo IFSul em parceria entre o MEC/FNDE/Fundação de Apoio ao IFSul/Prefeituras/Associações e com a Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica-CGTEE, no período de 19/09/2005 a 09/05/2009. Foi realizado em quatro (04) Etapas, abrangendo 20 municípios do Rio Grande do Sul. Certificou 1.363 jovens, em cursos de 600h, através do oferecimento de disciplinas de formação cidadã e técnica, oferecidas em Cursos de Iniciação Profissional de Caldeireiro, Desenhista de Projeto, Eletricista Montador, Encanador Tubista, Instalador Hidrossanitário, Mecânico Montador e Soldador, habilitações escolhidas em atendimento às demandas e oportunidades do mercado de trabalho.

Acompanhando sistematicamente o trabalho dos professores, pudemos observar que a avaliação feita em sala de aula no ensino regular, muitas vezes somente através de prova, nas aulas do Projeto Escola de Fábrica, ocorria de forma

contínua durante todo o processo de ensino, mostrando-se mais contextualizada e humanizada.

Na minha experiência profissional, o maior desafio encontrado foi o exercício de uma gestão democrática e contextualizada através de uma educação eficaz e eficiente, com a qualidade necessária para a formação cidadã e profissional, escopo esse que me inspirou o tempo todo e definiu minhas ações.

Neste momento me dou conta de algo que me acontece e, que não é apenas a projeção da minha experiência profissional, mas sim, do desejo de dar sentido para as minhas inquietações, experiência e do meu fazer, bem como, de deixar um legado que possa dar continuidade à forma como a educação é tratada a partir do natural desenvolvimento tecnológico atual e do que o futuro poderá nos reservar de oportunidades.

Para isso, busco alternativas de aprimoramento e maior qualificação educacional, a fim de superar o desafio citado, o qual pode ser consubstanciado nos ainda elevados níveis de evasão e retenção escolares identificados ao longo de minha trajetória profissional, além do desempenho no cenário global muito aquém das reais possibilidades e expectativas da sociedade brasileira.

No capítulo seguinte, serão relatados fatos da trajetória profissional aliados às percepções do pesquisador quanto à problematização da Progressão Parcial no IFSul - Câmpus Pelotas.

3. PROBLEMATIZAÇÃO DA PROGRESSÃO PARCIAL NO IFSul-PL

Quero compartilhar algumas realidades que pude constatar em relação aos regimes de progressão parcial durante minha trajetória como Professor, Orientador Educacional, Supervisor Pedagógico e/ou Diretor de Ensino no IFSul - Câmpus Pelotas.

O IFSul - PL oferece o sistema de ensino na forma presencial, tanto na sua Organização Didática como no anexo que se refere ao próprio Câmpus Pelotas, onde é prevista a oferta da Progressão Parcial em regime de dependência.

Pude, por experiência de atendimento a alunos, professores e pais, constatar que o oferecimento da Progressão Parcial nas Organizações Didáticas não reflete todos os aspectos legais previstos no Parecer CNE/CEB nº22/2000, que enfoca: “o progredir subordina-se ao aprender”. Por isso, posso afirmar que a forma oferecida de dependência não atende às expectativas da comunidade escolar, nem contribui relevantemente para a recuperação dos saberes, competências e habilidades que o aluno não obteve êxito no semestre regular.

Evidenciei que, devido à falta de êxito na aprovação da dependência cursada no turno inverso ao turno do ensino regular, muitos alunos eram impedidos de prosseguir seus estudos. Assim, o aluno que cursava o segundo semestre com dependência em disciplinas do primeiro semestre, se reprovasse na dependência, mesmo aprovando no segundo semestre, ficava impedido de prosseguir para o terceiro semestre, ficando retido aguardando aprovação na dependência.

Então, o que deveria ser uma oportunidade passa a ser vivenciado como uma forma de castigo restritivo à progressão. Encontrei esse tipo de caso nas formas do Ensino Integrado, do Subsequente e do Concomitante. Constatei que, em muitos casos, os alunos buscaram em outras Instituições de Ensino e ENCCEJA (Exame Nacional de Certificação de Competência de Jovens e Adultos) uma forma de finalizar seus estudos e prosseguir buscando oportunidades de trabalho e acesso ao nível superior.

Assim, cheguei à conclusão de que o ensino oferecido pelo IFSul - PL, notadamente de qualidade, tornava-se de um custo muito elevado mesmo considerando o oferecimento de salas de aula com as melhores condições, oficinas,

laboratórios, professores e servidores dos mais capacitados formando uma plêiade profissional da educação de destaque na realidade educacional do nosso Brasil.

Concluí que quando o aluno desiste é porque, muitas vezes, o que lhe é oferecido não atende às suas expectativas e necessidades, e o prejuízo é incontestável, uma vez que cabe à Instituição promover ações para a permanência do aluno e para a obtenção de seu êxito em toda a trajetória escolar.

Por exemplo, chamou minha atenção o caso particular de um aluno do Câmpus Pelotas, que em uma constante trajetória de fracassos escolares chegou a ter sua matrícula cancelada pela Instituição, conforme o previsto na O.D. vigente na ocasião. O mesmo, após duas reprovações concomitantes, na dependência e no semestre cursado, mesmo sendo realizados atendimentos a ele próprio e à sua família pela Orientação Educacional, Psicologia e Professores, na tentativa de harmonização dos conflitos e minimização das dificuldades apresentadas durante o processo educacional, não obteve sucesso. A reação do aluno foi inscrever-se e participar de um novo Processo de Seleção do IFSul onde obteve classificação voltando, assim, aos estudos. Porém, frente a novas reprovações, desistiu do IFSul e foi buscar as condições para vencer o ensino médio em outro tipo de oferta de ensino.

Após o êxito na conclusão do ensino médio, participou de vestibular em curso superior federal concorrido, sendo classificado. Continuou sua jornada concluindo tal graduação, prosseguindo em seus estudos e pesquisas acadêmicas, obtendo os Títulos de Mestre e Doutor. O surpreendente é que, nesse caminhar, o mesmo participou de concurso para professor substituto no próprio IFSul, vindo a classificar-se e lecionar no Câmpus Pelotas, exatamente em uma das disciplinas que no passado fora um dos seus maiores entraves. Assim, acabou surpreendendo de forma positiva principalmente os antigos professores, agora seus colegas de coordenadoria, por quem foi muito bem-quisto e, assim, visto como um profissional de igual capacidade, profissionalismo e talento durante os seus dois anos de permanência na instituição.

De outra feita, enquanto Supervisor Pedagógico de um dos cursos do IFSul - Câmpus Pelotas, deparei-me com outro tipo de situação: alguns alunos de semestre intermediário ao referido curso levaram ao Conselho de Classe a problemática da possibilidade de ficarem em dependência em determinada disciplina, não por falta de

conhecimento e estudo dos mesmos, mas sim, devido à metodologia pedagógica adotada pelo professor em determinados conteúdos complexos.

O Conselho de Classe acatou o relato, e após consideração dos aspectos pedagógicos e legais, deliberou que os alunos prosseguissem os estudos em semestre subsequente, com dependência somente em parte do conteúdo da disciplina em questão, pois a maioria dos alunos havia reprovado somente em uma das etapas avaliativas. Para isso, foi feito planejamento específico, onde assumiu outro professor como ministrante dos conteúdos complexos em que não obtiveram êxito, ou seja, somente de parte da disciplina, e na forma de estudo semipresencial. Os alunos após atenderem o programa de recuperação, obtiveram êxito e foram aprovados.

Seguindo com minhas observações na trajetória educacional, inteirei-me de outras situações em que havia mais de uma atitude pedagógica adotada entre os professores, às vezes até do mesmo curso, ministrantes das disciplinas regulares, onde eram matriculados os alunos em dependência. Alguns exigiam que os alunos cursassem a disciplina na íntegra de seus conteúdos e frequência, conforme a O. D. do IFSul – PL. Outros, já se amparam em outra legislação advinda do Conselho Nacional de Educação (CNE)/Câmara de Educação Básica (CEB): Parecer CNE/CEB Nº 24/2003 – Relator do voto: Arthur Fonseca Filho, aprovado em 02 de junho de 2003, Brasília (DF):

“Nas instituições que adotarem regime seriado considera-se regular a possibilidade de Programas de Estudos com vistas à recuperação de conteúdo, sob a forma de Progressão Parcial ou Dependência, sem que seja obrigatória a frequência.” (CNE/2023).

Ou seja, os alunos poderiam cursar a dependência, liberados da frequência, sendo exigida a realização presencial somente quando dos trabalhos avaliativos.

Mais adiante, considerando que as disciplinas eram oferecidas em duas etapas avaliativas do conteúdo, vi que um significativo número de alunos que reprovaram em alguma dessas etapas e iam para a dependência cursando as duas etapas da disciplina, acabavam reprovando nos conteúdos da etapa já vencida anteriormente com êxito. Logo, o aluno que na disciplina X reprovou na 2ª Etapa no semestre anterior regular, ao recuperar a disciplina toda, acabava não aprovando na 1ª Etapa e,

aprovando na 2ª Etapa, invertendo a situação, porém, seguindo reprovado, pois não era aplicado automaticamente pelo sistema Q- acadêmico o devido aproveitamento de estudos realizados com êxito previsto na LDB nº 9394/96.

Enfim, aplicar a Legislação vigente não era nada fácil, uma vez que o sistema acadêmico não previa o aproveitamento dos estudos realizados com êxito, trabalho esse que era realizado manualmente, caso a caso, desde que evidenciado e ou requerido pelo discente. De outra forma, o trabalho de averiguação manual era desgastante. A partir desta constatação, os alunos reprovados na dependência tinham seus respectivos boletins analisados, buscando ver se o aluno obteve 75% de frequência no total de disciplinas e aprovação nas duas etapas, mesmo que o resultado de aprovação tenha ocorrido uma vez durante a forma de ensino regular e outra na dependência, ou mesmo em semestres diferentes. Isso constatado, era enviada a solicitação ao Departamento de Registros Acadêmicos (DERA), para que fosse aplicado o aproveitamento de estudos na disciplina. Foram analisadas centenas de situações em que um significativo número de casos carecia da aplicação automática da legislação em seus registros para poderem progredir e dar continuidade aos seus respectivos estudos. Nesse contexto, pouco a pouco, muitos professores cientes da legislação passaram a aplicar a mesma em seus registros, reduzindo o número de reprovações nas disciplinas em recuperação.

Em outros cursos noturnos, por sua vez, a progressão parcial não era aplicada, acontecia de outro modo: o aluno tinha que cursar primeiro as dependências, tendo que ser aprovado, para depois cursar o semestre regular, o que implicava em retenção e descontinuidade da sua trajetória escolar, implicando de forma negativa na sua vida.

Aqui, criava-se uma janela, onde o aluno ficava retido e atrasava o prosseguimento previsto no seu itinerário formativo do curso, caracterizando o rompimento da ordenação curricular. Muitos alunos desestimulados acabavam por trancar ou cancelar a matrícula, ou mesmo desistir definitivamente do curso.

Vejo, aqui, uma possível solução para o problema encontrado nos cursos subsequentes noturnos, que é o oferecimento da recuperação de disciplinas da progressão parcial na forma remota, bem como a matrícula por disciplina, como já ocorre no IFSul - PL com o Curso Técnico Subsequente em Eletromecânica e com o Curso Técnico Subsequente de Edificações. Saliento, no entanto, que na matrícula

por disciplinas, o número de pré-requisitos elencados no Projeto Pedagógico do Curso não pode vir a contribuir com a retenção e aumento do tempo para cumprimento do ciclo de cada curso, e que a matrícula seja orientada através de um fluxograma individual, no sentido de priorizar e preservar a ordenação curricular, deixando possíveis fragmentações para o atendimento de casos especiais.

Considerando o escopo do espírito da Progressão Parcial, a existência de pré-requisito na forma subsequente com matrícula por disciplina, a meu ver, não pode ser impeditivo do avanço de estudos do aluno, ou seja, não pode impedir a progressão parcial com a recuperação de conhecimentos nos quais não obteve êxito, desde que na disciplina a ser recuperada tenha participado de todo o processo de desenvolvimento de ensino da disciplina e das avaliações.

Podemos exemplificar no caso do ensino seriado dos cursos técnicos subsequentes e integrados, em que não há pré-requisitos: o aluno pode cursar quando em progressão parcial, a Matemática II e a Matemática III concomitantemente. Logo, o direito à Progressão Parcial deve se sobrepor à existência de pré-requisitos, caso contrário estaria sendo dado tratamento desigual aos alunos.

Saliento que, mesmo em formas diferentes de oferecimento do Ensino Técnico de Nível Médio, o regramento da Progressão Parcial deverá oferecer tratamento igual aos alunos, salvaguardando as diferenças previstas na legislação com relação ao ensino noturno.

Por fim, tomei conhecimento de que alguns professores passaram costumeiramente, e de forma correta, com base nos Pareceres CNE/CEB nº22/2000, CNE/CEB nº24/2003 e na O.D. do IFSul, a optar por planos de estudos individuais, recuperando na dependência somente os conteúdos em que o (a) aluno (a) não obteve êxito e, adotando o regime semipresencial. Viu-se que isso efetivamente resultava no cumprimento do propósito da aplicação da recuperação de conteúdos, que é o que conduz realmente ao oferecimento da progressão parcial que prevê a recuperação dos estudos não alcançados com êxito por discente.

E, ao me deparar com exemplos, em quantidade razoável, de alunos que, desistentes do IFSul, considerados muitas vezes como “insucesso escolar”, acabaram por outros caminhos se tornando profissionais de sucesso. Concluí que tais alunos

poderiam, com um sistema de ensino mais humanizado e com o oferecimento da Progressão Parcial através de Planos Individuais de Recuperação, talvez não ter abandonado seus estudos, tendo se formado no próprio Instituto.

Alguns alunos com repetidas reprovações, por verem estendido seu percurso escolar, ao completarem 18 anos, optam por fazerem a prova do Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (ENCCEJA), e aprovados, acabam abandonando sua formação no IFSul - PL, iniciando novo projeto de vida junto às oportunidades de trabalho e prosseguimento de estudos de nível superior.

Ao mesmo tempo, tantos outros alunos evadidos, simplesmente, não devem ter conseguido outra opção de estudo, após frustrarem-se com o insucesso, o que penso que poderia ter sido evitado em muitas das situações com o resgate dos alunos se ao invés de desligá-los do sistema, como era feito, tivesse sido apresentado a eles novas oportunidades e incentivos para que estes adquirissem os conhecimentos e saberes que buscavam quando ingressaram na Instituição.

Não se trata de mera crítica e, longe está de ser uma mera anteposição, às práticas e ideais existentes, até porque muitas dessas foram razoáveis ao seu tempo e recursos tecnológicos até então disponíveis.

Com efeito, no período da pandemia do Covid-19, a necessidade de manter o processo de ensino e de aprendizagem conduziu a que fossem normalizadas as Atividades Pedagógicas Não Presenciais – APNPs.

A situação fez com que fosse adotada a forma de ensino não presencial de Ensino Remoto Emergencial - ERE, que segundo Behar não pode ser compreendido como sinônimo de Educação a Distância. O termo “remoto” significa distante no espaço e se refere a um distanciamento geográfico. Foi preciso pensar em atividades pedagógicas mediadas pelo uso da internet, pontuais e aplicadas em função das restrições impostas pela Covid-19 para minimizar os impactos na aprendizagem advindos do ensino presencial. O currículo da maior parte das instituições educacionais não foi criado para ser aplicado remotamente. Por isso, o professor de uma hora para outra teve que trocar o “botão” para mudar de sintonia e começar a ensinar e aprender de outras formas (BEHAR 2020).

Cabe registrar que o Ensino Remoto Emergencial - ERE foi a solução encontrada pelo IFSul e aplicado em todos os seus Câmpus durante o período da pandemia da Covid- 19. As Atividades Pedagógicas Não Presenciais – APNPs substituíram as aulas presenciais, permitindo aos discentes a continuidade de seus estudos, inclusive para alguns, a conclusão dos mesmos em todos os níveis de ensino ofertados pela Instituição.

O tradicional ensino presencial foi substituído por metodologias da educação a distância que o ensino presencial físico precisou ser transposto para os meios digitais. No ERE, a aula ocorre em um tempo síncrono (seguindo os princípios do ensino presencial), com videoaula, aula expositiva por sistema de web conferencia, e as atividades seguem durante a semana no espaço de um ambiente virtual de aprendizagem (AVA) de forma assíncrona. A presença física do professor e do aluno no espaço da sala de aula presencial é “substituída” por uma presença digital numa aula online, o que se chama de “presença social”. Essa é a forma como se projeta a presença por meio da tecnologia. E como garanti-la? Identificando formas de contato efetivas pelo registro nas funcionalidades de um AVA, como participação e discussões nas aulas online, nos feedbacks e nas contribuições dentro do ambiente (BEHAR 2020).

No entanto, apesar da supracitada necessária e inescapável medida, no retorno pós- pandemia, nada mudou no regramento em relação à Progressão Parcial em Regime de Dependência.

De certa forma, vejo neste momento de globalização e progresso, principalmente na informatização e ciência da comunicação e armazenamento de dados, uma grande oportunidade de fazer, ao final da carreira docente, parte do crescimento individual e coletivo, bem como percebo que a gravidade do momento conclama todo o empenho da coletividade dos profissionais e pesquisadores da área da educação.

Temos que nos superar, nos reinventar e nos ressignificar! Aprender a lidar com o novo, com o diferente, entender os benefícios de fazer um novo projeto, buscar a motivação para engajar nossos alunos. Precisamos procurar nossas qualidades, coragem, criatividade, perspectiva, trabalho em equipe, pois estamos construindo juntos um “novo normal” (BEHAR 2020).

Sob o meu particular ponto de vista, ser professor é vivenciar um circuito de interações e de possibilidades com outras pessoas, da mesma ou de gerações passadas e futuras, estejam elas fisicamente próximas ou comunicáveis apenas pelo produto passado, presente e futuro de sua produção científica, sendo sempre resiliente e transformador.

O conflito estabelecido no ambiente acadêmico faz-se desejável ou, atrevo-me a dizer, iminente.

Discordar, concordar e discordar novamente, enriquecendo contínuos debates, trata-se de divergências que conduzem e constroem o conhecimento, conduzindo a quebra de paradigmas, assim apresentando o novo que avança no presente rumo ao futuro, tanto como crescimento pessoal quanto como crescimento coletivo e social.

Destarte, ideias contraditórias - ou não totalmente convergentes - são sementes para a construção de qualquer processo transitório que objetive mudança e progresso. A verdadeira construção não é somente feita de ideias, mas principalmente da combinação de um coletivo destas com ações, o que culmina com a continuidade evolutiva da sociedade humana, cultural e histórica.

Passando ao cenário atual, registro que em condições passadas o fazer de grande parte dos professores ficava resumido às aulas presenciais, mesmo frente ao início e, após, aceleração do desenvolvimento das novas tecnologias da educação.

Com o advento da covid 19, quase que a totalidade dos profissionais de educação, como forma de prosseguir com a atividade de docência, passou a fazer uso das diferentes formas de ensino remoto, quer na forma semipresencial e/ou na não presencial, vindo a quebrar abruptamente muitas das resistências presentes em um passado muito próximo e comprovando existirem condições para a apresentação de um passo além voltado para o futuro.

Vejo, a partir da pandemia que vivemos, algo significativo e comum a toda grande crise humanitária global, que foi e está sendo o desenvolvimento e o uso acelerado de diversas novas tecnologias, dentre elas as concernentes à educação.

Enfim, um processo que já se desenhava por anteriores transformações sociais e desenvolvimento tecnológico continuamente acelerado, forçosamente, precipitaram-

se na consciência da necessidade de um conjunto de grandes e urgentes passos para a substituição das aulas presenciais do modelo tradicional. Para uma ou múltiplas novas formas de fazer do indispensável trabalho humano do professor, sempre objetivando como resultado a qualidade de ensino e o êxito nos estudos e efetiva transferência e evolução do conhecimento humano a cada geração, de acordo ou à frente do momento vivenciado.

Finalizando, percebo que o IFSul está voltado para as novas demandas pertinentes à progressão parcial. No entanto, o Câmpus oferece certa resistência e diversidade quando o assunto é dependência. Sinto a necessidade de propor uma padronização no IFSul, para que se evite tratamento desigual aos alunos de um mesmo nível de ensino, como por exemplo:

- a atualização da Organização Didática sem engessamentos, com menos burocracia e mais agilidade, para que se possa atender às mudanças ocorridas nas diretrizes e bases do ensino por parte do Ministério da Educação, seus Conselhos e Câmaras, ou por necessidades detectadas pelo próprio processo institucional interno;
- a necessidade da regulamentação da Organização Didática quanto à Progressão Parcial com a exclusão da palavra dependência;
- a regulamentação da Recuperação Paralela, que é um dever das instituições de ensino e um direito objetivo dos alunos;
- a modelagem para o uso das novas tecnologias educacionais, como o Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA-Institucional), visa apoiar tanto professores quanto alunos. Essas ferramentas podem substituir, em alguns casos, as aulas presenciais. O foco do nosso Produto Educacional é justamente explorar e orientar essa abordagem.

No próximo capítulo, serão apresentados documentos oficiais que tratam da “Progressão Parcial”, com comentários acerca da relevância que esta tem para o IFSUL - PL.

4. O QUE DIZEM OS DOCUMENTOS OFICIAIS

4.1 A PROGRESSÃO PARCIAL NA LEGISLAÇÃO PÁTRIA

O termo progressão parcial com dependência, LDB/96, remonta ao ano de 1942, denominada somente como **dependência** (grifo nosso), quando da Reforma Capanema – Leis Orgânicas do Ensino, Decreto-Lei 4.244 de 9 de abril. Na LDB/96, o termo mais moderno é citado no artigo 24, inciso III (BRASIL, 1996):

Art. 24. A educação básica, nos níveis fundamental e médio, será organizada de acordo com as seguintes regras comuns:

[...]

III - nos estabelecimentos que adotam a progressão regular por série, o regimento escolar pode admitir formas de progressão parcial, desde que preservada a sequência do currículo, observadas as normas do respectivo sistema de ensino (BRASIL, 1996).

Observe-se que o regime de progressão parcial com dependência não deve servir apenas para combater a repetência. Conforme o Plano de Metas “**Compromisso Todos pela Educação**”, Decreto nº 6.094, de 24 de abril de 2007, artigo 2º inciso IV, esta deve servir para possibilitar uma transformação na organização escolar e no processo avaliativo. Admitindo-se, a toda evidência, que essas mudanças devem ocorrer de forma lenta, pois envolvem novas atitudes e diferentes enfoques conceituais. (BRASIL, 2007), *in verbis*:

Art. 2º A participação da União no Compromisso será pautada pela realização direta, quando couber, ou, nos demais casos, pelo incentivo e apoio à implementação, por Municípios, Distrito Federal, Estados e respectivos sistemas de ensino, das seguintes diretrizes:

[...]

IV- Combater a repetência, dadas as especificidades de cada rede, pela adoção de práticas como aulas de reforço no contraturno, estudos de recuperação e progressão parcial (BRASIL, 2007).

Mas qualquer discussão sobre os aspectos legais da Progressão parcial com dependência deve partir de uma análise da temática sob a égide da Constituição Federal de 1988. Em seu artigo 205 e seguintes, a CF/1988 nos afirma, *in verbis*:

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, **seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.**

Art. 206. [...]

III - pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;

[...]

Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:

II - Progressiva universalização do ensino médio gratuito; (Redação dada pela Emenda Constitucional no 14, de 1996)

V - Acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um;

[...]

Art. 214. A lei estabelecerá o plano nacional de educação, de duração plurianual, visando à articulação e ao desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis e à integração das ações do Poder Público que conduzam à:

I - Erradicação do analfabetismo;

II

III - Universalização do atendimento escolar; III - melhoria da qualidade do ensino;

IV - Formação para o trabalho;

[...]. (BRASIL, 1988) (Grifos Nossos).

A educação é considerada como um direito fundamental social, positivado no artigo 6º da Constituição Federal de 1988, combinada com os parâmetros estabelecidos no Capítulo III da Carta Maior, mais precisamente dos artigos 205 ao 214.

Nesse contexto, possui, portanto, natureza de direito constitucional fundamental social, ou seja, ser exigível como um direito social originário, cuja dimensão objetiva vincula o dever/poder da Administração Pública no que tange a criar políticas socialmente ativas – mesmo que a partir de normas programáticas – por intermédio de instituições, serviços e fomento de múltipla, contínua e ininterrupta prestação, seja de forma direta ou indireta.

Destaca-se o artigo 208 da CF/88:

Artigo 208: O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:

- i.- Educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezesete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria;
- ii.- Progressiva universalização do ensino médio gratuito;
- iii.- Atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino;
- iv.- Educação infantil, em creche e pré-escola, às crianças até 5 (cinco) anos de idade;
- v.- Acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um;
- vi.- Oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do educando;
- vii.- Atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.

§ 1º O acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público subjetivo.

§ 2º O não oferecimento do ensino obrigatório pelo Poder Público, ou sua oferta irregular, importa responsabilidade da autoridade competente (BRASIL,1988).

Com efeito, ao garantir o acesso obrigatório e gratuito, delimitando-o como direito de natureza subjetiva (parágrafo 1º), inclusive com a responsabilização do Poder Público pela sua não oferta ou mesmo irregularidade desta (parágrafo 2º), a Carta Maior de 1988 revela a interface entre o direito fundamental individual e social (BRASIL,1988).

Nesse contexto, a função social da educação compreende o investimento na superação real das desigualdades, com o reconhecimento do papel estratégico das instituições de educação básica e superior no aprimoramento de valores como a solidariedade e acesso ao trabalho (BRASIL,1988).

Assim, a educação é um direito fundamental, pelo que não deve ser tratada com a simples lógica do direito do consumidor, devendo ir além mesmo dos avanços deste a partir do advento do Código de Defesa do Consumidor, Lei nº8075/1990 (BRASIL, 1990).

Com efeito, as constantes reformas que vêm sendo implementadas no Brasil, desde a década de 1980, procuram estabelecer os parâmetros de qualidade, pelo que a Escola não pode ser vista como uma empresa, com o aluno sendo um mero cliente, pois dentro do sistema educacional faz parte dela.

Deve-se, portanto, garantir ao aluno o acesso e as formas de fazer progredir as suas habilidades e competências, somando-se a isso as condições de permanência e êxito e essas integradas à diversidade socioeconômica, étnico-social, de gênero e cultural, convergindo-se à garantia de desempenho satisfatório dos discentes.

A democratização da educação não se resume apenas ao ingresso na instituição educativa. Vai além disso, pois compreende tanto o acesso quanto a permanência até o êxito, pelo que a manutenção contínua dos estudos significa qualidade de educação.

Nesse contexto, além de aspectos pedagógicos, para que se efetive a garantia constitucional, é essencial fornecer condições de infraestrutura, transporte, alimentação, valorização e formação continuada dos profissionais da educação, bem como inclusão da família no processo educacional, sempre observando a sua gestão democrática.

Sendo assim, a permanência e êxito do educando implica em efetivar o direito a uma aprendizagem significativa que garanta maior inserção cidadã e profissional ao longo de toda a vida.

O estabelecimento de normas e demais preceitos legais devem constituir-se em alavancas de progresso e sucesso estudantil. Contudo, compulsando a atual realidade, é possível constatar a existência de sérios problemas na questão de permanência e no sucesso escolar, gerados por fatores internos e externos às instituições, os quais colocam em risco a efetivação dos preceitos Constitucionais.

Acredito, portanto, que a efetiva inclusão educacional será aquela que, além de permitir que todos tenham acesso ao ensino de qualidade, permita aos indivíduos o pleno desenvolvimento de suas potencialidades, não apenas como conhecedor de saberes que os preparem para a vida e para o trabalho, como também estabeleçam a sua formação integral como cidadãos, capazes de vir a cooperar e interagir na busca de uma sociedade melhor.

O que importa é assegurar, nos termos da Constituição Federal e da LDB nº9394/96, as condições necessárias ao direito de aprender.

De acordo com o Parecer CNE/CEB nº 22/2000, nada justifica aprovar ou reprovar um aluno sem as condições de progredir para a série seguinte, bem como sem comprovação muito séria do insucesso, impor uma reprovação a algum(a) aluno(a).

Com base nos aspectos legais, conforme já registrado, a “Progressão Parcial” (LDB nº9394/96) tem caráter similar e alternativo ao dispositivo da “Dependência”, regulamentada pela lei anterior (Lei nº5692/71). A Dependência trazia a mera classificação e seu respectivo ordenamento. A Progressão Parcial já impõe a discussão sobre a aprendizagem e seus processos avaliativos e sobre as condições necessárias ao direito de aprender (BRASIL, 2000).

Na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB nº5692/71), era prevista a dependência no regime seriado a partir da 7ª série. Em seu artigo 15 nos afirma, *in verbis*:

O art. 15 da Lei nº 5.692/71, admitia que, “no regime seriado, a partir da 7ª série”, o aluno viesse a ser matriculado “com dependência de uma ou duas disciplinas, áreas de estudo ou atividades de série anterior, desde que preservada a sequência do currículo”.

Ao contrário da LDB nº5692/71, na LDB nº9394/96, no art. 24, inciso III, que trata da progressão parcial, não há referência a este regime de dependência:

Art. 24. A educação básica, nos níveis fundamental e médio, será organizada de acordo com as seguintes regras comuns:

III - nos estabelecimentos que adotam a progressão regular por série, o regimento escolar pode admitir formas de progressão parcial, desde que preservada a sequência do currículo, observadas as normas do respectivo sistema de ensino;

[...]. (BRASIL, 1996) (Grifos Nossos).

É claro, portanto, que entre essas “formas de progressão parcial” é admitida a figura da “dependência” da lei anterior. Com a observação de que, agora, não se fala em limitação de “uma ou duas disciplinas”. A regra será a estabelecida no regimento escolar e “nas normas do respectivo sistema de ensino”.

O dispositivo da progressão parcial traz uma ruptura com a cultura da reprovação, conforme descrito no Parecer CNE/CEB 12/1997, que atrela a reflexão sobre a avaliação aos processos e meios de progressão de aprendizagem, superando

a delimitação formal e artificialmente classificatória atribuída à figura da dependência (BRASIL, 1997).

Observando a Lei nº 5692/71, que aceitava convencionar os limites de “uma ou duas disciplinas” com ênfase classificatória, é visível o contraditório, conforme o paradigma do Parecer CNE/CEB 22/2000, em que se destaca o “direito de aprender” como cerne da discussão sobre a Progressão Parcial, enfatizando a aprendizagem como objeto principal do processo educativo, não limitando o número de disciplinas a serem cursadas de dependência (BRASIL, 1971).

No IFSul, é urgente a reformulação da Organização Didática, cuja última versão foi aprovada pelo Conselho Superior através da Resolução nº 90/2012, mais especificamente no que cita o capítulo XXIV, que denomina a Progressão Parcial de Dependência (Art.134) termo em desuso e inadequado.

Organização Didática da Educação Básica, Profissional e Superior de Graduação Aprovado pela Resolução nº 90/2012 do Conselho Superior), traz *in verbis*:

CAPÍTULO XXIV DA DEPENDÊNCIA

Art. 134. O regime de dependência permite ao estudante a realização de atividades específicas para recuperação de aproveitamento em disciplinas que não tenha obtido êxito. Parágrafo único. O regime de dependência permite a progressão do estudante para o período letivo posterior.

Art. 135. Os cursos com regime de matrícula seriado deverão permitir o regime de dependência.

§ 1º O número de componentes curriculares em regime de dependência de cada série será determinado na sistemática de avaliação do curso.

§ 2º A frequência na disciplina em regime de dependência será especificada no plano de ensino previsto no Art.136.

§ 3º As atividades da dependência não podem interferir nas atividades acadêmicas do período letivo no qual o estudante está matriculado.

§ 4º As atividades da dependência podem ser desenvolvidas na modalidade presencial ou a distância.

§ 5º Para as disciplinas em dependência cursadas na modalidade a distância, as avaliações deverão ser presenciais.

Art. 136. O plano de ensino do componente curricular da dependência deverá contemplar:

- I. descrição da metodologia e as estratégias de ensino;
- II. processo de avaliação;

III. o número de aulas de frequência obrigatória ao estudante, atendendo a especificidade da disciplina.

Art. 137 O estudante somente progredirá ao período letivo posterior se houver êxito em todas as disciplinas em dependência do período letivo anterior.

Anexo I

Procedimentos didático-pedagógicos e administrativos adotados pelo Câmpus Pelotas

CAPÍTULO II

PROCEDIMENTOS PARA A AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM DOS ALUNOS DOS CURSOS TÉCNICOS - forma modular

SEÇÃO IV

DA DEPENDÊNCIA

Art. 15. O aluno que reprovar em até duas (2) disciplinas, desde que não sejam pré-requisitos, poderá progredir, cursando-as paralelamente, em turno não coincidente com o turno de matrícula do período letivo em curso.

§ 1º O aluno que reprovar em mais de duas (2) disciplinas ou em disciplina(s) considerada(s) pré-requisito deverá repetir o período letivo, com aproveitamento daquelas em que logrou êxito.

§ 2º É vedada a progressão com dependência para o segundo período letivo no curso de Sistemas de Telecomunicações.

§ 3º O aluno do curso de Sistemas de Telecomunicações, a partir do segundo período letivo, se não reprovar em todas as disciplinas, progredirá ao período letivo seguinte, cursando, em turno não coincidente, as disciplinas em que tiver reprovado.

Art. 16. O aluno somente progredirá ao período letivo posterior se houver logrado êxito na(s) disciplina(s) em dependência, cursada(s) no período letivo anterior, exceto para o Curso de Sistemas de Telecomunicações (IFSul, 2012).

Os critérios de aprovação nos programas de Progressão Parcial devem versar, exclusivamente, sobre os saberes a serem consolidados por meio dos Planos de Ensino Especiais que, segundo o regramento do próprio Câmpus Pelotas, é elaborado pelo professor em parceria com a coordenação de curso e a área de assessoramento pedagógico, determinando a sistemática dos estudos da Progressão Parcial.

Conforme nos traz Teixeira (2013), a progressão parcial, assim como outros instrumentos de avaliação, tem sempre a finalidade de promover a reorganização escolar e a melhoria do fluxo (promoção, repetência e evasão).

Pesquisas realizadas afirmam e revelam o contrário: que a avaliação da aprendizagem detém o papel de controle, poder e seletividade, sempre a serviço da reprodução da estrutura social (Luckesi, 2011).

Daqui entendemos que o papel, tão relevante do instituto da Progressão Parcial escolar, pode estar sendo minimizado ou até anulado pela visão cotidiana, dentro do ambiente escolar e acadêmico, sobre avaliação e progressão escolar.

Destarte, pode-se estar, por um erro interpretativo, transformando uma ferramenta, extremamente interessante ao percurso formativo do estudante, em algo que serve para a reprodução e ampliação do **status quo** da Escola, enquanto ferramenta de controle social e esfera de micropoder governamental (Luckesi, 2011).

A Progressão Parcial (PP) é destinada aos alunos que reprovaram por falta de aproveitamento em disciplina(s) do ano/semestre letivo anterior, permitindo que o aluno seja alocado na série subsequente e, ao mesmo tempo, possa cursar os componentes da progressão parcial na(s) disciplinas em que não obteve êxito.

Como já vimos anteriormente, ao contrário da legislação antiga que fixava em 02 (duas) o número permitido de disciplinas em dependência, a legislação vigente não limita esse número de disciplinas em que o aluno possa cursar, ficando para as Instituições regulamentarem em suas normas e Organizações Didáticas.

A atual reestruturação curricular do Ensino Médio requer novas formas de relação entre alunos e professores, entre professores e seus pares, entre os demais profissionais da educação e da comunidade escolar, sem esquecer-se das famílias. A reestruturação busca um novo fazer e uma nova identidade à última etapa da Educação Básica, oferecendo em estudo mais próximo da contemporaneidade e da vida cotidiana de milhares de alunos, tornando o ensino mais atrativo de acordo e em resposta com o novo contexto, seja familiar, social e cultural, hoje permeados pelo advento das novas tecnologias.

A reforma do Ensino Médio chegou propondo novos paradigmas, embasados em normas avançadas, que integram a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, e em pareceres e resoluções do Conselho Nacional de Educação.

A Progressão Parcial faz parte do novo desenho da educação nacional: sua implantação está prevista, expressamente, no inciso III do Art.24 da LDB 9394/96, possibilitando ao aluno “*o atendimento específico paralelo à série que irá cursar em componentes curriculares que não obteve êxito*” (BRASIL,1996).

Sendo assim, a progressão parcial é um direito público objetivo dos alunos, que se aplica a todos, independentemente de suas preferências individuais, e a progressão parcial segue essas regras estabelecidas e, portanto, um dever de todos os que oferecem a educação a esse aluno, do professor ao gestor da escola e da respectiva mantenedora.

No entanto, existem gestores e docentes que preferem desconsiderar a legislação, trazendo, muitas vezes, a público um debate desqualificado, sem maiores fundamentos, tentando causar confusão a respeito do tema, afirmando que a progressão parcial significa aprovação imediata.

Cabe aos responsáveis pela garantia constitucional do direito à educação fornecer informações que possam clarear as opiniões divergentes a respeito do assunto, proporcionando um clima de discussões embasadas, mesmo que contraditórias, a respeito do tema.

A Progressão Parcial não significa, em hipótese alguma, promoção automática. Não induz a que se aprovem alunos reprovados, nem que sejam maquiados resultados institucionais para melhorar índices de avaliação, portanto, temos que ter cuidado ao tratar do tema.

Repetir a série pode ser traumático para o aluno e para a família. Vários motivos podem ser apontados como desencadeadores da reprovação e podem conduzir o aluno ao regime de Progressão Parcial, como dificuldade de adaptação à vida acadêmica, problemas de aprendizagem e hábitos de estudos, incompatibilidade entre a vida acadêmica e as exigências do mundo do trabalho, escolha precoce da profissão, falta de afinidade com o curso escolhido, ausência de pré-requisitos, excesso de faltas, horários de início e término das aulas, especialmente nos cursos noturnos, falta de assiduidade, pouca participação e envolvimento do aluno nas atividades acadêmicas, metodologia da disciplina e, até mesmo, problemas com o processo avaliativo, entre outros fatores de evasão e retenção, elencados por todos

os campus e registrados no Plano Estratégico Institucional de Permanência e êxito dos Estudantes do IFSul.

O Programa de Progressão Parcial possibilita ao(a) aluno(a) condições favoráveis à superação de defasagens e dificuldades na aprendizagem, evitando que ele atrase ainda mais a sua formação ficando retido e, até mesmo, desista dela, já que um alto número de reprovação (insucesso escolar) pode contribuir para a evasão ou busca por outras alternativas.

Como prática preventiva, o ideal é que durante o processo de ensino a Instituição tente contornar as dificuldades manifestadas, em conjunto com os docentes e discentes, durante todo o período letivo, para que não necessite passar pelo regime de Progressão Parcial.

Alternativas institucionais devem ser encontradas em conjunto, para que a recuperação de estudos em que o(a) aluno(a) não logrou êxito ocorra durante todo o período letivo, ou seja, que aconteça de forma paralela durante todo o processo de ensino e não apenas no final das etapas avaliativas na forma de aplicação de um novo instrumento de avaliação. Até mesmo porque o aumento na legislação de 180 dias letivos para 200 dias letivos não contribuiu para o oferecimento de atividades de recuperação paralela, já que não prevê dentro dos 200 dias letivos, dias especiais reservados para essa atividade, como acontecia no IFSul-Câmpus Pelotas, quando o Calendário Escolar era programado além dos 180 dias obrigatórios. Eram previstas 02(duas) semanas para a recuperação de conteúdos e novas avaliações.

Para tentar evitar que o(a) aluno(a) passe pela experiência de permanecer mais um período no mesmo adiantamento em que foi reprovado e atender os preceitos legais que vão ao encontro da égide de permanência e êxito dos alunos, algumas instituições costumam oferecer a Progressão Parcial. Através dessa oferta, os alunos conseguem dar prosseguimento aos seus estudos, ou seja, passam para o próximo adiantamento sem interromper o seu itinerário formativo.

O Sistema de Progressão Parcial do Ensino Técnico de Nível Médio tem por objetivo assegurar ao aluno o prosseguimento de estudos, mesmo que não tenha alcançado os resultados exigidos para aprovação em alguns componentes curriculares. A progressão parcial é uma prática que auxilia na permanência e êxito e

vai de encontro aos inadmissíveis índices elevados de evasão e reprovação escolar, faz com que cada aluno(a) alcance o que lhe é adequado em sua trajetória curricular, ação que se baseia na ideia de que a aprendizagem é contínua, e que os alunos não devem repetir estudos realizados com êxito. Logo, adotar o programa de progressão parcial, significa individualizar a educação, oportunizando e oferecendo a cada aluno as melhores condições no momento em que ele mais necessita.

O(A) aluno(a) na condição de Progressão Parcial é conduzido(a) à etapa seguinte de adiantamento, podendo vivenciar, na(s) disciplina(s) pendente(s), novas atividades com cronograma próprio elaborado pelo(a) professor(a) responsável sob forma de Programa Individualizado de Estudos com os conteúdos necessários à construção dos conhecimentos não apreendidos, sem a obrigatoriedade da frequência, segundo a conclusão do Parecer CNE/CEB 24/2003. Para obter o benefício da não obrigatoriedade da frequência, meu posicionamento é de que o aluno tenha participado de todo o processo de ensino, executando tarefas e tendo realizado as avaliações até o final, o que impacta e demonstra o interesse do aluno em vencer as dificuldades registradas durante seu percurso formativo.

Em minha opinião, nas disciplinas com a realização de práticas em oficinas e laboratórios, fica em desacordo oferecer a recuperação da progressão parcial na forma remota, com a liberação da obrigatoriedade da frequência, caso o aluno não tenha participado anteriormente das atividades práticas propostas pela disciplina e do processo avaliativo das mesmas, idêntico ocorre com os componentes curriculares que envolvem projetos. No entanto, o aluno que participou das aulas e executou as tarefas avaliativas durante o processo regular de ensino poderá, quando da Progressão Parcial, ser submetido ao Programa de Estudo Individualizado para a execução de tarefas práticas não realizadas com êxito.

A recuperação de saberes na progressão parcial não está necessariamente vinculada ao período letivo, pode acontecer a qualquer tempo, de forma presencial, ou semipresencial, permitindo o avanço do aluno sempre que forem evidenciadas aprendizagens, antes não alcançadas. Os alunos na condição de Progressão Parcial poderão vivenciar nos conteúdos da(s) disciplina(s) pendentes, novas atividades com conhecimentos necessários à construção dos saberes. Serão levadas em consideração as dificuldades de aprendizagens detectadas no período letivo anterior,

sem que se vincule a ela os dias letivos, a carga horária prevista na matriz curricular e a frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento).

A avaliação da aprendizagem do(a) aluno(a) em progressão parcial será realizada pelo(a) professor(a) responsável, que utilizará vários recursos pedagógicos e metodologias diversificadas conforme previsto no Plano de Intervenção Pedagógica, podendo a Progressão Parcial ser concluída tão logo o discente demonstre superação das deficiências de aprendizagem evidenciadas.

A Progressão Parcial, no caso de reprovação, não pode impedir o aluno de avançar, devendo ser novamente oferecida e cursada. No entanto, o Certificado de Conclusão só será expedido quando o discente for declarado aprovado em todos os componentes curriculares, inclusive no Programa de Estudos da Progressão Parcial.

4.2 O REGIME DE PROGRESSÃO PARCIAL NO IFSUL

A constatação da relevância do oferecimento da Progressão Parcial no IFSul - Câmpus Pelotas, sistema acadêmico (Q-Acadêmico) foi a principal fonte utilizada para a realização de um levantamento de dados, para identificar a importância que tem o oferecimento da Progressão Parcial. Realizou-se a pesquisa direta, através dos filtros disponíveis, a partir da listagem de alunos ingressantes em cada período, bem como estatísticas geradas automaticamente pelo sistema. O processo de extração e organização dos dados teve início em abril de 2019, sendo realizada revisão e algumas atualizações em maio de 2022 (Cardoso, 2019).

A partir dos dados levantados, cabe ressaltar, após interpretação dos gráficos, que os resultados obtidos devem ser encarados apenas como indícios, motivando a reflexão e a realização de estudos qualitativos que possibilitem a compreensão mais aprofundada de realidades educativas complexas e multifatoriais (Cardoso, 2019).

Tendo em vista o impacto das reprovações no 1º e 2º semestres letivos na trajetória dos alunos – tanto em relação às situações de reprovação, quanto de

progressão com dependência – realizou-se o levantamento dos dados relativos ao aproveitamento dos discentes nestes períodos letivos entre os ingressantes em uma série histórica (2013/1 a 2018/2).

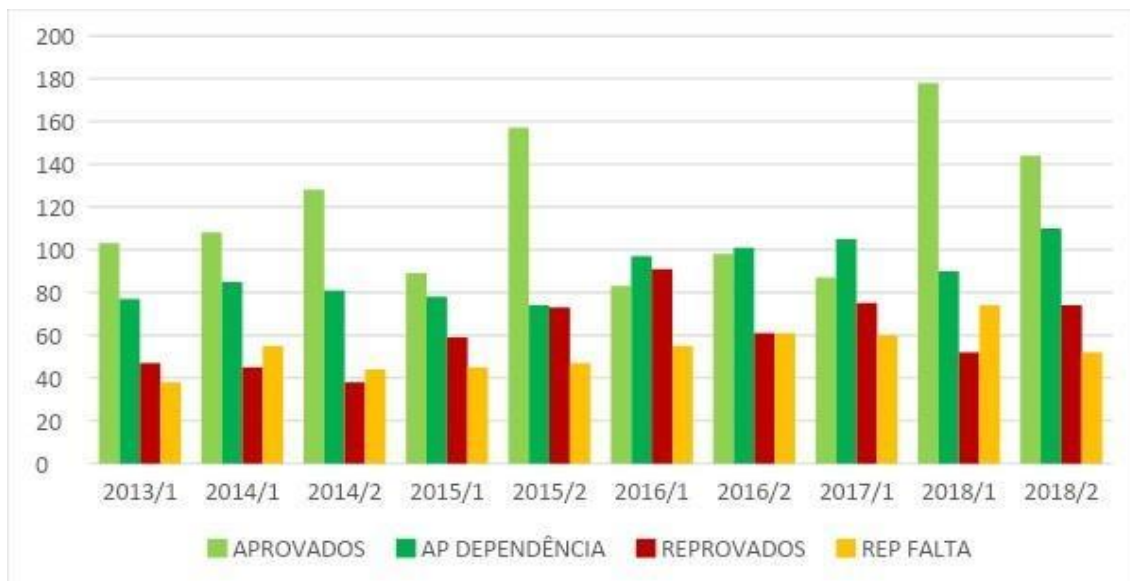
O número de alunos aprovados com dependência revelou-se igual ou superior às reprovações em todos os ingressos pesquisados, superando, por vezes, também o quantitativo de aprovados (Fig.1 e 2).

Figura 1: Avaliação dos resultados do 1º Semestre dos anos letivos (2013/1 a 2018/2) dos Cursos Técnicos Integrados do IFSul Câmpus Pelotas/RS.



Fonte: CARDOSO, 2019.

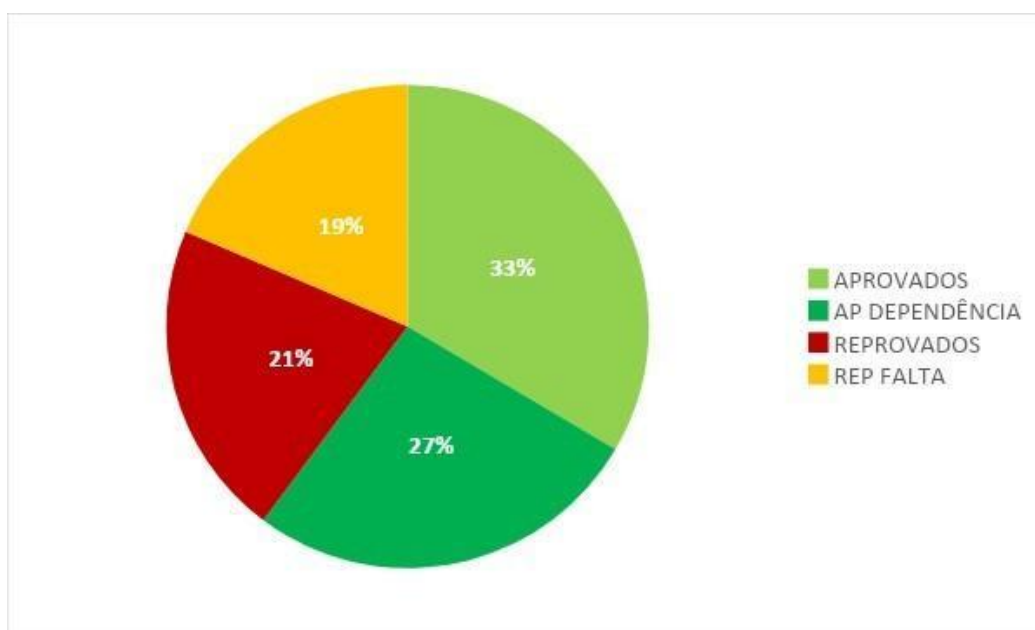
Figura 2: Avaliação dos resultados do 2º Semestre dos anos letivos (2013/1 a 2018/2) dos Cursos Técnicos Integrados do IFSul Câmpus Pelotas/RS.



Fonte: CARDOSO, 2019.

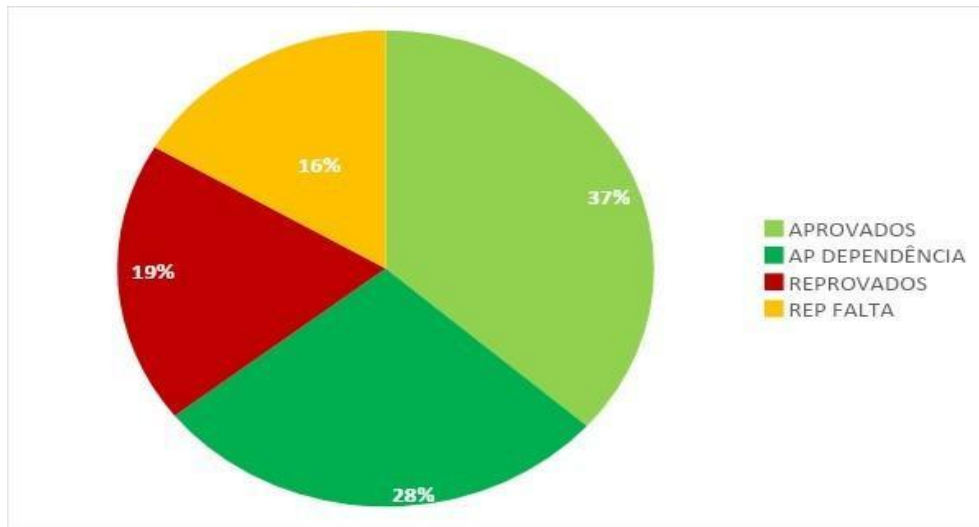
Considerando o total acumulado de cada situação no período pesquisado, permite dimensionar a relevância da aprovação por dependência na possibilidade de progressão dos discentes, correspondendo a 27% das matrículas do 1º período letivo e 28% do 2º período letivo (Fig. 3 e 4).

Figura 3: Resultado do percentual de avaliação acumulativo do 1º Período letivo (2013/1 a 2018/2) dos Cursos Técnicos Integrados do IFSul Câmpus Pelotas/RS.



Fonte :CARDOSO, 2019.

Figura 4: Resultado do percentual de avaliação acumulativo do 2º Período letivo (2013/1 a 2018/2) dos Cursos Técnicos Integrados do IFSul Câmpus Pelotas/ RS.

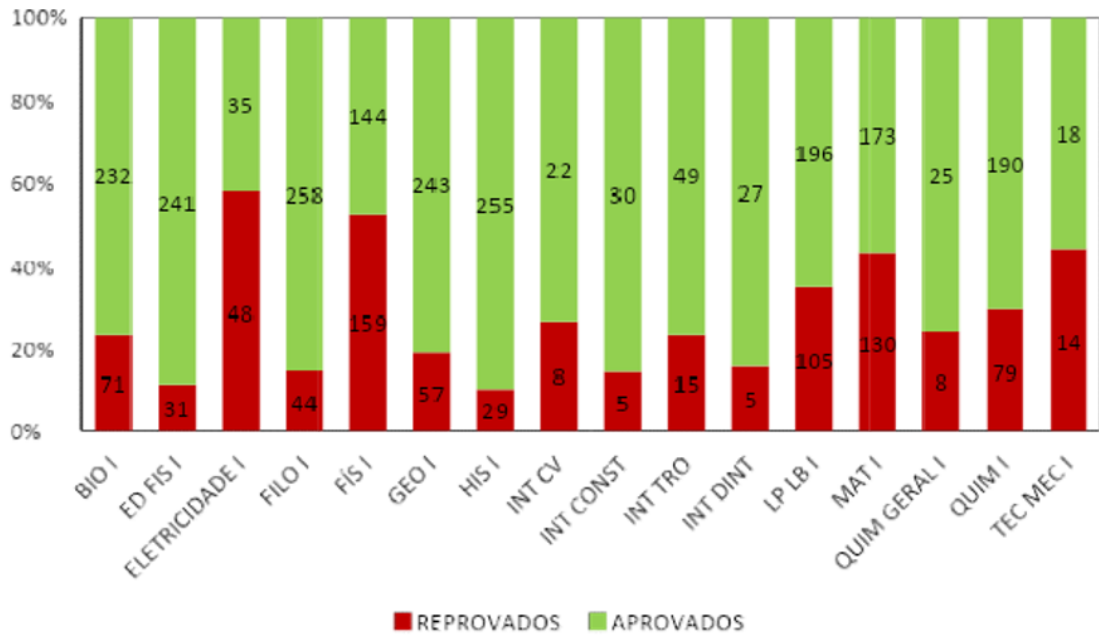


Fonte: CARDOSO, 2019.

Com base nas estatísticas obtidas no sistema acadêmico (situação e disciplina), podemos identificar também o número de reprovações por disciplina no 1º e 2º semestres letivos de 2018/2.

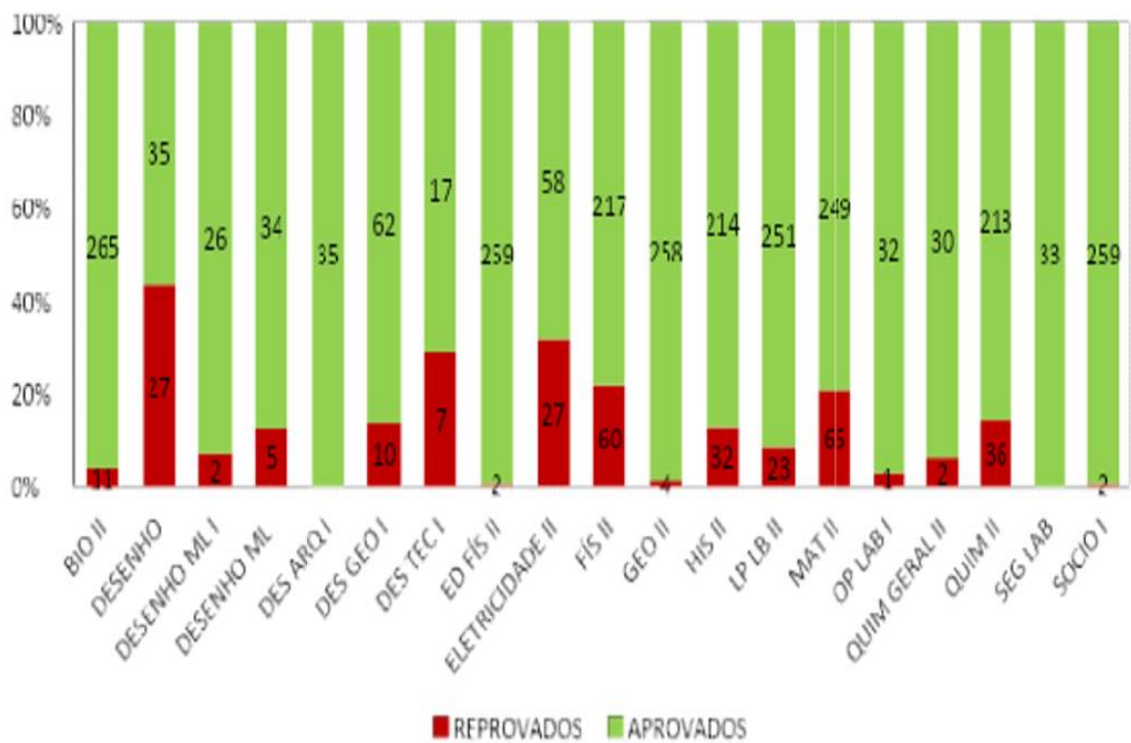
Observa-se que, dentre as disciplinas de Formação Geral (comuns a todos os cursos) ofertadas no 1º semestre, os componentes de Física I e II, Matemática I e II e Química I e II destacam-se com maior percentual de reprovação. Considerando as disciplinas específicas da área técnica ofertadas pelos cursos, no 1º semestre letivo salientou-se maior reprovação em Eletricidade I, Tecnologia Mecânica I e Introdução a Eletrônica. Já no 2º semestre letivo, nas disciplinas Técnicas, as que mais reprovaram foram Desenho, Eletricidade II e Desenho Técnico I (Fig. 5 e 6).

Figura 5: Alunos aprovados/reprovados por disciplina no 1º semestre letivo em 2018/2 dos Cursos Técnicos Forma Integrada do IFSul Câmpus Pelotas/RS.



Fonte: CARDOSO, 2022.

Figura 6: Alunos aprovados/reprovados por disciplina no 2º semestre letivo em 2018/2 dos Cursos Técnicos Forma Integrada do IFSul Câmpus Pelotas/RS.



Fonte: CARDOSO, 2022.

Considerando a interpretação dos gráficos que apresentam os índices de aprovação e reprovação, podemos constatar a relevância do oferecimento do Programa de Estudos de Progressão Parcial, que impacta diretamente na minimização dos elevados índices de reprovação, que seriam bem maiores, até mesmo ultrapassam em muito o número de alunos aprovados nos adiantamentos iniciais do IFSul-PL.

A Progressão Parcial possibilita ao(a) aluno(a) condições favoráveis à superação das defasagens e dificuldades na aprendizagem, evitando com que ele atrase sua formação, além de atender às novas políticas educacionais de Permanência e Êxito.

Na continuidade serão traçadas breves considerações sobre a importância da “Recuperação Paralela”, como uma prática preventiva, indispensável para minimizar o número de alunos que vão para a Reavaliação ou avançam com Progressão Parcial, e os que ficam retidos e/ou evadem da Instituição.

4.3 RECUPERAÇÃO PARALELA: UMA PRÁTICA DE SUPORTE PREVENTIVO

No decorrer do trabalho de dissertação de mestrado, após extensos estudos e com base na minha experiência como profissional da educação, percebi a relevância de abordar também a recuperação paralela como um suporte preventivo para os resultados acadêmicos dos alunos, se constituindo em uma ferramenta indispensável para minimizar o número de alunos que vão para a Reavaliação ou avançam com o Progressão Parcial e, os que ficam retidos e/ou evadem da Instituição.

A seguir, explorarei a importância dessa estratégia como uma ação que antecede a progressão parcial, podendo impactar positivamente o ambiente escolar.

A recuperação paralela é uma prática preventiva de suporte pedagógico prevista na LDB que pode minimizar de forma significativa as reprovações, retenções, evasões e o percentual de alunos que avançam com progressão parcial. Garante que todos os alunos, com baixo desempenho escolar, possam ter a oportunidade de seguir sua vida acadêmica. Não é sistema de aprovação automática, tampouco uma mera

formalidade. Traduz-se no acompanhamento e na intervenção docente no processo de aprendizagem, por meio de estratégias de recuperação.

O real sentido da recuperação paralela é possibilitar a aprendizagem pela construção do saber com o(a) aluno(a), partindo da avaliação e do caminho percorrido pelo(a) aluno(a), dando-lhe condições para que se aproprie dos conteúdos estudados. Para isso, considera-se importante que, de modo colaborativo, gestão, corpo docente e alunos, possam refletir sobre os fatores implicados nas situações de baixo rendimento, fomentando o diálogo acerca dos resultados construídos ao longo do processo. A recuperação paralela é um dever das instituições de ensino e um direito dos alunos.

Nessa perspectiva, o propósito da recuperação paralela não deverá considerar como única estratégia apenas a aplicação de uma nova prova. A avaliação é um movimento contínuo e dinâmico. Não tem por finalidade ranquear ou separar os bons dos maus, os fortes dos fracos, pois cada um possui ritmo e limitações individuais. A avaliação é necessária para se verificar a situação individual do aluno, analisando progressos que obteve, e se não houve, identificar quais as causas, visando à elaboração de meios necessários para superação das dificuldades de aprendizagem.

A recuperação de aprendizagem é o “tratamento especial dispensado aos alunos que apresentam desempenhos não satisfatórios”. Por tratamento especial, não se entenda **privilégio** (grifo nosso), mas uma ação docente investigativa que suscite a reflexão por parte dos sujeitos envolvidos, seguidos de metodologias que contribuam para a superação das dificuldades específicas dos alunos.

O Conselho Nacional de Educação apresenta algumas considerações sobre a recuperação, tratada como mecanismo que visa ao efetivo desenvolvimento dos alunos. O Conselho tem recebido consultas acerca dos estudos de recuperação e das práticas de instituições que entendem ser possível a recuperação dentro das cargas horárias das disciplinas.

O Conselheiro Luiz Roberto Alves posicionou-se a respeito, em 09 de setembro de 2013, como segue: Primeiramente, esclarecemos que a recuperação paralela, segundo o Parecer CNE/CEB nº 12/97, não pode ser confundida ou entendida como

“ao mesmo tempo”, não podendo ser desenvolvida dentro da carga horária da disciplina.

A Lei nº 9.394/96, que estabeleceu as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), no art. 24, inciso V, alínea “e”, trata das regras comuns da organização da Educação Básica, mostra os critérios de verificação do rendimento escolar e assevera: “obrigatoriedade de estudos de recuperação, de preferência paralelos ao período letivo, para os casos de baixo rendimento escolar, a serem disciplinados pelas instituições de ensino em seus regimentos”. A menção de regimentos já oferece um dos atributos da Lei, isto é, o regime de colaboração entre União, Estados e Municípios (art. 8º), refletido nas orientações preliminares desta Câmara sobre a LDB, aprovadas no Parecer CNE/CEB nº 1/97. Ocorre que, naquele momento, as orientações preliminares, ao tratarem dos estudos de recuperação, destacam somente o deslocamento em relação à legislação então vigente, isto é, a preferência é deslocada do seu oferecimento “entre os períodos letivos regulares” para a programação “paralela ao período letivo”.

No entanto, o Parecer CNE/CEB nº 05/97 amplia a precisão discursiva a respeito do tema em estudo: os estudos de recuperação continuam obrigatórios e a escola deverá deslocar a preferência dos mesmos para o decurso do ano letivo. Antes, eram obrigatórios entre os anos ou períodos letivos regulares. Esta mudança aperfeiçoa o processo pedagógico, uma vez que estimula as correções de curso, enquanto o ano letivo se desenvolve, do que pode resultar apreciável melhoria na progressão dos alunos com dificuldades que se projetam nos passos seguintes. Há conteúdos nos quais certos conhecimentos se revelam muito importantes para a aquisição de outros com eles relacionados. A busca da recuperação paralela se constitui em instrumento muito útil nesse processo (art. 24, inciso V, alínea “e”). Aos alunos que, a despeito dos estudos paralelos de recuperação, ainda permanecem com dificuldades, a escola poderá voltar a oferecê-los depois de concluído o ano ou o período letivo regular, por atores e instrumentos previstos na proposta pedagógica e no regimento escolar.

Imediatamente em seguida, o Parecer CNE/CEB nº 12/97 completa o pensamento exarado no Parecer CNE/CEB nº 05/97, pois se expande em considerações ao texto da LDB para abarcar o papel da escola e seu projeto político-

pedagógico, atribuição de notas, conceitos e créditos, processo de avaliação, os reais sujeitos da recuperação de estudos e o tempo a ser dedicado a ela. O art. 24, inciso V, alínea “e” da LDB mantém, como na Lei anterior, a “obrigatoriedade de estudos de recuperação”. Difere da Lei revogada quando determina que sejam os mesmos proporcionados “de preferência paralelos ao período letivo” e assinalando, como antes, sua destinação aos alunos “de baixo rendimento escolar”. Na Lei nº 5.692/71, os estudos de recuperação, embora obrigatórios, eram oferecidos “entre os períodos letivos regulares”. Alguns aspectos precisam ser ressaltados no exame do dispositivo focalizado, em face de dúvidas levantadas a respeito. Primeiro, a compreensão de que tais estudos deverão ser “disciplinados pelas instituições de ensino em seus regimentos”, a partir de suas propostas pedagógicas. Vale dizer, a fixação das normas relativas à matéria é da competência expressa de cada escola.

Em segundo lugar, o simples oferecimento de tais estudos, paralelamente ao período letivo regular, não significará o correto cumprimento da norma legal referida. É indispensável que os envolvidos sejam alvo de reavaliação, também paralela, a ser prevista nestas normas regimentais. Em se tratando de alunos com “baixo rendimento”, só a reavaliação permitirá saber se terá acontecido a recuperação pretendida. E, constatada essa recuperação, dela decorrerá a revisão dos resultados anteriormente anotados nos registros escolares, como estímulo ao compromisso com o processo. Estudo e avaliação devem caminhar juntos, como é sabido, onde está: a avaliação é o instrumento indispensável para constatar em que medida os objetivos colimados foram alcançados.

É importante assinalar a marcante flexibilização introduzida na Educação Básica pela Lei nº 9.394/96, como se vê nas disposições contidas nos arts. 23 e 24, um claro rompimento com a ultrapassada “cultura de reprovação”. O norte do novo diploma legal é a educação como um estimulante processo de permanente crescimento do educando (“pleno desenvolvimento”) onde notas, conceitos, créditos ou outras formas de registro acadêmico não deverão ter importância acima do seu real significado. Serão apenas registros passíveis de serem revistos segundo critérios adequados, sempre que forem superados por novas medidas de avaliação que revelem progresso em comparação ao estágio anterior, por meio de avaliação, a ser sempre feita durante e depois de estudos visando à recuperação de alunos com baixo rendimento.

É bom acrescentar que os estudos de recuperação também podem, como ato de reforço, ser realizados ao final do ano ou período letivo, se a escola assim dispuser em seu regimento, visto que o art. 24 da LDB já determinou a preferência a tais estudos paralelamente ao período letivo regular. Cabe ainda citar que o tempo destinado a estudos de recuperação não poderá ser computado no mínimo das 800 horas anuais que a Lei determina, por não se tratar de atividade a que todos os alunos estão obrigados.

Ainda cabe destacar o disposto no Parecer CNE/CEB nº 24/2008, que trata do questionamento do modo de implantar projeto de reforço com vistas a recuperar alunos de baixo rendimento entre a 1ª e a 4ª séries do Ensino Fundamental. No retorno ao art. 24 da LDB, a relatora reitera o direito do estudante à recuperação da aprendizagem, bem como a obrigação do sistema de ensino em proporcioná-la. Visto que a consulta considerava o direito dos professores a atividades complementares (formação, intercâmbio de experiências, preparação de atividades e desenvolvimento de processos avaliativos) e o possível aproveitamento deles para recuperar alunos de baixo rendimento nesses horários da jornada, a relatora cita a Lei nº 11.738/2008, que garante aos professores 1/3 de sua jornada para o desenvolvimento de tais importantes atividades, o que inviabiliza o seu uso para os estudos de recuperação. Destaca o valor das normatizações nacionais e o esforço em construir a unidade do sistema, desde os pareceres do CNE aos projetos pedagógicos das unidades escolares.

Segue o Conselheiro Luiz Roberto Alves, 2013: Lembramos que o tema já foi tratado nesta Câmara e resultou na aprovação do Parecer CNE/CEB nº 18/2012, que trata da implantação da Lei nº 11.738/2008, que institui o piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da Educação Básica. Torna-se claro, pois, que os Pareceres da Câmara de Educação Básica respondem a todas as dúvidas, especialmente se a visão do regime de colaboração encontrar na unidade escolar sua concretude.

Evidencia-se que “o tempo destinado a estudos de recuperação não poderá ser computado no mínimo das 800 horas anuais que a Lei determina, por não se tratar de atividade a que todos os alunos estão obrigados”; que notas e conceitos decorrem do processo de avaliação e reavaliação, direito dos estudantes e dever da escola e do

docente e que devem estar firmemente estabelecidos nos projetos político-pedagógicos das escolas, conforme estabelecem o art. 12, inciso V, e o art. 13, inciso IV da LDB; que uma recuperação paralela competente e que vise ao efetivo desenvolvimento dos estudantes considerará as reais necessidades de cada um para alargar-se no tempo, do que decorre que uma escola pode realizar recuperação contínua, segundo a diversidade dos que dela necessitem.

Quando se trata de conteúdo, é sabido que os atos de aprender e ensinar implicam conteúdos formalizados em processos pedagógico-didáticos e que o processo de avaliação e reavaliação dos estudos de recuperação serve a uma totalidade, isto é, ao pleno desenvolvimento dos estudantes tidos como, temporalmente, “de baixo rendimento”. Efetivamente, a atitude de recuperação visa à superação dessa condição verificada pelos professores e gestores da unidade escolar (CNE, 2013).

Diante do exposto, dois encaminhamentos precisam ser pensados: o da recuperação paralela nos termos legais e o da avaliação como um processo contínuo e dinâmico.

A recuperação de conteúdos é compreendida como um processo didático pedagógico que visa oferecer novas oportunidades de aprendizagem ao aluno como forma de garantir o alcance dos objetivos previstos nos planos de ensino de cada componente curricular e conseqüentemente o sucesso do aluno.

Atividades de recuperação paralela, nos termos da LDB 9394/96. As atividades de recuperação paralela podem ser:

- a) por meio de momentos marcados especificamente para atender os alunos que apresentaram dificuldades com conteúdos relacionados a uma aula ou a uma avaliação anterior, podendo acontecer de forma individual, em grupos, ou como uma turma, como um todo;
- b) durante os atendimentos, de acordo com a carga horária prevista no plano individual de trabalho do respectivo professor e nos horários disponibilizados no projeto de ensino de monitoria;

c) por meio de recuperação contínua na sala de aula, durante a revisão dos conteúdos, desde que não haja prejuízo dos conteúdos programados no Plano de Ensino, dentro dos dias letivos constantes do calendário acadêmico.

Quanto a avaliação da aprendizagem, trata-se de um processo contínuo e dinâmico, presente em nosso cotidiano humano, de acordo com a origem etimológica da palavra, consiste em dar valor ou mérito. Dessa maneira, a avaliação foi apropriada ao ambiente escolar, tornando-se mais estruturada, a partir do século XVIII, com os estudos sobre a Docimologia e, sobretudo, do século XIX, com a Edumetria e a Psicometria. No romper do século XX, e sob o escopo da racionalização pedagógica, a avaliação escolar ganhou novas dimensões, sem perder de vista a utilização dos exames.

Podemos dizer que a avaliação é parte do cotidiano escolar e da atividade do/a professor/a e não se pode mais prescindir. Todavia, a avaliação da aprendizagem envolve processos, princípios e instrumentos historicamente situados e se coaduna com o tipo de abordagem da aprendizagem adotada pelo/a docente e/ou pela instituição escolar.

Dessa forma, as tomadas de decisões se baseiam na concepção de avaliação escolar, presente na instituição e na formação do corpo gestor e docente, vista como “uma apreciação qualitativa sobre dados relevantes do processo de ensino e aprendizagem”. Conforme Luckesi (2016), pode auxiliar o professor na tomada de decisões sobre o seu trabalho e sobre o desenvolvimento de seus alunos, mas se vista de uma maneira puramente quantitativa, sem uma apreciação qualitativa dos resultados, a avaliação tende a ser classificatória, punitiva, e pode se constituir em um instrumento de exclusão.

De acordo com esse autor, a avaliação da aprendizagem se refere à apreciação qualitativa do processo de ensino-aprendizagem, buscando constatar os progressos e as dificuldades e reorientar o trabalho escolar, envolvendo o processo de diagnóstico para decidir. Assim, a avaliação pode ser amorosa, inclusiva, dinâmica e construtiva, cujo investimento se baseia mais no processo de aprendizagem do que no seu produto, embora o produto da aprendizagem seja seu objeto final.

Segundo Libâneo, pensando em uma perspectiva de avaliação formativa, assegura que a “avaliação escolar é um componente do processo de ensino que visa, através da verificação e qualificação dos resultados obtidos, determinar a correspondência destes com os objetivos propostos” e orientar as próximas atividades a serem realizadas. Dessa forma, de acordo com esse autor, a avaliação possui duas funções: a pedagógico-didática e a de diagnóstico e de controle, as quais cumpririam as seguintes tarefas: a de verificação, de qualificação e de apreciação qualitativa dos resultados (Libâneo, 2013).

Depois de identificados os conteúdos não assimilados pelos alunos, o(a) professor(a) pode propor outras estratégias de ensino que, em permanente diálogo com os alunos, possibilitem a aprendizagem, para que possam ser desenvolvidas as competências e habilidades propostas como objetivos de aprendizagem. Esse movimento contínuo de avaliação e reavaliação do processo de ensino-aprendizagem possibilita uma retomada dos conteúdos trabalhados, contribuindo para a melhoria do rendimento acadêmico dos alunos e, de certo modo, na prática, essas estratégias funcionam como alternativas de recuperação da aprendizagem ao longo do processo.

No que se refere às atividades semipresenciais, na recuperação paralela similares à progressão parcial, faz-se necessário uma infraestrutura para estudos a distância, ambiente virtual adequado para aprendizagem (AVA-Institucional), com a orientação do(a) professor(a), fórum para dúvidas e efetivo acompanhamento docente do responsável pela disciplina.

Vivemos em um mundo onde todos os setores da sociedade utilizam a tecnologia para tornar a vida mais prática e conveniente.”

As Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) eliminaram as barreiras para o acesso à informação e ao conhecimento, proporcionando novas formas de educação e favorecendo ambientes inovadores de ensino e aprendizagem

Segundo Kenski, as tecnologias da informação e da comunicação trouxeram mudanças consideráveis e positivas para a educação. Vídeos, programas educativos na televisão e no computador, sites educacionais, softwares diferenciados transformam a realidade da aula tradicional, dinamizam o espaço de ensino-

aprendizagem, onde anteriormente, predominava a lousa, o giz, o livro e a voz do professor (Kenski, 2004).

Um dos caminhos para a prática pedagógica de qualidade nos estudos de recuperação paralela é focar na recuperação do ensino, e não apenas da aprendizagem, pois se o educando com o ensino que teve não adquiriu o conhecimento esperado, então cabe retornar ao ensino para que ele venha obtê-lo de fato.

Para retornar ao ensino, busca-se novas estratégias, recursos, muda-se a metodologia e, como proposta, utiliza-se metodologias da educação a distância. Isso permite que os alunos adquiram competências e participem de uma comunidade de novas práticas. Com a disponibilização das atividades educativas na plataforma AVA-Institucional, o(a) aluno(a) poderá, em sua casa, realizar atividades propostas pelos professores e o(a) professor(a) poderá visualizar os resultados das atividades desenvolvidas pelos alunos através dos registros e relatórios que são gerados, facilitando a consulta do(a) professor(a) e a visualização do desenvolvimento do aluno.

As possibilidades oferecidas pelas Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC) ampliam as possibilidades de interação entre professor e aluno, flexibilizando o processo de mediação pedagógica no tempo e no espaço. Diversifica seu modelo de ensino, permite a elaboração de um Projeto Integrador com atividades a distância.

A modalidade de Educação a Distância (EaD) possui uma estreita relação com as Tecnologias da Informação e Comunicação (TDIC). Isso possibilita pensar em um outro direcionamento para a Recuperação Paralela, utilizando-se algumas de suas ferramentas com atividades de retomada e recuperação de conhecimentos em que o discente não alcançou êxito, as quais devem ser planejadas para cativar e motivar os alunos.

Com a chegada da COVID-19, a maioria dos profissionais da educação adotou diferentes formas de ensino remoto, seja na modalidade semipresencial ou totalmente online, como forma de prosseguir com a atividade de docência. Essa mudança abrupta quebrou muitas das resistências do passado, e demonstrou que existem ferramentas,

experiências e possibilidades que oferecem condições para avançarmos ainda mais no futuro.

O avanço e o progresso não resultam apenas da disputa de ideias, mas sim do acúmulo de experiências que nos conduzem a uma prática renovada, mais complexa, dinâmica e eficaz. Desafiar o cotidiano e romper com o comum, deixando de lado as zonas de conforto, é um papel inerente do educador.

Em decorrência de transformações sociais e avanços tecnológicos anteriores, observamos um processo contínuo e acelerado, despertando para a obrigação de reinventar o trabalho desenvolvido pelo professor em sala de aula. Esse processo nos levou à conscientização da necessidade de adotar urgentemente novas abordagens para substituir as aulas presenciais do modelo tradicional. O objetivo é garantir a qualidade de ensino, o sucesso e permanência dos alunos, com a efetiva transferência e evolução do conhecimento humano para as gerações presentes e futuras.

Frente ao exposto, faz-se necessária a modelagem para uso das novas tecnologias educacionais como ferramentas do(a) professor(a) e dos alunos como apoio e até instrumentos de complementação dos horários de sala de aula, dos horários de atendimento pelos professores, horários de monitoria e, em alguns casos, das aulas presenciais de recuperação paralela, oferecidas raramente por alguns professores, das quais nem sempre todos os alunos conseguem participar.

No Calendário Acadêmico não constam dias letivos previstos para os estudos de Recuperação Paralela e de pouco resultado positivo tem sido o oferecimento de Provas de Reavaliação ao final do período letivo, sem que o aluno tenha recuperado durante o processo de ensino e de aprendizagem, os objetivos e conteúdos em que não alcançou êxito.

Dessa forma, faz-se necessário atender os preceitos legais e oferecer a Recuperação Paralela de forma contínua durante todo processo de ensino e de aprendizagem. Com certeza, através desses estudos preventivos se conseguirá melhorar os resultados das Avaliações, diminuir o número de alunos que vão para Reavaliação, avançam com Progressão Parcial ou ficam retidos ao final do período letivo.

A Recuperação Paralela oferecida na forma semipresencial, com o uso das TICs se torna em uma ferramenta indispensável para minimizar o inaceitável índice de alunos retidos, os que evadem da Instituição, optando por outras alternativas de estudo e/ou forma de avançarem em seu itinerário formativo, quando não ficam compondo o indesejável número estatístico de crianças, jovens e adultos que interrompem definitivamente seu processo de escolarização.

Por fim, a recuperação paralela é uma ferramenta valiosa para educadores e alunos, pois ela não apenas previne o insucesso, mas também promove o sucesso acadêmico. Como profissional da educação, vejo que sua abordagem no presente trabalho pode contribuir significativamente para aprimorar essa estratégia de prevenção aos elevados percentuais de insucesso escolar, motivo pelo qual passará a integrar a proposta de produto educacional.

As estratégias de ensino semipresencial que serão apresentadas, bem como a utilização do AVA Institucional e os Planos de Intervenção Pedagógica, poderão servir tanto para a recuperação paralela como para progressão parcial.

A seguir, será realizada a abordagem quanto ao contexto do estudo, trazendo dados do histórico do Instituto Federal Sul-rio-grandense-IFSul e do IFSul-Câmpus Pelotas.

5. CONTEXTO DO ESTUDO: HISTÓRICO DO IFSul

Conforme consta do Plano Estratégico Institucional de Permanência e Êxito dos Estudantes do IFSul, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense tem sua origem no, hoje, campus Pelotas, considerada Instituição de educação profissional pioneira e modelo de excelência em todo o Estado.

Possui uma longa trajetória como instituição de educação profissional. Sua história começou a ser escrita no início do século XX, por meio de ações da diretoria da Biblioteca Pública Pelotense que, em 07 de julho de 1917, sediou a assembleia de fundação da Escola de Artes e Ofícios. Essa escola constituiu-se como uma sociedade civil cujo objetivo era oferecer educação profissional para meninos pobres, sediada em prédio construído mediante doações da comunidade pelotense.

As aulas tiveram início em 1930, quando o município assumiu a Escola de Artes e Ofícios e instituiu a Escola Técnico Profissional que, posteriormente, passou a denominar-se Instituto Profissional Técnico e cujos cursos compreendiam grupo de ofícios divididos em seções: Madeira, Metal, Artes Construtivas e Decorativas, Trabalho de Couro e Eletro-Chímica. O Instituto Profissional Técnico funcionou por uma década e teve seu prédio demolido para a construção da Escola Técnica de Pelotas.

Em 1942, através do Decreto-lei nº 4.127, de 25 de fevereiro, do então presidente Getúlio Vargas e pelo ministro da Educação, Gustavo Capanema, foi criada a Escola Técnica de Pelotas (ETP), atendendo gestões e ações do ilustre pelotense Luiz Simões Lopes. Passou a ser a primeira e única instituição do gênero no Estado do Rio Grande do Sul. A ETP, inaugurada em 11 de outubro de 1943, com a presença do presidente Getúlio Vargas, começou suas atividades letivas em 1945, com cursos de curta duração, denominados ciclos. Nesse primeiro ciclo de ensino industrial, os cursos existentes foram de Forja, Serralheria, Fundição, Mecânica de Automóveis, Máquinas e Instalações Elétricas, Aparelhos Elétricos, Telecomunicações, Carpintaria, Artes de Couro, Marcenaria, Alfaiataria, Tipografia e Encadernação.

O primeiro curso técnico da ETP foi o curso de Construção de Máquinas e Motores, do qual é originário o atual curso de Mecânica Industrial.

No ano de 1959, a Escola Técnica de Pelotas passa a ser caracterizada como autarquia Federal, e em 1965 passa a se denominar Escola Técnica Federal de Pelotas - ETFPEL.

Com um papel social muito forte e reconhecidamente destacado na formação de técnicos industriais, a ETFPEL tornou-se uma instituição especializada e referência na oferta de educação profissional de nível médio, formando expressivo número de estudantes nas habilitações de Mecânica, Eletrotécnica, Eletrônica, Edificações, Eletromecânica, Telecomunicações, Química e Desenho Industrial.

Em 1994, o Ministro da Educação encaminhou ao Congresso Nacional a proposta de um Sistema Nacional de Educação Tecnológica e de transformação das Escolas Técnicas Federais em Centros Federais de Educação Tecnológica. Em dezembro desse mesmo ano, foi editada a Lei que previu a transformação Institucional de todas as Escolas Técnicas da Rede Federal em CEFETs, exigindo processo individualizado para implantação gradativa de cada Centro. Também, em 1994, foi reconhecida a regularidade de estudos do Curso Técnico de Desenho Industrial.

A transformação da ETFPEL em Centro Federal de Educação Tecnológica de Pelotas-CEFET-RS ocorreu em 1999, através de Decreto Presidencial que criou o Centro Federal de Educação Tecnológica de Pelotas-CEFET-RS, o que possibilitou, além da oferta dos Cursos Técnicos de Nível Médio, a oferta de Cursos Superiores e de pós-graduação, abrindo espaço importante para pesquisa e convênios com outras instituições públicas e/ou privadas, com foco no desenvolvimento e nos avanços tecnológicos.

Posteriormente, passou a fazer parte do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense (IFSul), integrante da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, criado a partir do CEFET-RS, mediante Lei nº11.892, de 29 de dezembro de 2008.

Nesse momento, os Institutos Federais passam a integrar uma outra cultura de educação, trazem uma visão sistêmica de educação com relação às diversas áreas do saber.

Os Institutos Federais devem possibilitar aos trabalhadores a formação continuada ao longo da vida, reconhecendo competências profissionais e saberes adquiridos informalmente em suas vivências, conjugando-os com

àqueles presentes nos currículos formais. Os conhecimentos produzidos pelas pesquisas devem estar colocados a favor dos processos locais. É nessa via que a extensão pode possibilitar a segmentos e setores [...] o acesso ao conhecimento científico e tecnológico a fim de criar condições favoráveis à inserção e permanência no trabalho, de geração de trabalho e renda e exercício da cidadania, ao mesmo tempo em que aprende o conhecimento construído pela sociedade enriquecendo os currículos de ensino e áreas de pesquisa (SILVA, 2009, p. 10).

Atualmente, o IFSul, cuja sede administrativa está localizada em Pelotas/RS, é formado por 14 campus e é caracterizado pela verticalização do ensino, oferta educação profissional e tecnológica em diferentes níveis e modalidades de ensino, assim como articula a educação superior, básica e tecnológica. Essa estrutura permite que o Câmpus Pelotas seja uma unidade do Instituto Federal Sul-rio-grandense que atende uma média de 5.000 alunos por ano, orientando, formando e colocando no campo do trabalho, jovens aptos, qualificados com competência, atitude e profissionalismo.

Na proposta do atendimento de disciplinas em regime Progressão Parcial é pertinente o uso de novas tecnologias. É necessário que se façam ajustes no plano de trabalho promovendo uma articulação entre as metodologias, estratégias, recursos didáticos e conteúdo a serem recuperados levando em conta o motivo do aluno não ter alcançado êxito anteriormente.

O Acórdão nº 506 do Tribunal de Contas da União BRASIL (2013), ao versar sobre a importância e desafios que se impõe à Rede Federal de Educação Profissional na atualidade, menciona os resultados já evidentes dessa política de expansão:

[...]quando se comparam os resultados no Enem de estudantes oriundos da Rede Federal de Educação Profissional com os que vieram de instituições de outras redes, verifica-se que o desempenho dos primeiros é nitidamente superior ao demais estudantes (BRASIL,2013).

Entretanto, esse processo de expansão traz em seu bojo uma série de implicações, como a preocupação com a permanência e êxito dos alunos. Ao focar sobre a totalidade dos alunos ingressantes, podemos observar diferentes situações socioeconômicas acompanhadas de trajetórias educacionais, das mais variadas, o que nos faz ressaltar a necessidade de ações articuladas e bem definidas, para minimizar as diferenças e proporcionar o adequado desenvolvimento dos processos de ensino aprendizagem.

O contexto exige uma maior atenção da gestão em relação aos processos educativos, em especial no acompanhamento dos elevados índices de evasão e retenção escolar. Para que a instituição possa combater a evasão e a retenção, faz-se necessário que toda a comunidade escolar, através de seus diferentes agentes envolvidos diretamente com o processo de ensino e de aprendizagem estejam não só capacitados e preparados para o desenvolvimento de ações, como motivados e comprometidos com a obtenção dos resultados desejados. O grande desafio está em encontrar formas de atuação condizentes com os avanços que a ciência e a tecnologia estão impondo continuamente à sociedade.

A garantia do direito constitucional à educação impõe-se fortemente a cada momento, o que implica na problematização dos inaceitáveis e preocupantes fatores ligados à evasão, à retenção e ao insucesso escolar. Assim sendo, o Instituto Federal Sul-rio-grandense passa a ter o compromisso de planejar ações que promovam a redução desses fatores, não somente no que diz respeito aos alarmantes índices estatísticos, mas sobretudo no que se refere à qualificação dos seus processos de escolarização nos seus diferentes níveis de ensino, promovendo, constantemente, ações sistêmicas e locais articulados, a fim de garantir a permanência e êxito dos alunos do IFSul. Logo, não podemos tratar com reducionismos o problema da evasão e da retenção escolar, seria demonstrar cegueira a fatos complexos e tão preocupantes.

A evasão escolar no Ensino Médio é um desafio significativo no Brasil. Esse problema é ainda mais grave entre a população mais vulnerável: apenas 46% dos jovens do 1/5 mais pobre concluem o Ensino Básico. Para combater essa evasão, iniciativas como apoio financeiro, ambientes de aprendizagem inovadores e valorização dos professores são essenciais. É fundamental atrair e reter mais alunos no Ensino Médio para evitar consequências econômicas e sociais. Portanto, investir na educação e combater a evasão é crucial para o futuro do país.

Com publicação no site do TCU, o Tribunal de Contas da União (TCU), após auditoria operacional realizada pela Unidade de Auditoria Especializada em Educação, Cultura, Esportes e Direitos Humanos, analisou as ações de enfrentamento à evasão escolar nas instituições integrantes da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (EPT), pode constatar que a evasão alcançou,

em média, 41% nos cursos técnicos e 51% nos cursos de graduação, no ano de 2022. O período avaliado foi de 2017 a 2022. A fiscalização avaliou o grau de eficiência de conclusão nos cursos técnicos e de graduação ofertados pelas instituições integrantes da Rede Federal EPT, levando em conta a ocorrência de expansão e interiorização sem a viabilização das condições para a permanência e êxito dos estudantes.

Para o TCU, diversos fatores impactam negativamente a estratégia de permanência e êxito pela Rede Federal, com reflexo na taxa de evasão escolar. Entre eles, estão insuficiência de recursos financeiros para a assistência estudantil e a alimentação escolar, falta de pessoal para compor as equipes multiprofissionais, deficiências na infraestrutura, entre outros fatores.

A auditoria também constatou deficiências relevantes nos planos estratégicos de permanência e de êxito dos estudantes das Instituições da Rede Federal EPT, a exemplo de: a) dificuldades para o acesso ágil às informações sobre retenção e evasão de estudantes nos sistemas de gestão acadêmica utilizados pelas instituições de ensino; b) conhecimento impreciso das taxas de evasão de estudantes por cor/raça e renda familiar per capita; c) ausência de ranqueamento dos principais fatores associados à evasão; d) ausência de priorização das ações de intervenção para fazer frente ao fenômeno da evasão; e) ausência de fixação de metas de elevação gradual das taxas de conclusão média dos cursos técnicos e de graduação.

Em decorrência do trabalho realizado e das constatações a que chegaram, o TCU determinou ao Ministério da Educação que regulamente a elaboração de estratégias de acesso, permanência e êxito dos estudantes. O TCU também emitiu recomendações ao Ministério e as Instituições de Ensino da Rede Federal de Educação Profissional.

O Ministério da Educação, através da Portaria Nº 646, de 25 de agosto de 2022, instituiu a Matriz Orçamentária, instrumento de distribuição anual do orçamento destinado aos Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia às demais instituições que fazem parte da Rede federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica – Rede Federal de EPT. No Capítulo II, da Composição e da Coleta de Dados para a Matriz de Distribuição Orçamentária da Rede Federal de EPT, no seu Artigo 4º, diz que a matriz orçamentária considerará, para fins de distribuição orçamentária, alguns blocos, entre os quais destacamos o inciso III - Qualidade e

Eficiência: atividades desenvolvidas pelas instituições, aferida, a partir de indicadores disponíveis na Plataforma Nilo Peçanha. Destarte, o foco é o acesso, a permanência e o êxito acadêmico, ou seja, a Eficiência Acadêmica - IEA, passa a ser importante indicador para a matriz orçamentária.

Temos pela frente desafios expressivos em relação à gestão dos processos educacionais que, dentro dos preceitos da gestão democrática e por recomendação do Acórdão do TCU nº 506/2013, faz-se imprescindível a adoção de políticas específicas para cada segmento educacional, pautadas por demandas locais e gerenciadas por cada unidade de ensino. Cabe então, nesta visão, que a Direção de Ensino e seus diferentes Departamentos, com suas Coordenadorias de Cursos e Áreas, destacando o Departamento de Permanência e Êxito, juntamente com a Assessoria Pedagógica e de Assistência Estudantil, a responsabilidade de diagnosticar fatores que contribuem para a manifestação desses registros preocupantes e complexos da evasão e retenção escolar, assim como promover o planejamento e a implementação de iniciativas de reversão, sob a orientação e supervisão das instâncias sistêmicas Institucionais. Logo, o Planejamento Educacional deve estar voltado para a promoção de permanência e êxito dos alunos, o que passa pela adequação de metodologias, incluindo as novas tecnologias da educação. Entre elas, o ensino híbrido, bem como o aperfeiçoamento do processo avaliativo.

Novas metodologias e estratégias propostas podem favorecer a formação do aluno, desde que impliquem no desenvolvimento do espírito crítico, da reflexão e da criatividade para a proposição de intervenções sobre a realidade.

Observamos que o rendimento de uma pessoa na escola, muitas vezes, está parcialmente relacionado às influências ambientais que recebe da própria escola, do meio social e do lar. O que o indivíduo é e o que pode vir a ser são funções do seu ambiente total. Por isso, as metodologias e estratégias devem estar associadas a um planejamento com a intenção de transformar para formar, criar um sujeito que analisa, reflete, critica e participa da transformação do seu meio. A maioria dos indivíduos não necessita de mais informações. Precisa de ajuda para compreender qual o significado dos saberes já apreendidos.

O(A) aluno(a) que abandonou a escola não o fez porque precisava de outros conhecimentos, pois isso era exatamente o que já lhe era oferecido. O que faltou foi dar-lhe a visão da relação entre os saberes recebidos e o que poderia fazer com eles em prol de suas próprias necessidades. Muitas vezes, não se promoveu nele o interesse e a curiosidade investigativa em busca de respostas e soluções satisfatórias utilizando sua capacidade criativa e transformadora. A meta da educação enquanto ciência e da própria aprendizagem consiste em ajudar o indivíduo a converter-se em uma pessoa que funcione com o máximo de suas possibilidades, alcançando novos níveis de conhecimento e humanização.

Frente a esse cenário, faz-se necessária a busca de ferramentas que definem as causas e propostas alternativas para a solução deste problema, envolvendo todos os partícipes da comunidade escolar: gestores, profissionais do apoio pedagógico e da assistência estudantil, professores, servidores administrativos, pais e, em especial, os alunos. Assim, juntos, poderemos traçar caminhos que levam os discentes ao êxito escolar e, conseqüentemente, ao sucesso da instituição em que atuamos.

Ainda cabe destacar, como antecedente da acolhida, que a Constituição Federal dá a Educação, tornando-a direito puro, heterônomo e aplicado. Sobre a Educação, para que tenhamos sempre presente em nossas reflexões, explica a nossa Constituição. Segue *in verbis*:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 2015).

O Programa de Progressão Parcial significa a possibilidade de minimizar os elevados índices de reprovação, evasão, retenção e, conseqüentemente, o fracasso escolar. Aponta novas práticas que poderão ser utilizadas para o atendimento e entendimento de uma disciplina e/ou de conteúdos não alcançados com êxito pelo aluno quando cursados na forma regular.

No IFSul Campus Pelotas, o discente beneficiado pela progressão parcial pode recuperar disciplinas em que não obteve aprovação, em regime de dependência, preferencialmente em turno inverso ao da sua matrícula, assistindo à totalidade das aulas e conteúdos da referida disciplina em que não obteve aprovação. Além disso, será inserido em uma turma de ensino regular, formada por alunos repetentes e alunos

que estão cursando esse período letivo pela primeira vez, causando o desconforto da repetência, além de ser desestimulante ter que assistir uma vez mais, conteúdos já aprendidos, e vencidos com êxito.

Isso contraria de muitas formas a legislação vigente, que aponta para um ensino planejado individualmente, especialmente com o fim de particularizar a dificuldade que levou o(a) aluno(a) a não obter êxito, o que resultou na necessidade do cumprimento de dependência que promovesse o real aprendizado que faltou.

O planejamento pelo(a) professor(a) de estudos individualizados por aluno(a) visa alcançar a recuperação somente dos conteúdos em que o(a) mesmo(a) não alcançou êxito. Sendo assim, faz-se necessário que o(a) professor(a) que ministrou a disciplina no período letivo emita um parecer do(a) aluno(a) com registro dos conteúdos a serem recuperados, quando do regime de progressão parcial, o que atualmente não ocorre.

O momento certo para tal ação seria durante o Conselho de Classe final, quando são verificados os resultados finais dos alunos e definido o aproveitamento de cada um deles, com o devido encaminhamento necessário à elaboração de um PIP- Plano de Intervenção Pedagógica específico e individualizado, voltado à recuperação apenas de conhecimentos não alcançados com êxito.

A recuperação de conhecimentos em que não foi alcançado êxito pelo(a) aluno(a) poderá ser realizada de forma presencial e/ou semipresencial, conforme o caso, prevendo os momentos necessários, e avaliações presenciais.

Atualmente, pela Organização Didática do IFSul-Câmpus Pelotas, na dependência, o(a) aluno(a) é levado(a) a cursar novamente toda a disciplina, e não só os conteúdos em que não obteve aprendizagem e êxito.

No Plano de Intervenção Pedagógica do(a) professor(a), deve constar o cronograma de trabalho para cada aluno(a), bem como a metodologia a ser desenvolvida, as avaliações a serem realizadas durante o processo de ensino de recuperação dos conteúdos em que o(a) aluno(a) não alcançou êxito. Hoje, o Plano de Ensino raramente prevê a recuperação dos estudos em que o(a) aluno(a) não alcançou êxito, remetendo à recuperação de uma etapa avaliativa, ou das duas etapas

avaliativas, o que leva a que os alunos sejam obrigados a recuperarem toda a disciplina, ou seja, estudos também em que já havia demonstrado aprendizagem.

Considerando que a aprovação se dá por frequência mínima de 75% no total das aulas de todas as disciplinas do período letivo e por aproveitamento, a partir do mesmo ter alcançado, no mínimo, nota 6,0 (seis) em cada uma das etapas avaliativas. O(A) aluno(a) que reprovou nos dois critérios de avaliação da aprendizagem (frequência e aproveitamento), ou que abandonou a disciplina, acaba progredindo de adiantamento e ficando em até 02 (duas) disciplinas como dependência, mesmo que tenha obtido frequência inferior a 75% na matéria e tenha obtido nota inferior àquela exigida para aprovação, e não tenha acompanhado na(s) disciplina(s) o processo de ensino e participado das avaliações até o final do período letivo. Nesse caso específico, sim, o(a) aluno(a) seria levado(a) a necessidade de recuperação de toda a disciplina, o que não ocorre hoje, pois alunos que não acompanharam todo o processo de ensino e não participaram do processo avaliativo ficam, pelo Parecer CNE/CEB 24/2003, dispensados da frequência na dependência, o que acarreta em prejuízo deles(as) mesmos(as).

Essa tem sido mais uma constatação, pois a dependência, a meu ver, só poderia ser oferecida aos alunos que percorreram o itinerário de ensino da disciplina, e participado das atividades curriculares e de todo o processo avaliativo. Logo, o discente não poderia ter abandonado uma ou duas das disciplinas como escolha para salvar as demais. A esse aluno ficaria a obrigatoriedade de frequentar presencialmente e integralmente a disciplina durante a Progressão Parcial, com a exigência do mínimo de frequência. Hoje, alunos que não acompanharam as aulas e até mesmo deixaram de frequentá-las, passam a gozar do direito previsto na legislação, da não obrigatoriedade da frequência, por já terem obtido anteriormente os 75% de frequência, mesmo que não tenham participado das aulas e adquirido os conhecimentos necessários à sua promoção e continuidade de seus estudos. Fica como questionamento, como dispensar das atividades práticas em oficinas e laboratórios os alunos que nunca ou raramente efetivaram tais práticas, por não terem comparecido às aulas e realizado as atividades propostas pelo professor da disciplina?

A avaliação no IFSul-Câmpus Pelotas, hoje, se dá em duas etapas independentes, sendo que em cada uma delas o aluno necessita obter nota final igual ou superior a 6,0 (seis) sobre 10 (dez). Porém, se o aluno obteve êxito em uma das etapas avaliativas do período letivo, conforme a legislação, deverá ser aproveitada a etapa em que obteve aprovação e recuperados os saberes em que não obteve êxito da outra etapa não vencida, o que, muitas vezes, não ocorre, levando o aluno a ter que requerer, através de processo Administrativo, tal direito. Para os alunos dos cursos noturnos, torna-se imprescindível o imediato oferecimento da Progressão Parcial de forma semipresencial, com atividades de recuperação oferecidas através das novas tecnologias da educação, salvaguardando as avaliações que necessitam serem presenciais. Atualmente, em alguns dos cursos noturnos, disciplinas em recuperação são colocadas no mesmo horário das disciplinas regulares, acarretando em prejuízo da ordenação curricular, condição **sine qua non** para o oferecimento da Progressão Parcial. É o respeito garantido à ordenação curricular. A oferta da Progressão Parcial na forma semipresencial oportunamente apresenta-se interessante e importante também para os alunos dos cursos diurnos.

A atual legislação não prevê limite de disciplinas a serem recuperadas, porém, hoje, no IFSul-Câmpus Pelotas, a Organização Didática permite a recuperação em 02(duas) disciplinas, o que, considerando a relevância que a Progressão Parcial tem tido para a redução dos elevados índices de reprovação. Sou defensor de que venha a ser oferecida em 03(três) disciplinas a serem recuperadas. Oportunidade que será dada aos alunos, e que com certeza influenciará ainda mais no combate à desigualdade e reduzirá os inadmissíveis índices de reprovação, concentrados principalmente nos adiantamentos iniciais, causa impactante para a evasão e conseqüentemente fracasso escolar, o que vem de encontro às novas políticas de acesso, permanência e êxito.

Registro como inaceitável a relação entre o número de alunos ingressantes em comparação ao número de alunos concluintes do Ensino Técnico de Nível Médio. Sei que uma série de fatores internos e externos influencia na trajetória discente, e que cabe à Instituição oferecer as condições possíveis para atendimento das desigualdades evidenciadas. Isso somente poderá ser consolidado através de políticas de ensino e assistência estudantil, com vistas de tentar superar as dificuldades, a exemplo do atendimento aos alunos com necessidades especiais de

ensino-AEEs. Os demais alunos podem apresentar níveis de diferentes outras necessidades e problemas que afetam direta ou indiretamente o rendimento escolar.

Cito, aqui, a ausência de regramento no oferecimento aos alunos dos estudos de Recuperação Paralela, o que existe é apenas a aplicação de provas de reavaliação das etapas ao final do período letivo. A falta de sistematização da recuperação paralela implica diretamente no elevado número de alunos que só não ficam reprovados por causa do oferecimento da Progressão Parcial (ainda denominada dependência), hoje, em até 02(duas) disciplinas.

A Progressão Parcial comprovadamente faz parte importante dessas ações, que necessitam ter continuidade e serem complementadas, associadas a um currículo ajustado às necessidades dos alunos, capaz de resgatar defasagens oriundas do Ensino Fundamental. Torna-se inadiável o uso de novas metodologias presenciais e semipresenciais, que possam tornar o ensino mais agradável, contextualizado e humanizado, atendendo às expectativas dos alunos e de suas famílias. Faz-se necessário o oferecimento de uma avaliação mais diversificada, em que a prova não seja o único recurso utilizado, e que o processo avaliativo possa ser cada vez mais justo e longe de ser classificatório. Urge, pois, também a necessidade de implementação das ações de assistência estudantil, que tanto tem auxiliado no combate às desigualdades, entre outros temas que necessitam de aprofundamento e discussão por parte de governantes e gestão do sistema de ensino, junto a sua comunidade escolar.

No próximo capítulo, serão traçadas breves considerações sobre educação, enfatizando o Professor no processo de educação e o Educar em um outro caminho.

6. ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE EDUCAÇÃO

Segundo Maturana, a educação ocorre na convivência com o outro e, ao conviver, ocorre a transformação natural do sujeito. Assim, a educação é uma transformação na convivência que ocorre ao longo do tempo. É um processo que se declara em uma história do conviver, tanto do aluno como do professor (Maturana, 2006).

Origem **da palavra educar**: do latim *educare, educere*, que significa literalmente “conduzir para fora” ou “direcionar para fora”. O termo latino *educare* é composto pela união do prefixo *ex*, que significa “fora”, e *ducere*, que quer dizer “conduzir” ou “levar 1” (Dicio,2023).

Parafrazeando Maturana (1998), cada indivíduo é um observador diferente que observa mundos distintos. Não existe um só mundo, mas tantos quantos são os observadores. Portanto, o que existe é um “multiverso” e não um “universo”: cada sala de aula, cada aluno e cada professor são universos à parte, que compõem este intricado tecido que constitui o multiverso da Escola. É nele que professamos nossa arte, é nele que devemos “educar”, mas sempre de acordo com nossa história e a partir das reflexões que fazemos dela.

Esse conduzir é desenvolver, orientar o aluno para que o processo de aprendizagem ocorra em um espaço de respeito e aceitação, conduzindo-o a um fenômeno social, onde o amor deve ser a base para essa convivência. É desenvolver as capacidades plenas de um indivíduo, preparando-o para a vida. É transformar-se através de um processo contínuo em que toda uma comunidade tenha referências nesse educar.

A Educação é o complexo ato de respeitar, aceitar o outro e, assim, viver em sociedade. Esta é uma tarefa complexa e, não cabe apenas a um ator ou a um pequeno grupo de atores, é função da sociedade como um todo e seu *loci* não é apenas na escola e sim em todos os lugares por onde este discente e aluno perambulam (Nascimento e Sainz, 2017).

Maturana (2009), nos fala que educar é criar, realizar e validar um modo particular de conviver. É um processo recorrente e recíproco, é visto como “uma

transformação estrutural contingente com uma história no convívio, e o resultado disso é que as pessoas aprendem a viver de uma maneira que se configura de acordo com o conviver da comunidade em que vivem” (Maturana, 2009).

Na visão de Nascimento (2015), “a tarefa de educar ocorre no entendimento de que a aprendizagem se dá num ambiente de convivência em que o sujeito aceita e deseja esse espaço”. Nesse momento, ocorre a aceitação e transformação desse aluno. Estamos em uma sociedade que sofre intensos e constantes períodos de reestruturação, trazendo alterações nos seus padrões sociais, econômicos e culturais. Somos parte dessas relações na condição relacional operacional do nosso cotidiano (Nascimento e Sainz, 2017).

Maturana (2009) afirma que devemos estabelecer um conviver em que o amor é o fundamento do viver humano, é o Norte para decidirmos o que fazer com essas relações. Ele é um impulsionador para construirmos o conviver com o outro, é a base para tudo nas nossas relações, é uma condição indispensável para que continuemos vivos (Maturana, 1997).

As acentuadas e abruptas mudanças ocorridas nos últimos tempos, passaram a requerer um novo fazer em educação. Somente as atividades presenciais no modelo da escola tradicional não mais atraem e motivam os alunos. Frente a tal afirmativa, faz-se necessário encontrar novas formas de atuação que acompanhem os avanços que a ciência e a tecnologia estão cotidianamente apresentando à sociedade. O tempo atual exige dos profissionais da educação, não somente do professor, a quebra de paradigmas, e a adoção de novas atitudes por parte dos agentes envolvidos diretamente com o processo de ensino e de aprendizagem.

As instituições de ensino profissionalizantes passaram a ter pela frente o compromisso de não só desenvolver as diferentes áreas e níveis de conhecimentos científicos e tecnológicos, como também passaram a ser disseminadoras de práticas culturais e sociais e, nesse conjunto de responsabilidades, contribuem na formação profissional e cidadã de jovens e adultos, visando que seus egressos possam participar da construção de um mundo melhor para todos.

Para Behar (2009), o termo “mudança paradigmática” vem sendo relacionado, nos últimos tempos, às tecnologias de informação e comunicação (TIC) e,

principalmente, à Educação a Distância, por ser um dos grandes dinamizadores destas rupturas na área educacional. O mundo tem como novos pilares os conceitos de tempo e de espaço.

Nesse sentido, vem emergindo um paradigma que se constitui em um novo sistema de referências, através da confluência de um conjunto de teorias, de ideias que explicam/orientam uma nova forma de viver, de educar e de aprender. Ao reportar tais tendências para o campo educativo, torna-se indispensável elucidar os paradigmas que sustentam as mudanças nas práticas pedagógicas.

Destaca-se que os paradigmas educacionais constituirão um sistema de referência que explica um determinado fenômeno educativo. Portanto, nos últimos tempos, há cada vez mais a necessidade de construir esses pilares teóricos, levando em conta as “novas” tendências, contemplando aspectos de natureza epistemológica, metodológica e ontológica (Behar, 2009).

6.1.O PROFESSOR(A) NO PROCESSO DE EDUCAR

O aprendizado depende de muitas coisas, dentre elas, dos pensamentos que existem na partida da descoberta, no feito e na interpretação deste. É justamente o fazer e entender que torna os papéis do aprendiz e do professor importantes. Tudo depende da orientação recebida, do encorajamento para a reflexão, para a comprovação das ideias, do melhoramento de técnicas e de ferramentas compostas pelos materiais postos à disposição.

O(a) professor(a) poderá auxiliar neste processo se estiver familiarizado com as ideias que seus aprendizes têm. Inicialmente, planejando atividades que ajudam no desenvolvimento ou modificação dessas ideias. Os diferentes conhecimentos não passam de utensílios para a organização do pensamento e conclusão. O(A) professor(a) é o agente que deve estar apto e disponível às necessidades dos alunos, identificando-as e interferindo nos momentos certos.

Há uma variedade de formas possíveis para o professor introduzir qualquer problema a ser estudado. Pode ser espontaneamente, ao captar o interesse dos alunos sobre determinado assunto, presencialmente ou à distância, de forma

planejada, com tema vasto e possível de ser explorado através do contexto vivenciado no momento, ou deliberadamente, como assunto proposto pelo professor. Desde que ocorra um conjunto colaborativo de “compreensões, conhecimentos, habilidades e disposições que são necessários para que o professor possa propiciar processos de ensinar e de aprender, em diferentes áreas de conhecimento, níveis, contextos e modalidades de ensino” (Mizukami, 2004).

A superação do método tradicional de ensino tem sido alvo de pesquisas e estudos, uma vez que é notado o crescente desinteresse dos alunos pela investigação dos fatos por si mesmos e, dentro da realidade vivenciada, trazer para esse fim a bagagem apreendida em toda sua aprendizagem.

É esperado do professor que ele crie uma atmosfera favorável ao processo de ensino e de aprendizagem. O de tornar os objetivos tão explícitos quanto possível e o de ser sempre um mediador dos alunos. É desejável que ele seja o estimulador do diálogo entre os alunos e o objeto a ser conhecido; também, que promova a reflexão crítica constante sobre os vários elementos que compõe a sua prática pedagógica, no sentido de desenvolver a aprendizagem pretendida e ver quais aprendizagens não foram alcançadas conforme as expectativas iniciais.

No presencial, pode-se estar fisicamente próximo do aluno e estar psicológica e pedagogicamente muito distante dele. Por outro lado, nas aulas virtuais é possível estar geograficamente distante e estar próximo psicológica e pedagogicamente, o que nos remete à ideia de motivar sempre a presença social (Behar,2020).

6.2 EDUCAR EM UM OUTRO CAMINHO

É visível que a tecnologia vem provocando mudanças na condução do processo de ensino aprendizagem. As TICs passam a fazer parte da rotina da sala de aula, desde a preparação da aula até a sua própria execução. Maturana (2006), nos diz que a tecnologia pode ser vivida pelos seres humanos enquanto um instrumento de ação efetiva que orienta o nosso modo de viver, ampliando as habilidades operacionais em todos os domínios da atividade humana. Isso significa pensar na

tecnologia como uma ferramenta que permite inovar, melhorar o processo de ensino executado pelo professor.

Sendo assim, não podemos negar a ascendência das Tecnologias de Comunicação e Informação – TICs, pois são recursos importantes de apoio ao professor, permitindo um “acolhimento de outras formas e configurações no processo de ensino aprendizagem” (NASCIMENTO E SAINZ, 2017).

Ao abordar as TICs, podemos referenciar os Ambiente Virtuais de Aprendizagem – AVAs, que são softwares educativos voltados para aprendizagem à distância. Eles objetivam levar a interação entre professores e alunos, possibilitando o aprendizado. Para tal, é necessário um ambiente colaborativo em que as ferramentas utilizadas possam ser pensadas a partir de um plano de ensino adequado ao conteúdo e objetivo da aula desejada (NASCIMENTO E SAINZ, 2017).

Nos Ambientes AVAs, segundo Mattos e Oliveira (2015), “a capacidade de disponibilizar conteúdos educativos é outra característica básica, que permite aos professores e à instituição de ensino a oferta de material didático em diversos formatos.” Nesse sentido, é possível pensar no uso dos Ambientes Virtuais de Aprendizagem para a educação à distância, ou seja, em tempo/espço diferenciado.

Com isso, é perfeitamente aceitável como forma de adequar as aulas de progressão parcial, possibilitando que o aluno estude, ajudando no desenvolvimento e continuidade de outras atividades escolares regulares.

Nas palavras de Nascimento e Sainz:

Reconhecida essa inserção das TIC e, apesar da rápida evolução das tecnologias digitais na educação, se faz necessário olhar para os Ambientes Virtuais de Aprendizagem (AVAs) que, numa perspectiva construtivista, permitem construir o conhecimento e formar sujeitos através de uma outra modalidade de ensino: a educação a distância. Eles surgem como ferramentas capazes de modificar o contexto educacional, promovendo interatividade, autonomia e colaboração (NASCIMENTO e SAINZ, 2017).

Os autores colocam que o uso de ambientes virtuais de aprendizagem é possível de utilização, na formação de alunos, com a mesma preocupação de qualidade e significados dados à educação presencial. Porém, dada essa

receptividade das TICs, não podemos esquecer que a tecnologia por si só não ensina, “é preciso o entendimento da sua importância e do seu compromisso com o processo de ensino e aprendizagem a partir da sua dimensão pedagógica” (NASCIMENTO E SAINZ, 2017).

Assim, o uso dos AVAs deve ocorrer em uma combinação com os saberes dos professores, pensado e adaptado para um objetivo específico. Deve constituir um modo, uma ferramenta para mediar o processo de aprendizagem (NASCIMENTO E SAINZ, 2017).

De acordo com Behar:

Atualmente, existem inúmeros AVAs que se propõem a dar suporte a processos de ensino-aprendizagem baseados na Web, oriundos tanto do meio acadêmico quanto do comercial. Cada um deles possui, de forma implícita ou explícita concepções sobre como ocorre esse processo e servem para propósitos específicos. Logo, o que tem que ser levado em conta é o modelo do ambiente virtual de aprendizagem: centrado no usuário ou no curso e, a partir dessa decisão, selecionar qual se adapta melhor às características do curso. É preciso enfatizar que, em muitos casos, além do uso de ambientes virtuais de aprendizagem, utiliza-se tele ou videoconferência como tecnologia de EAD ou, ainda, somente este tipo de recurso (BEHAR, 2009).

As Tecnologias de Comunicação e Informação – TICs podem contribuir para as transformações necessárias relacionadas às práticas educativas, por estarem tão presentes na vida e no cotidiano dos nossos alunos. A superação do método tradicional de ensino tem sido alvo de pesquisas e estudos, uma vez que é notado o crescente desinteresse dos alunos.

O papel do educador consiste em conseguir um equilíbrio entre a importância relacionada ao rendimento intelectual e a necessidade de desenvolver personalidades capazes de atuar com plenitude. As nossas escolas têm que criar um clima que ajude a estruturar a humanidade, conduza à autoestima, minimize problemas, ofereça caminhos e soluções e, como resultado, leve ao rendimento intelectual.

No entanto, sentimos que a preparação de professores e o aumento do conhecimento e das tecnologias não estão sendo acompanhados por um crescimento comparável à capacidade de aprender dos nossos alunos. Os motivos podem ser variados, desde a pouca capacidade de aprendizagem do educando até o pouco interesse e, conseqüentemente, a baixa motivação.

Os motivos acima elencados estão, entre outros fatores, apontados no Plano Estratégico Institucional de Permanência e Êxito do IFSul - como responsáveis pelos elevados índices de baixo rendimento acadêmico. Eles têm levado os alunos ao fracasso escolar nas suas diferentes formas de manifestação.

A intensificação da Recuperação Paralela no IFSul, que deve se fazer presente durante todo o processo de ensino e de aprendizagem, associada à nossa proposta de Recuperação Parcial, são ações que servirão para a redução dos índices de evasão, retenção e insucesso escolar, e poderão contribuir significativamente para a qualificação dos processos e percursos da formação acadêmica.

Para definir uma proposta pedagógica é necessário levar em conta as competências que o aluno deve adquirir. Para isso, deve-se pensar que no Ensino Semipresencial, em primeiro lugar, deve compreender o processo on-line, que é completamente diferente do presencial. O(A) aluno(a) deve ser ou se tornar comunicativo(a) através, e principalmente da escrita; deve ser automotivado(a) e autodisciplinado(a). Como existe muita flexibilidade de tempo e espaço no Ensino Semipresencial, os alunos precisam se empenhar em definir horários fixos de estudo em casa e/ou no trabalho para se dedicar ao curso e ter disciplina para tal.

Muitas vezes, por existir uma distância física entre professor e aluno, pode-se observar uma sensação de isolamento por parte do aluno. Em vista disso, é necessário que ele se auto motive e seja motivado por professores e tutores, evitando a evasão. Certamente, o aluno precisa ter equipamento e softwares necessários para acompanhar o curso de EAD, usando de forma adequada a tecnologia. Assim, observa-se que não é qualquer proposta pedagógica que se adapta a essa modalidade. Para definir os aspectos organizacionais de um Modelo Pedagógico para EAD, as competências que ele precisa desenvolver e que são importantes para participar de um curso a distância são: competência tecnológica, no que se refere ao uso de programas em geral, da Internet (principalmente), competências ligadas ao saber aprender em ambientes virtuais de aprendizagem e competências ligadas ao uso de comunicação escrita. Para isso, os objetivos do planejamento pedagógico devem responder aos objetivos cognitivos, no sentido de como usar e como compreender, além dos objetivos relacionados às atitudes em relação aos valores (BEHAR, 2009).

O professor, tanto no ensino presencial como no ensino remoto, pode trabalhar e planejar cuidadosamente como levar adiante o que considera uma experiência excepcional do seu fazer, porém, o que cada aluno irá aprender de fato dependerá de como ele percebe o significado, valor e proposta dessa atividade. O fazer pedagógico do professor deve centralizar suas atividades, logrando que os objetivos dos alunos e professores se convertam em um único objetivo final.

Com relação ao conteúdo, Behar (2009) entende que este se caracteriza por ser qualquer tipo de material e/ou elemento(s) utilizado(s) com a finalidade de apropriação do conhecimento. De acordo com Zabala (1998), os conteúdos com os quais se pretende trabalhar podem ser classificados de acordo com uma abordagem conceitual, factual, atitudinal e procedimental. Esse conjunto de elementos deve ser cuidadosamente planejado para que, a partir deles, seja possível construir conhecimento, desenvolver capacidades, habilidades e competências. Resumidamente, o conteúdo é “o que” será trabalhado.

Logo, este pode ser desde um simples material instrucional, um software educacional, páginas Web ou objetos de aprendizagem:

1. Para seleção do conteúdo, por parte do curso e/ou professor, é preciso também levar em conta o design deste tipo de material: se une fatores técnicos, gráficos e pedagógicos; se é motivador (ou não) para o aluno; interativo, entre outros aspectos;
2. Logo, deve-se definir se o conteúdo requer alguns encontros presenciais e/ou a distância, se tem atividades práticas e /ou teóricas, se pode ser desenvolvido individual e/ou coletivamente. Também é importante dar atenção à forma de disponibilização dos materiais: não basta exportar para a Educação a Distância os mesmos materiais utilizados no presencial. Os conteúdos podem integrar diversas mídias como som, imagem, vídeo, texto e/ou hipertextos, abarcando diferentes estilos de aprendizagem (Palloff & Pratt, 2004). Além disso, a própria metodologia de trabalho (o “como” deve ser trabalhado) pode estar inserida neste tipo de material. Neste caso, os aspectos metodológicos encontram-se integrados a este elemento da arquitetura.

O professor deve ser o estimulador do diálogo entre os alunos e o conhecimento. Deve promover a reflexão crítica presente nas várias etapas que compõe a sua prática pedagógica, no sentido de desenvolver a aprendizagem

pretendida, e quais não se desenvolveram conforme as expectativas iniciais. É necessário que se faça ajustes constantes no plano de trabalho, pois existe uma interligação entre as metodologias, estratégias, recursos didáticos e conteúdo. As metodologias e estratégias devem estar associadas a um planejamento com a intenção de transformar para formar, criar um sujeito que analisa, reflete, critica e participa da transformação do seu meio.

Os aspectos metodológicos tratam, não somente da seleção das técnicas, dos procedimentos e dos recursos informáticos a serem utilizados na aula, mas também da relação e estruturação que a combinação destes elementos terá. Esta vai depender dos objetivos a serem alcançados e da ênfase dada aos conteúdos previamente estabelecidos. Logo, a ordem e as relações constituídas determinam, de maneira significativa, o modelo e as características de uma aula. Esta ordem denomina-se sequência didática ou de atividades e, a partir da análise de diferentes sequências, podem ser estabelecidas as características diferenciais presentes na prática educativa (BEHAR, 2009).

A proposta neste estudo defendida para a Progressão Parcial é mais simples que a Educação a Distância. Nesta é necessário criar um Modelo Pedagógico, pois trata-se do oferecimento de um ensino semipresencial, baseado nas Tecnologias Digitais de Informação e de Comunicação (TDIC) com uso de algumas metodologias, como do ensino remoto através do uso da plataforma AVA Institucional ou de outras plataformas dos Ambientes Virtuais de Aprendizagem. Visa-se sempre proporcionar aos alunos, através da Progressão Parcial, a recuperação de conhecimentos em que o discente não obteve êxito.

No capítulo seguinte, será descrito o percurso metodológico, justificando a escolha, tanto pelo estudo de caso como pela opção de aplicar o Discurso do Sujeito Coletivo (DSC), bem como serão apontados os sujeitos da pesquisa.

7. PERCURSO METODOLÓGICO

A construção da revisão bibliográfica propõe-se a reconhecer distintos estudos realizados como fonte de inspiração desta pesquisa. Para Maturana (1997), “a ciência é necessariamente um domínio de afirmações operacionais socialmente aceitas, validadas por um procedimento que especifica o observador que as gera como observador padrão [...]” vê as explicações científicas válidas quando são aceitos os critérios dessa validação.

No entendimento das diversas abordagens epistemológicas que temos na ciência, a presente pesquisa passa a ser norteada por um caminho metodológico (operacionalização e desdobramentos da pesquisa, sujeitos da pesquisa e a análise de dados) que permite atingir os objetivos do estudo.

7.1 METODOLOGIA DO ESTUDO DE CASO

O estudo de caso diz respeito a uma perspectiva metodológica de investigação particularmente adequada para situações em que buscamos compreender, explorar ou descrever ocorrências e contextos complicados, nos quais estão, ao mesmo tempo, envolvidos vários fatores. Yin (2010) afirma que esta abordagem é própria para a investigação em educação e é ideal quando:

- I- as inquirições apresentam questões do tipo “como?” ou “por quê?”;
- II- o investigador tem pouco domínio sobre os eventos;
- III- e o enfoque está sobre uma ocorrência contemporânea no contexto da vida real.

É frequente o uso do estudo de caso na investigação educativa com a natureza interpretativo-qualitativa, na qual o agente investigador está envolvido na investigação. Assim, atribui-se aos planos qualitativos um forte caráter descritivo. No entanto, o estudo de caso pode ser usado em situações que se combinam, métodos qualitativos e quantitativos, o que alguns pesquisadores creem ser o mais coerente.

Um estudo de caso visa conhecer uma entidade bem definida como uma pessoa, uma instituição, um curso, uma disciplina, um sistema educativo,

uma política ou qualquer outra unidade social. O seu objetivo é compreender em profundidade o “como” e os “porquês” dessa entidade, evidenciando a sua identidade e características próprias, nomeadamente nos aspectos que interessam ao pesquisador. Os estudos de caso podem e devem ter uma orientação teórica bem fundamentada, que sirva de suporte à formulação das respectivas questões e instrumentos de recolhimento de dados e guia na análise dos resultados. Necessita-se da teoria para orientar a investigação (YIN, 2010).

O estudo de caso constitui um método de pesquisa para análise da realidade social de grande importância no desenvolvimento das Ciências Sociais e Humanas e representa a forma mais pertinente e natural das pesquisas orientadas de uma perspectiva qualitativa (ESTEBAN, 2010).

Segundo Esteban, a identificação, seleção, contextualização e justificativa do caso, ou casos, a abordar constitui, portanto, uma das questões fundamentais no projeto de um estudo de caso. O projeto do estudo de caso participa, como afirma Pérez Serrano, da idiosincrasia que caracteriza as sucessivas etapas de planeamento e desenvolvimento dos modelos de pesquisa qualitativos, com a peculiaridade de que seu propósito é o estudo intensivo e profundo de um ou poucos casos de um fenómeno.

Muitos cientistas sociais ainda acreditam profundamente que os estudos de caso são apropriados apenas para a fase exploratória de uma investigação, porém, Yin (2010) não concorda com essa ideia. Ele acredita que os estudos de caso podem ser usados para descrever ou testar proposições.

Para Yin (2010), a pesquisa de estudo de caso é apenas uma entre tantas outras formas de se realizar pesquisa em Ciências Sociais. Dentre as outras maneiras de se fazer pesquisa nesta área, ele exemplifica com experimentos, levantamentos, pesquisas históricas e análise de informações em arquivos. O que diferencia uma estratégia das demais são as vantagens e as desvantagens que cada uma delas apresenta em relação às outras, quanto:

- a) ao tipo de questão da pesquisa;
- b) ao controle que o pesquisador possui sobre os eventos comportamentais efetivos; e com o foco em fenómenos históricos, em oposição a fenómenos contemporâneos.

Assim, de acordo com os objetivos e a natureza das informações finais, Yin (2010) classifica os estudos de caso como: *exploratórios, descritivos, exploratórios e avaliativos*.

- Segundo Yin (2010), um estudo de caso é *exploratório* quando se conhece muito pouco da realidade em estudo, os dados se dirigem ao esclarecimento e delimitação dos problemas ou fenômenos da realidade, e a investigação busca levantamento de hipóteses e proposições pertinentes para investigações posteriores. O estudo de caso é *descritivo* quando tem por objetivo descrever uma intervenção focada na conjuntura na qual ocorreu, ou seja, descreve o fenômeno dentro de seu contexto. Já um estudo de caso é *exploratório* quando possui o intuito de explicar relações de causa e efeito, em situações reais, a partir de uma teoria e lida com vínculos operacionais que necessitam ser traçados ao longo do tempo, mais do que as meras frequências ou incidências, ou seja, de que forma os fatos acontecem em função uns dos outros. E um estudo de caso é *avaliativo* quando produz descrição densa, esclarece significados e produz juízos. A emissão de juízos é o ato essencial da avaliação. Foi utilizado na pesquisa, o estudo de caso descritivo.

Embora os esses tipos de estudo de caso possam ser claramente definidos, há uma área de sobreposição entre eles. Para a pesquisa em questão, optou-se pelo tipo de estudo de caso descritivo, pois atende à pergunta que se busca responder.

A preparação da pesquisa é a primeira etapa com a qual o pesquisador precisa estar atento. Para Martins (2008), o “*protocolo é um instrumento orientador e regulador da condução da estratégia de pesquisa*”. De acordo com André (2005), o desenvolvimento do estudo de caso realiza-se em três fases: a *fase exploratória* - momento em que o pesquisador entra em contato com a situação a ser investigada para definir o caso, confirmar ou não as questões iniciais, estabelecer os contatos, localizar os sujeitos e definir os procedimentos e instrumentos de coleta de dados; a *fase de coleta dos dados* ou de delimitação do estudo e a fase de análise sistemática dos dados, traçadas como linhas gerais para condução desse tipo de pesquisa, podendo ser em algum momento conjugada uma ou mais fases, ou até mesmo sobrepor em outros, variando de acordo com a necessidade e criatividade surgidas no desenrolar da pesquisa.

Com a complexidade na investigação de um estudo de caso, o pesquisador se depara com situações incomuns, nas quais existem muito mais variáveis de interesse do que dados fornecidos de forma objetiva e imparcial. O pesquisador também deve

estar preparado para fazer uso de várias fontes de evidências, que precisam convergir, oferecendo, dessa maneira, condições para se firmar fidedignidade e validade dos achados por meio de triangulações de informações, dados e evidências (Yin, 2010). A triangulação dos dados é um procedimento fundamental à validação da pesquisa, considerando que

[...] a confiabilidade de um Estudo de Caso poderá ser garantida pela utilização de várias fontes de evidências, sendo que a significância dos achados terá mais qualidade ainda se as técnicas forem distintas. A convergência de resultados advindos de fontes distintas oferece um excelente grau de confiabilidade ao estudo, muito além de pesquisas orientadas por outras estratégias. O processo de triangulação garantirá que descobertas em um estudo de caso serão convincentes e acurados, possibilitando um estilo corroborativo de pesquisa (MARTINS, 2008, p. 80).

O investigador, com o objetivo de aumentar a credibilidade das suas interpretações, deve recorrer a um ou mais protocolos de triangulações. Dentre os tipos, pode-se utilizar a triangulação das fontes de dados, onde se confrontam os dados oriundos de diferentes fontes. Já na triangulação do investigador, os diferentes entrevistadores/observadores procuram detectar desvios derivados da influência do fator “investigador”. Na triangulação da teoria, os dados são abordados partindo-se de perspectivas teóricas e hipóteses diferentes. E na triangulação metodológica, o investigador faz novas observações diretas com base em registros antigos.

7.2 DISCURSO DO SUJEITO COLETIVO

O estudo utiliza a estratégia metodológica do Discurso do Sujeito Coletivo (DSC), de Lefèvre e Lefèvre (2005), para sintetizar os pensamentos recorrentes de uma amostra significativa de docentes do IFSul-Câmpus Pelotas por meio de construção de discursos coletivos a respeito da prática da Progressão Parcial, respeitando-se a condição qualitativa e quantitativa na autoexpressão coletiva.

A coleta dos dados ocorre através de entrevistas individuais com questões abertas, o que fará com que o pensamento internalizado possa expressar a opinião dos sujeitos pesquisados a respeito do fenômeno investigado. O DSC privilegia que em um grupo haja a libertação da pressão psicossocial, fazendo com que o conjunto das individualidades opinantes possa representar o pensamento coletivo. O grande desafio é respeitar a condição quantitativa da autoexpressão do coletivo.

Essa metodologia tem se mostrado aplicada com êxito em teses acadêmicas, em fóruns da internet e nas técnicas de intervenção no âmbito da área da saúde. Da mesma forma, sua aplicação em avaliações institucionais de educação, usando o discurso dos professores, possibilita a representação do pensamento subjetivo das relações de ensino e de aprendizagem quanto ao uso de novas tecnologias que envolvem a progressão parcial em regime de dependência nos conteúdos não cumpridos com êxito por parte dos discentes.

O DSC consiste, então, em uma forma

[...] não-matemática nem metalinguística de representar (e de produzir), de modo rigoroso, o pensamento de uma coletividade, o que se faz mediante uma série de operações sobre os depoimentos, que culmina em discursos-síntese que reúnem respostas de diferentes indivíduos de sentido semelhante (LEFÈVRE, LEFÈVRE, 2005, p. 25).

O trabalho que usa o DSC é uma pesquisa que lança o parecer sobre um assunto, que pode ter poucas perguntas abertas a serem respondidas por uma amostragem da população, sendo que, cada uma das questões pode gerar vários posicionamentos para elaboração dos discursos.

A proposta metodológica do DSC utiliza quatro figuras metodológicas: ideia central (IC), expressões-chaves (E-Ch), ancoragem (ACs) e o discurso do sujeito coletivo (DSC), propriamente dito. Estas figuras são elaboradas para ajudar a organizar e tabular os depoimentos e demais discursos, condição prévia indispensável para análise e interpretação dos depoimentos (LEFÈVRE, LEFÈVRE, 2005).

As análises de dados a serem coletadas e analisadas emergirão do próprio discurso coletivo através do Instrumento de Análise do Discurso (IAD).

É bom lembrar que, nas palavras de LEFÈVRE, o DSC é

[...] o desdobramento natural do seguinte raciocínio lógico: se em qualquer sociedade, os indivíduos compartilham ideias, opiniões, crenças ou representações, a expressão dessas opiniões compartilhadas poderia comportar a reunião em discursos-síntese dos conteúdos e argumentos que conformam essas opiniões semelhantes (LEFÈVRE, LEFÈVRE, 2012).

Desta forma, fundamenta-se na teoria metodológica, que possibilita aliar a teoria com a prática, por meio das respostas dos participantes, oportunizando um novo

significado ao processo de ensino e da aprendizagem para a proposta institucional de progressão parcial.

7.3 OS SUJEITOS DA PESQUISA

Os sujeitos da pesquisa compreendem um grupo formado por docentes lotados no IFSul Câmpus Pelotas, alocados na CINAT-Química e CINAT-Matemática. A escolha dos sujeitos ocorre em função de que as disciplinas de química e matemática aparecem como disciplinas com maior índice de reprovação.

Os mesmos foram entrevistados e suas opiniões alocadas na técnica do DSC, possibilitando a unicidade de suas vozes através dos discursos do sujeito coletivo.

Questões do DSC:

1. “A Progressão Parcial discute sobre a aprendizagem e sobre as condições necessárias ao direito de aprender. O que você pensa a respeito?”;
2. “Qual a sua opinião sobre o número limitado de disciplinas a serem cursadas em regime de dependência?”;
3. “Como você desenvolve os conteúdos para os alunos no regime de dependência?”;
4. “Qual a sua opinião sobre a progressão parcial com regime de dependência realizado na modalidade a distância?”;
5. “Utiliza algum ou alguns autores sobre Progressão Parcial para embasar e desenvolver suas práticas em sala de aula?”.

7.4 RESULTADOS E DISCUSSÕES DO DSC

Em resposta à questão 1, “A Progressão Parcial discute sobre a aprendizagem e sobre as condições necessárias ao direito de aprender. O que você pensa a respeito?”, emergiu o seguinte discurso:

DSC1 - PP está pautada no resultado e não no processo de aprendizagem escolar

A progressão parcial possibilita que o aluno concentre os seus estudos nos conteúdos que não tenham atingido os resultados esperados. Além disso, configura-se como uma ferramenta de equalização de saberes, habilidades e competências, permitindo que se corrijam eventuais deficiências de aprendizagem, sem prejudicar a progressão do educando em seu percurso formativo. Contudo, na minha opinião, na PP não há discussão da aprendizagem, pois não há oportunidade de diálogo entre os professores, e dos mesmos com os alunos. No decorrer do semestre temos os conselhos de classe com a participação dos estudantes, é um momento de discussão do processo avaliativo, o que não acontece na PP, ou seja, na PP a avaliação está pautada no resultado e não no processo de aprendizagem escolar.

O dispositivo da progressão parcial traz uma ruptura com a cultura da reprovação, conforme descrito no Parecer CNE/CEB nº12/1997, que atrela a reflexão sobre a avaliação aos processos e meios de progressão de aprendizagem, superando a delimitação formal e artificialmente classificatória atribuída à figura da dependência (BRASIL, 1997).

A idealização da “Progressão Parcial” (LDB nº9394/96) tem caráter similar e alternativo ao dispositivo da “Dependência”, regulamentada pela lei anterior (Lei nº 5692/71). A Dependência trazia a mera classificação e seu respectivo ordenamento. A Progressão Parcial já impõe a discussão sobre a aprendizagem e seus processos avaliativos e sobre as condições necessárias ao direito de aprender (CNE, 2000).

A progressão parcial faz parte do novo desenho da educação nacional: sua implantação está prevista, expressamente, no inciso III do Art.24 da LDB 9394/96, possibilitando ao aluno “o atendimento específico paralelo à série que irá cursar em componentes curriculares que não obteve êxito” (BRASIL,1996).

Sendo assim, a progressão parcial é um direito público objetivo dos alunos, aplicando-se a todos, independentemente de suas preferências individuais. A progressão parcial segue as regras estabelecidas e, portanto, é um dever de todos os envolvidos na educação desse(a) aluno(a), desde o professor até o gestor da escola e a respectiva mantenedora.

As modalidades de progressão devem estar alinhadas à modelagem dos processos de aprendizagem promovidos pela instituição de ensino. Não se trata

apenas de replicá-los, mas sim de considerar os fundamentos epistêmico-metodológicos que singularizam as práticas educativas desenvolvidas internamente.

Conforme nos traz Teixeira (2013), a progressão parcial, assim como outros instrumentos de avaliação, tem sempre a finalidade de promover a reorganização escolar e a melhoria do fluxo (promoção, repetência e evasão).

Pesquisas realizadas afirmam, e têm revelado o contrário, que a avaliação da aprendizagem detém o papel de controle, poder e seletividade, sempre a serviço da reprodução da estrutura social (LUCKESI, 2011).

A Progressão Parcial tem como objetivo possibilitar ao aluno condições favoráveis para superar defasagens e dificuldades na aprendizagem. Mesmo que o(a) aluno(a) não tenha consolidado todos os conhecimentos dos componentes curriculares e conteúdos básicos, a Progressão Parcial permite que ele avance em sua trajetória escolar no ano subsequente.

No entanto, é verdade que, no cotidiano escolar, a visão sobre avaliação e progressão muitas vezes não dá a devida importância à Progressão Parcial. Como já foi defendido, é fundamental que todos os envolvidos na educação, desde os professores até os gestores escolares e mantenedores, reconheçam a relevância desse instituto e o apliquem de forma consciente e responsável. Afinal, a evasão escolar pode ser reduzida quando os alunos têm a oportunidade de avançar, mesmo que parcialmente, em sua formação.

Destarte, pode-se estar, por um erro interpretativo, transformando uma ferramenta, extremamente interessante ao percurso formativo do aluno, em algo que serve para a reprodução e ampliação do **status quo** da Escola, enquanto ferramenta de controle social e esfera de micropoder governamental (LUCKESI, 2011).

Portanto, as estratégias definidas nos Planos de Intervenção Pedagógica para a Progressão Parcial devem contemplar itinerários alternativos de estudo para o(a) aluno(a), ao mesmo tempo em que preservam o perfil pedagógico escolar e a sequência curricular estabelecida em seus programas.

Os conhecimentos a serem consolidados por meio de um planejamento especial de estudo correspondem a uma parcela variável e particularizada dos

saberes escolares previstos para cada disciplina e período letivo. Portanto, não é justificável presumir antecipadamente que o(a) aluno(a) não tenha aprendido o conteúdo como um todo. Em vez disso, é importante explorar qual ponto específico não foi assimilado e apresentá-lo de forma nova e compreensível.

O Sistema de Progressão Parcial aplicado ao Ensino Técnico de Nível Médio tem por objetivo assegurar ao aluno o prosseguimento de estudos, mesmo que não tenha alcançado os resultados exigidos para aprovação em alguns componentes curriculares.

A progressão parcial é uma prática que contribui para a permanência e o sucesso dos alunos, combatendo os inaceitáveis índices elevados de evasão e reprovação escolar. Ela permite que cada aluno alcance o que é adequado em sua trajetória curricular, baseando-se na ideia de que a aprendizagem é contínua e que os alunos não devem repetir estudos já realizados com êxito. Portanto, adotar o programa de progressão parcial significa individualizar a educação, oferecendo a cada aluno as melhores condições no momento em que ele mais necessita.

A progressão parcial não implica, em hipótese alguma, em promoção automática. Ela não deve ser utilizada para aprovar alunos que foram reprovados, nem para maquiar resultados institucionais com o intuito de melhorar índices de avaliação. Portanto, é essencial abordar esse tema com cuidado e responsabilidade.

A análise das respostas da questão 2, “Qual a sua opinião sobre o número limitado de disciplinas a serem cursadas em regime de dependência?”, gerou o discurso:

DSC2 – Aumentar o número de disciplinas em Progressão Parcial

O número de disciplinas a serem cursadas em regime de dependência não tem influência sobre o desempenho dos alunos na progressão de percursos formativos. Os principais fatos que influenciam o sucesso ou insucesso, tanto no regime normal quanto no regime de dependência, estão muito fortemente ligados a outros fatores, que não o quantitativo e, sim a questões de empenho e esforço do educando, condições de ensino, didática do professor e etc... Bem como a fatores externos a escola. Temos dois turnos inversos, onde há condições temporais e laborais para o educando desenvolver seus estudos de dependência. Além disso, a aplicação dos conteúdos tidos como deficientes em outros estudos pode servir também como reforço no processo de aprendizagem destes. Deste modo, acho que o ideal é ter três componentes curriculares, pois pelos dados que observo, há muitos alunos que ficam em dependência em três disciplinas e isso os ajudaria a avançar mais, para concluir

com êxito. Entretanto, pensando que nossos cursos são bastante dinâmicos, demandam de muita dedicação dos estudantes no Câmpus e em atividades extraclasse (relatórios de aulas práticas, trabalhos, estágios), penso que é necessário ter um limite de disciplinas, acredito que até 3 seria possível. Mais do que isso, o estudante não daria conta, acabaria reprovando no semestre seguinte.

Observando a Lei nº 5692/71, que aceitava convencionar os limites de “uma ou duas disciplinas” com ênfase classificatória, é visível o contraditório conforme o paradigma do Parecer CNE/CEB 22/2000, em que se destaca o “direito de aprender” como cerne da discussão sobre a Progressão Parcial, enfatizando a aprendizagem como objeto principal do processo educativo, não limitando o número de disciplinas a serem cursadas de dependência (BRASIL, 1971).

Ao contrário da LDB nº5692/71, na LDB nº9394/96, no art. 24, inciso III, que trata da progressão parcial, não há referência a este regime de dependência.

Art. 24. A educação básica, nos níveis fundamental e médio, será organizada de acordo com as seguintes regras comuns:

III - nos estabelecimentos que adotam a progressão regular por série, o regimento escolar pode admitir formas de progressão parcial, desde que preservada a sequência do currículo, observadas as normas do respectivo sistema de ensino;

[...]. (BRASIL, 1996) (Grifos Nossos).

É claro, portanto, que entre essas “formas de progressão parcial” é admitida a figura da “dependência” da lei anterior. Com a observação de que, agora, não se fala em limitação de “uma ou duas disciplinas”. A regra será a estabelecida no regimento escolar e “nas normas do respectivo sistema de ensino”.

O dispositivo da progressão parcial traz uma ruptura com a cultura da reprovação, conforme descrito no Parecer CNE/CEB 12/1997, que atrela a reflexão sobre a avaliação aos processos e meios de progressão de aprendizagem superando a delimitação formal e artificialmente classificatória atribuída à figura da dependência (BRASIL, 1997).

Os procedimentos e normas adotados para a progressão parcial devem assegurar os meios necessários para a aprendizagem, especialmente quando esta não se consolidou nos espaços-tempo regularmente ofertados. Essas razões diversas devem ser criteriosamente diagnosticadas pela escola.

O oferecimento da Progressão Parcial possibilita ao aluno condições favoráveis para superar defasagens e dificuldades na aprendizagem. Isso evita que ele atrase ainda mais sua formação, fique retido e, até mesmo, desista dela. Um alto número de reprovações (insucesso escolar) pode contribuir para a evasão ou levar o aluno a buscar outras alternativas para continuar sua formação, podendo até desistir definitivamente de estudar.

A relevância do oferecimento da Progressão Parcial no IFSul - Câmpus Pelotas, pelo impacto das reprovações no 1º e 2º semestres letivos na trajetória dos alunos – tanto em relação às situações de reprovação quanto de progressão com dependência – foi ratificada com base no levantamento dos dados realizado por (Cardoso, 2019), relativos ao aproveitamento dos alunos ingressantes nos períodos letivos de (2013/1 a 2018/2), constatando o que segue:

1º Semestre:

- a) Aprovados: 33%;
- b) Aprovados com dependência: 27%;
- c) Reprovados por aproveitamento: 21%;
- d) Reprovados por frequência: 19%.

As reprovações no 1º Semestre chegaram a 40%. Se não fosse oferecida a Progressão Parcial, esse percentual alarmante seria de 67%.

2º Semestre:

- a) Aprovados: 37%;
- b) Aprovados com dependência: 28%;
- c) Reprovados por aproveitamento: 19%;
- d) Reprovados por frequência: 16%.

As reprovações no 2º Semestre chegaram a 35%. Se não fosse oferecida a Progressão Parcial, esse percentual inaceitável seria de 63%.

É fundamental reconhecer o papel da Progressão Parcial na promoção do sucesso dos alunos e na redução da evasão escolar. Essa medida contribui para que os alunos continuem sua formação, mesmo diante de dificuldades, e alcancem seus objetivos acadêmicos.

No acompanhamento que vem sendo realizado do resultado final dos alunos, pode-se constatar que em muitos casos a reprovação tem ocorrido em 03(três) disciplinas, sendo que nos primeiros semestres ganham destaque as disciplinas de Física, Matemática e Química, que aparecem com maior frequência.

Na intenção de proposta para a Progressão Parcial, considerando os dados da pesquisa realizada por CARDOSO, tendo por base o tempo de 2013/1 a 2018/2, o posicionamento dos sujeitos da pesquisa, que responderam o DSC, bem como as observações e constatações durante a trajetória profissional realizada, seja na observação de dados ou através de contatos formais e informais com professores(as) dos diferentes cursos e áreas, é que propõe-se o aumento do número de disciplinas em Progressão Parcial, de 02(duas) para 03(três) disciplinas, essa medida visa oferecer mais flexibilidade aos alunos, permitindo que eles avancem mesmo quando enfrentam dificuldades em até 03(três) disciplinas. Sua expansão pode contribuir para o sucesso acadêmico e a redução da retenção e evasão escolar.

A proposta de aumentar o número de disciplinas, flexibilizar a oferta da Progressão Parcial nas formas presencial e semipresencial e reduzir a figura da retenção quando o(a) aluno(a) reprova em disciplina(s) da PP e fica impedido de dar continuidade ao seu itinerário formativo, sem dúvida, representa uma importante ação pedagógica do IFSul para minimizar os percentuais de reprovação, retenção e evasão relacionados ao “insucesso escolar”.

A análise das respostas da questão 3, “Como você desenvolve os conteúdos para os alunos no regime de dependência?”, suscitou o discurso a seguir:

DSC3 – Recuperação de objetivos e conteúdo que o aluno não alcançou êxito

No primeiro momento é feito um atendimento específico dos alunos dependentes, onde identifico quais foram os tópicos em que houve a reprovação, especificamente, etapa (s), ou ainda conteúdos em que houve a reprovação ou em que o aluno teve dificuldades. A partir desta diagnose é feito um plano de atendimento para cada estudante, contemplando suas dificuldades e/ou insucessos formativos. Assim, tento focar nos conteúdos que não apresentaram um bom resultado. Não creio que

devemos abordar todos os conteúdos. Em suma, eu faço um panorama dos alunos da dependência e recorto uma parte do conteúdo em que eles não tiveram rendimento suficiente e avalio somente esses itens. O que ele já conseguiu aprovação anteriormente, eu avalio como desnecessário a avaliação.

O aprendizado depende de muitos fatores, incluindo os pensamentos que surgem no início da descoberta, durante a realização e na interpretação do conhecimento adquirido. É justamente o ato de fazer e compreender que confere relevância aos papéis do aprendiz e do professor. Tudo isso está intrinsecamente ligado à orientação recebida, ao estímulo para a reflexão, à validação das ideias e ao aprimoramento das técnicas e ferramentas disponibilizadas.

Essa perspectiva ressalta a importância da interação entre aprendizes e educadores, bem como a relevância de um ambiente de ensino que promova a colaboração, o questionamento e a busca contínua pelo conhecimento.

O professor pode desempenhar um papel fundamental, auxiliando os alunos, especialmente ao estar familiarizado com as ideias que eles trazem consigo. Inicialmente, o planejamento de atividades que promovam o desenvolvimento ou a modificação dessas ideias é essencial. Os diferentes conhecimentos não passam de ferramentas para a organização do pensamento e conclusão. O professor, como agente facilitador, deve estar apto e disponível para atender às necessidades dos alunos, identificando-as e intervindo nos momentos adequados.

Essa abordagem ressalta a importância da empatia, da adaptação e da sensibilidade do professor para criar um ambiente de aprendizado eficaz e significativo.

No IFSul Câmpus Pelotas, os alunos beneficiados pela Progressão Parcial têm a oportunidade de recuperar disciplinas em que não obtiveram aprovação, em regime de dependência. Essa recuperação ocorre preferencialmente em turno inverso ao da sua matrícula, permitindo que assistam à totalidade das aulas e ao conteúdo das disciplinas em que não obtiveram aprovação.

No entanto, é importante destacar que esses alunos são inseridos em uma turma de ensino regular, composta por alunos repetentes e por aqueles que estão cursando o período letivo pela primeira vez. Essa dinâmica pode causar desconforto,

uma vez que os alunos beneficiados pela Progressão Parcial precisam revisitar conteúdos já aprendidos e vencidos com êxito.

É fundamental que a instituição busque estratégias para minimizar esse desconforto e desestímulo, garantindo que os alunos se sintam apoiados e motivados a seguir em sua trajetória acadêmica. Isso pode incluir a oferta de atividades diferenciadas, apoio pedagógico e um ambiente acolhedor para esses alunos.

Essa abordagem contraria, em muitos aspectos, a legislação vigente, que preconiza um ensino planejado individualmente. Especialmente, o objetivo é particularizar as dificuldades que levaram o discente a não obter êxito. A necessidade de cumprir dependências deve promover o real aprendizado que faltou.

O planejamento do(a) professor(a) para estudos individualizados visa alcançar a recuperação apenas dos conteúdos em que o aluno não obteve sucesso. Portanto, é necessário que o(a) professor(a) que ministrou a disciplina no período letivo emita um parecer sobre o(a) aluno(a), registrando os objetivos e conteúdos que precisam ser recuperados durante o regime de progressão parcial. Atualmente, essa prática ainda não ocorre.

Essa abordagem personalizada e focada nas necessidades específicas de cada aluno(a) é essencial para garantir que a Progressão Parcial cumpra seu propósito de promover o aprendizado efetivo e a superação das dificuldades.

O momento adequado para essa ação seria durante o Conselho de Classe final, quando os resultados finais dos alunos são verificados e o aproveitamento de cada um é definido. Nesse momento, é essencial encaminhar os alunos para a elaboração de um plano de intervenção pedagógica específico e individualizado, focado na recuperação apenas dos conhecimentos que não foram alcançados com êxito.

Ao final do período letivo, durante o último Conselho de Classe, o professor deve registrar os objetivos e conteúdos não alcançados pelo(a) aluno(a), que serão alvo da Progressão Parcial. A partir desses registros, o professor(a), ou o(a) novo(a) professor(a), consolidará o Plano de Intervenção Pedagógica (PIP) específico para cada aluno em Progressão Parcial.

A recuperação dos conhecimentos em que o aluno não obteve êxito poderá ser realizada de forma presencial e/ou semipresencial, considerando os momentos necessários e incluindo avaliações presenciais.

O conteúdo deve ser delimitado previamente por meio de avaliação diagnóstica realizada pelos professores. Essa avaliação visa assegurar a particularização do itinerário de estudos, com o objetivo de superar as reais limitações de aprendizagem de cada aluno. O compromisso inarredável com o diagnóstico das condições de aprendizagem é fundamental, bem como o desenvolvimento de estratégias de recuperação que se constituam em efetivas 'alavancas de progresso ao aluno', conforme preconiza o Parecer CNE/CEB nº22/2000.

Após identificar os conteúdos não assimilados pelos discentes, o professor pode propor estratégias de ensino alternativas, sempre em diálogo permanente com os alunos. Essas estratégias visam possibilitar a aprendizagem e o desenvolvimento das competências e habilidades propostas como objetivos de aprendizagem.

O movimento contínuo de avaliação e reavaliação do processo de ensino e aprendizagem permite uma retomada dos conteúdos trabalhados, contribuindo para a melhoria do rendimento acadêmico dos alunos. Essas estratégias funcionam como alternativas de recuperação da aprendizagem ao longo do processo.

Os critérios de aprovação nos programas de Progressão Parcial devem se concentrar, exclusivamente, nos saberes que serão consolidados por meio dos Planos de Intervenção Pedagógica especiais e individuais. Esses planos são elaborados pelo professor em parceria com a coordenação de curso e, se necessário, com o apoio dos profissionais de apoio pedagógico. Essa abordagem determina a sistemática dos estudos da Progressão Parcial.

A avaliação da aprendizagem do(a) aluno(a) em progressão parcial será realizada pelo professor responsável, que utilizará vários recursos pedagógicos e metodologias diversificadas, conforme previsto no Plano de Intervenção Pedagógica, na formatação individual, podendo a Progressão Parcial ser concluída tão logo o discente demonstre superação das deficiências de aprendizagem evidenciadas.

Maturana (2009) nos fala que educar é criar, realizar e validar um modo particular de conviver. É um processo recorrente e recíproco, é visto como “uma transformação estrutural contingente com uma história no convívio, e o resultado disso é que as pessoas aprendem a viver de uma maneira que se configura de acordo com o conviver da comunidade em que vivem.”

Na visão de Nascimento (2015), “a tarefa de educar ocorre no entendimento de que a aprendizagem se dá num ambiente de convivência em que o sujeito aceita e deseja esse espaço”. Nesse momento, ocorre a aceitação e transformação desse aluno.

Estamos em uma sociedade que sofre intensos e constantes períodos de reestruturação, trazendo alterações nos seus padrões sociais, econômicos e culturais. Somos parte dessas relações na condição relacional operacional do nosso cotidiano (NASCIMENTO E SAINZ, 2017).

A análise das respostas da questão 4, “Qual a sua opinião sobre a progressão parcial com regime de dependência realizado na modalidade a distância?”, gerou o discurso a seguir:

DSC4 – Progressão Parcial pautada na recuperação de resultados.

Mesmo não tendo a obrigatoriedade da presença, incentivo os estudantes a participarem da aula para terem o conteúdo (na maioria dos casos, o estudante reprovou com outro professor, ou desistiu no início do semestre). Também sempre informo meus horários de atendimento para virem tirar dúvidas. Acho lamentável, e é o mais comum, o estudante “aparecer” na porta da sala de aula, no dia da avaliação e perguntar: A prova/trabalho/avaliação é hoje??? Quando esta situação ocorre, o estudante assina o documento sem desenvolver nada e sai novamente, e como resultado, reprova novamente.... e assim por vários semestres em alguns casos...

O Parecer CNE/CEB nº 24/2003, aprovado em 02 de junho de 2003, responde a uma consulta sobre recuperação de conteúdos, sob a forma de Progressão Parcial ou Dependência, sem que se exija obrigatoriedade de frequência¹. Esse parecer aborda a flexibilidade na frequência escolar e permite que alunos, em regime de Progressão Parcial ou Dependência, não sejam obrigados a cumprir a frequência mínima de 75% das aulas previstas para determinada série. Portanto, a norma não contraria o disposto no Art. 24, VI da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB).

Os Pareceres do Conselho Nacional de Educação (CNE) são documentos que expressam a opinião técnica do CNE sobre questões educacionais. Eles são emitidos em diferentes áreas e câmaras do CNE. No entanto, o tipo específico de

obrigatoriedade referente ao Parecer CNE/CEB 24/2003 não está explicitamente mencionado nos resultados.

O Parecer CNE/CEB nº 24/2003 não é de obrigatoriedade automática, mas sua relevância como referência para orientar práticas educacionais é reconhecida. Muitas instituições de ensino e redes escolares utilizam esses documentos como base para suas decisões pedagógicas. O parecer pode embasar o planejamento curricular, o desenvolvimento de metodologias e a promoção da qualidade da educação para jovens e adultos. A aplicação do parecer pode variar de acordo com o contexto local e a autonomia das instituições.

Considerando a especificidade das disciplinas de Formação Geral e de Formação Técnica no Ensino Profissional Técnico de Nível Médio do IFSul - Câmpus Pelotas, é relevante observar que muitas dessas disciplinas apresentam um significativo percentual de suas cargas horárias distribuídas em aulas práticas realizadas em oficinas, laboratórios ou desenvolvidas na forma de projetos. Nesse contexto, a aplicação do parecer pode ser adaptada para considerar as particularidades dessas disciplinas, garantindo que os alunos tenham oportunidades adequadas de recuperação de conteúdos, mesmo sem a obrigatoriedade de frequência de 75%.

Em resumo, o parecer oferece flexibilidade para que as instituições de ensino possam adotar programas de estudos específicos para recuperação de conteúdos, levando em conta as características de cada disciplina e a realidade dos alunos.

Quando se trata de disciplinas com aulas práticas, como oficinas, laboratórios ou projetos, a instituição pode avaliar se a frequência é essencial para o desenvolvimento dos objetivos e conteúdos. A decisão de liberar ou não a frequência dos alunos nessas disciplinas deve ser tomada com base em critérios pedagógicos, considerando o melhor interesse dos alunos.

Em resumo, a progressão parcial, mesmo sem obrigatoriedade de frequência, deve ser conduzida de forma cuidadosa, garantindo que os alunos tenham oportunidades adequadas de aprendizado e recuperação de conteúdos.

Quando a frequência não é possível devido à natureza das atividades práticas, as instituições de ensino podem buscar alternativas de avaliação (Avaliações Específicas, Trabalhos Escritos, Apresentações e outros métodos alternativos).

Um exemplo prático é a disciplina de Educação Física, na qual um aluno, impedido de participar das atividades físicas por indicação médica, pode participar das aulas por meio de estratégias alternativas. Essas estratégias garantem que o aluno adquira os objetivos e conteúdos da disciplina, mesmo sem a prática direta de exercícios físicos.

A Progressão Parcial é um mecanismo diferente do ensino presencial regular. Ela não está vinculada aos dias letivos, à carga horária semestral ou anual, nem à frequência mínima de 75%. Em vez disso, a Progressão Parcial está relacionada ao Plano de Intervenção Pedagógica (PIP). Essa abordagem permite que os alunos superem as defasagens de aprendizagem de forma flexível, com base na avaliação realizada pelo professor responsável.

No contexto da Progressão Parcial, o foco está na recuperação dos conteúdos e na demonstração de conhecimento, independentemente do tempo ou da frequência tradicional das aulas.

Para garantir uma aplicação justa e transparente, é fundamental que a Instituição comunique claramente aos alunos os critérios para a recuperação de conteúdos. Além disso, os professores podem desempenhar um papel crucial ao definir no Plano de Intervenção Pedagógica (PIP) o cronograma das atividades que exigem presença física e aquelas que podem ser realizadas de forma não presencial.

A Progressão Parcial pode ser oferecida tanto na forma Presencial quanto na forma Semipresencial, adaptando-se às necessidades de cada forma de oferta e obedecendo aos critérios de assiduidade e aproveitamento. Dessa forma, os alunos terão a oportunidade de adquirir os conhecimentos necessários para sua promoção e continuidade dos estudos, mesmo em disciplinas com características específicas.

Em resposta às questões 4 e 5, “Qual a sua opinião sobre a progressão parcial com regime de dependência realizado na modalidade a distância?” e “Utiliza algum ou alguns autores sobre Progressão Parcial para embasar e desenvolver suas

práticas em sala de aula?”, o seguinte discurso foi construído, com base nas respostas às 02 (duas) questões:

DSC5 – Utilização das TICs e EaD

Acho primordial trabalhar na forma remota, pois permite que o estudante interaja com outras ferramentas de tecnologias de informação e comunicação e permita que com a customização de um ambiente virtual de aprendizagem possa propiciar novos ambientes, mais lúdicos e interativos. Nesta modalidade, podemos usar a sincronicidade como ferramenta metodológica que permite não só a otimização do tempo dos alunos, bem como a individualização do atendimento destes. Por isso já recorro neste momento a ferramentas de TIC's e EaD no entendimento dos alunos de dependência sob minha regência. Li alguns artigos que citam Sarmiento e Almeida e, Tochetto, I.M.A Progressão Parcial uma avaliação a ser repensada, mas confesso que não sigo nenhum referencial teórico específico. Contudo, eu penso que seria muito bom, mas não 100% Acredito que poderia ser até 50% no máximo, mais do que isso foge do nosso propósito, e também seria um fator que estimularia a desistência, diante de qualquer dificuldade, o estudante pensa: “não gostei deste professor” “vou deixar está e fazer a distância depois” Outro fator deve ser considerado são as aulas práticas, os grupos de trabalho, as apresentações de trabalhos/pesquisas que ocorrem em sala de aula... estas vivências são importantes!!! Se a disciplina for inteiramente a distância, isso se perde!!! E como fica aqueles casos que o estudante ficou em dependência porque abandonou/nem cursou a disciplina??? Penso que neste caso, a frequência deveria ser cobrada. Todas as disciplinas tem importantes momentos presenciais!

Cabe iniciar destacando a diferença entre ensino remoto e Educação a Distância (EaD). É fundamental esclarecer esses conceitos para evitar mal-entendidos.

1. Ensino Remoto:

a) Síncrono: As aulas acontecem em tempo real, com horário marcado e espaço virtual definido.

b) Interação Imediata: Professores e alunos interagem ao vivo, como em uma sala de aula tradicional, mas através de plataformas digitais.

2. Educação a Distância (EaD):

a) Assíncrono: As atividades de ensino-aprendizagem ocorrem independentemente de alunos e professores estarem juntos em um mesmo lugar e/ou tempo¹.

b) Flexibilidade: Os alunos podem acessar o conteúdo e realizar as atividades no seu próprio ritmo e horário.

A Progressão Parcial através do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) utiliza recursos tecnológicos para facilitar o ensino, mas isso não a caracteriza como

EaD. É uma modalidade de ensino remoto, pois envolve a interação síncrona e o uso de tecnologias para replicar a experiência da sala de aula tradicional.

Essa distinção é crucial para uma discussão conceitual mais precisa e para a implementação adequada de cada modalidade de ensino.

Muitos professores utilizam o Ensino Remoto Emergencial (ERE) para desenvolver a sua atividade docente. Essa estratégia tem contribuído com o desenvolvimento do processo de ensino e de aprendizagem. O ERE, tem proporcionado um novo fazer do professor, destacando a importância da tecnologia, e do uso do ERE em momentos atípicos como foi o da COVID19 e recentemente as enchentes no Rio Grande do Sul.

A “presença social” no contexto do ERE é crucial para manter o engajamento e a conexão entre os participantes. Algumas estratégias para garantir essa presença digital incluem:

- 1.Participação Ativa:** Incentivar os alunos a participarem ativamente das discussões online, seja por meio de fóruns, chats ou outras ferramentas colaborativas. Isso ajuda a criar um senso de comunidade virtual.
- 2.Feedback Construtivo:** Professores podem fornecer feedback detalhado sobre o desempenho dos alunos, incentivando o diálogo e a melhoria contínua.
- 3.Comunicação Regular:** Manter uma comunicação constante por meio de anúncios, e-mails e mensagens no ambiente virtual. Isso ajuda a reduzir a sensação de isolamento.
- 4.Atividades Colaborativas:** Propor atividades em grupo, projetos colaborativos e trabalhos em equipe, listas de exercícios entre outras atividades para promover a interação entre os alunos.
- 5.Sessões Síncronas:** Além das aulas gravadas, realizar sessões síncronas (como videoconferências) para permitir a interação em tempo real.

Lembrando que cada contexto educacional é único, e adaptar essas estratégias às necessidades específicas dos alunos e professores é fundamental. A tecnologia pode ser uma aliada poderosa quando usada de forma eficaz. Ela permite que seu uso possa ser dirigido ao atendimento individual, de agrupamento de alunos ou de turma.

O processo de transformação, impulsionado por mudanças sociais e avanços tecnológicos anteriores, acelerou-se consideravelmente. Esse movimento nos levou à

conscientização urgente da necessidade de substituir as aulas presenciais do modelo tradicional por novas abordagens.

O papel essencial do professor, como mediador do conhecimento, exige adaptação contínua. Busca-se a qualificação do ensino, a permanência e êxito dos alunos acompanhando a evolução do saber humano, alinhando-nos com o presente e antecipando o futuro.

Aponta-se, aqui, a necessidade de busca por referências que possam vir a corroborar com o fazer do professor, seja na forma de ensino presencial ou semipresencial.

O Ensino semipresencial é uma estratégia alternativa e fundamental para o oferecimento da Progressão Parcial e da Recuperação Paralela.

Enfatiza-se a necessidade da formação continuada como sendo um pilar essencial para o desenvolvimento profissional de todos os envolvidos na educação. Não se restringe apenas aos professores, mas também abrange gestores, coordenadores, pedagogos, psicopedagogos, psicólogos, assistentes sociais, professores AEE e outros profissionais que atuam tanto na atividade-fim quanto no apoio ao processo de ensino e aprendizagem.

Abrimos, aqui, um espaço para sugerir a criação do cargo de Psicopedagogo para a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, que consideramos ser uma proposta relevante e alinhada com as necessidades educacionais. O Psicopedagogo desempenha um papel fundamental nos processos educativos, focando na prevenção e intervenção nos problemas de aprendizagem. Suas atribuições incluem a orientação dos professores, em questões didático-metodológicas, e o aconselhamento aos pais, contribuindo significativamente na redução de problemas de aprendizagem através da identificação precoce das dificuldades e das intervenções personalizadas que podem melhorar o desempenho dos alunos, com o objetivo da permanência e êxito.

Cabe ressaltar que a atuação dos Psicopedagogos não está relacionada somente às ações de inclusão, mas sim, a escola como um todo. Com certeza, será uma estratégia importante para somar, junto aos demais profissionais da educação, no combate da reprovação, da retenção e da evasão. Em resumo, a inclusão do

Psicopedagogo na Rede Federal pode fortalecer a qualidade da educação, promovendo o sucesso dos alunos e contribuindo para a melhoria do sistema educacional na sua totalidade.

Voltando, cabe reforçar que a formação continuada é um investimento valioso para aprimorar, qualificar a educação e garantir que todos os profissionais envolvidos estejam preparados para enfrentar os desafios do cenário educacional atual.

As TICs passam a fazer parte da rotina da sala de aula, desde a preparação da aula até a sua própria execução. Maturana (2006) nos diz que a tecnologia pode ser vivida pelos seres humanos enquanto um instrumento de ação efetiva que orienta o nosso modo de viver, ampliando as habilidades operacionais em todos os domínios da atividade humana. Isso significa pensar na tecnologia como uma ferramenta que permite inovar, melhorar o processo de ensino executado pelo professor.

Não existem mais barreiras para o acesso à informação e ao conhecimento. As TICs - Tecnologias da Informação e da Comunicação – têm propiciado novas formas de educação, favorecendo novos ambientes de ensino e de aprendizagem.

Segundo Kenski (2004), as tecnologias da informação e da comunicação trouxeram mudanças consideráveis e positivas para a educação. Vídeos, programas educativos na televisão e no computador, sites educacionais, softwares diferenciados transformam a realidade da aula tradicional, dinamizam o espaço de ensino-aprendizagem, onde, anteriormente, predominava a lousa, o giz, o livro e a voz do professor.

Portanto, não podemos ignorar a influência das Tecnologias de Comunicação e Informação (TICs), pois elas representam recursos essenciais de apoio aos professores, possibilitando a adoção de diferentes abordagens no processo de ensino-aprendizagem.

Embora o uso de ambientes virtuais de aprendizagem seja viável na formação de alunos, com a mesma preocupação de qualidade e significado atribuídos à educação presencial, é fundamental lembrar que a tecnologia por si só não é suficiente para ensinar. É necessário compreender seu objetivo, sua importância e compromisso no processo de ensino e aprendizagem, considerando sua dimensão pedagógica.

As Tecnologias de Comunicação e Informação – TICs podem contribuir para as transformações necessárias relacionadas às práticas educativas, por estarem tão presentes na vida e no cotidiano dos nossos alunos.

Quando integradas adequadamente ao contexto pedagógico, as TICs tornam a aprendizagem mais ativa e permitem que os alunos se tornem protagonistas do processo educacional.

Além disso, as TICs multiplicaram as possibilidades de pesquisa e acesso à informação. No entanto, o papel dos professores não diminuiu; pelo contrário, eles agora têm a responsabilidade de ensinar os alunos a avaliar e gerenciar a informação disponível. Os professores atuam como organizadores do saber, fornecedores de recursos de aprendizagem e facilitadores do diálogo e da reflexão.

O papel do educador vai além do mero ensino de conteúdos acadêmicos; ele também envolve o desenvolvimento integral dos alunos como seres humanos.

Além do aspecto intelectual, o educador deve considerar o desenvolvimento socioemocional dos alunos. Isso envolve ajudá-los a construir sua identidade, autoestima, habilidades sociais e emocionais.

A escola deve ser um ambiente acolhedor, seguro e positivo. O clima escolar influencia diretamente o bem-estar dos alunos e sua capacidade de aprendizado. Professores e gestores têm um papel fundamental em criar esse ambiente propício.

O educador deve estar atento aos desafios enfrentados pelos alunos, sejam eles acadêmicos, emocionais ou sociais. Identificar e abordar esses problemas contribui para o desenvolvimento saudável dos alunos.

O educador não apenas apresenta conteúdos, mas também orienta os alunos a encontrar soluções para os desafios que enfrentam. Isso envolve incentivar a criatividade, a resolução de problemas e o pensamento crítico.

Com o avanço das tecnologias e as mudanças na sociedade, o papel do educador está em constante evolução. A educação do futuro deve ser mais flexível, personalizada e centrada no aluno. As TICs - Tecnologias de Informação e Comunicação - desempenham um papel importante nesse cenário, permitindo novas abordagens pedagógicas e ampliando as possibilidades de aprendizado.

Contudo, percebemos que o desenvolvimento profissional dos educadores e os avanços tecnológicos não estão acompanhando o ritmo da capacidade de aprendizado dos alunos. Essa discrepância pode ser atribuída a diversos fatores, como a falta de formação continuada para os professores, a limitada habilidade de aprendizagem dos alunos e até mesmo a falta de interesse, resultando em motivação reduzida.

Além disso, como já descrevemos anteriormente, os motivos mencionados estão entre os fatores apontados no Plano Estratégico Institucional de Permanência e Êxito do IFSul como responsáveis pelos altos índices de baixo rendimento acadêmico, que têm levado os alunos ao fracasso escolar em suas diversas manifestações.

A ampliação da Recuperação Paralela no IFSul, presente em cada período letivo e ao longo de todo o processo de ensino e aprendizagem, juntamente com a nossa proposta de Progressão Parcial, certamente contribuirá para a redução dos índices de evasão, retenção e insucesso escolar. Além disso, essas ações desempenharão um papel significativo na melhoria dos processos e trajetórias da formação acadêmica.

Em contextos de ensino a distância (EAD), a distância física entre professores e alunos pode gerar uma sensação de isolamento. Para mitigar esse cenário, é crucial que os alunos se motivem internamente e também recebam estímulo por parte dos docentes e tutores, a fim de evitar a evasão escolar. Além disso, é fundamental que os alunos tenham acesso aos equipamentos e softwares necessários para acompanhar o curso de forma adequada. Vale ressaltar que nem toda proposta pedagógica se adapta efetivamente a essa modalidade.

Para estabelecer um Modelo Pedagógico eficaz no contexto do EAD, é essencial desenvolver competências específicas. Entre elas, destacam-se:

1. Competência Tecnológica: Refere-se à habilidade de utilizar programas em geral, especialmente a Internet, de forma eficiente.

2. Competência em Aprendizagem em Ambientes Virtuais: Envolve saber como aprender e interagir em plataformas virtuais de ensino.

3. Competência em Comunicação Escrita: É importante dominar a escrita para se expressar de maneira clara e eficaz.

No planejamento pedagógico, os objetivos devem abranger tanto os aspectos cognitivos (como usar e compreender) quanto as atitudes relacionadas a valores. Dessa forma, podemos promover uma experiência de aprendizado significativa e bem-sucedida.

O professor, tanto no ensino presencial quanto no ensino remoto, pode planejar cuidadosamente como conduzir o que considera uma experiência excepcional. No entanto, o aprendizado efetivo de cada aluno dependerá de como ele percebe o significado, o valor e a proposta dessa atividade. O fazer pedagógico do professor deve centralizar-se nas atividades, garantindo que os objetivos dos alunos e dos professores se alinhem em um único objetivo final.

A proposta, neste estudo, defendida para a Progressão Parcial e que pode ser usada também na Recuperação Paralela (como um suporte preventivo que pode minimizar os elevados índices de reprovações, retenções, evasões e do percentual de alunos que aprovam com progressão parcial), mais simples que a Educação a Distância. Nesta é necessário criar um Modelo Pedagógico, pois trata-se do oferecimento de um ensino semipresencial, baseado nas Tecnologias Digitais de Informação e de Comunicação (TDIC) com uso de algumas metodologias, como do ensino remoto através do uso do AVA institucional, através de diferentes alternativas e estratégias metodológicas, sempre visando proporcionar aos alunos, por meio da Progressão Parcial, a recuperação de conhecimentos em que o discente não obteve êxito.

No próximo capítulo, vamos tratar do Produto Educacional e apresentar o Guia de Referência Progressão Parcial e Recuperação Paralela no Modelo Semipresencial com as estratégias de ensino, com as sugestões para a customização do AVA Institucional e, entre os documentos, os modelos de PIP- Planos de Intervenção Pedagógica (individual, por agrupamento de alunos ou por turma), que poderão servir tanto para a Recuperação Paralela como para Progressão Parcial.

8. PRODUTO EDUCACIONAL

8.1 PERCEPÇÕES SOBRE O PRODUTO EDUCACIONAL

Uma preocupação presente na vida de um futuro mestrando é escolher o tipo de mestrado que pretende cursar. Nem todos, quando candidatos a um Programa de Mestrado, sabem da diferença existente entre cursar um Mestrado Acadêmico ou um Mestrado Profissional.

Pesquisadores, todos docentes no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense (IFSul), Pelotas, Rio Grande do Sul, com atuação no Mestrado Profissional em Ciências e Tecnologias na Educação do Câmpus CAVG, na área de Ensino, através de artigo publicado em revista científica, trazem importantes esclarecimentos e conceitos a respeito da diferença existente entre cursar um Mestrado Acadêmico ou um Mestrado Profissional, bem como, com muita clareza, definem o Produto Educacional exigência do Mestrado Profissional. (BUSS ,et.al,2021)

Os Mestrados Profissionais foram oficialmente implantados em nosso país, há mais de 25 anos, por meio da Portaria Nº 47, de 17 de outubro de 1995, da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Para a área de Ensino de Ciências, a viabilidade de ofertar Mestrados Profissionais foi oportunizada a partir de setembro de 2000, em função da constituição da Área de Ensino de Ciências e Matemática na CAPES, conhecida como Área 46, e que atualmente é denominada exclusivamente de Área de Ensino. Com as primeiras propostas iniciadas a partir de 2001, a Área de Ensino é uma das pioneiras na oferta de Cursos de Mestrado Profissional no contexto da Pós-Graduação brasileira (BUSS, et.al, 2021).

Descrevem que a proposta do Mestrado Profissional na Área de Ensino, segundo Moreira (2004), teve, desde o início, a intenção de atender à necessidade de qualificação dos(as) professores(as) da Educação Básica. Ao mesmo tempo, é uma modalidade de Pós-Graduação com grande potencialidade para contribuir com o ensino nas mais diferentes áreas. Isso acontece porque as normativas para implantação e funcionamento dos Cursos devem ser voltadas ao atendimento das necessidades do sistema de ensino e, como já mencionado, à capacitação dos(as) professores(as).

Na continuidade, enfatizam que uma das características fundamentais do Mestrado Profissional está relacionada à formação de professores da Educação Básica. Para isso, os Cursos devem estar voltados à “[...] aplicação do conhecimento, ou seja, na pesquisa aplicada e no desenvolvimento de produtos e processos educacionais que sejam implementados em condições reais de ensino” (BRASIL, 2013).

Por isso, os Mestrados Profissionais evidenciam o desenvolvimento e a aplicação de um Produto Educacional. Este material é produzido pelo(a) mestrando(a) com a intenção de compreender e confrontar um determinado problema de ensino, aprendizagem, ou outro mais geral, que ele(a) perceba no ambiente da educação formal ou não formal. O Produto é, então, utilizado em um local real de ensino e aprendizagem, avaliado e disponibilizado em repositórios digitais para a livre utilização por outros(as) professores(as).

Na discussão, os autores deixam bem claro que os Mestrados Profissionais e os Mestrados Acadêmicos são duas modalidades diferentes de pós-graduação stricto sensu, mas com o mesmo nível de acuidade. A diferença entre eles está no propósito de cada um. No Mestrado Acadêmico, o objetivo está voltado a estudos de temas de interesses relativos à Pesquisa Básica de modo mais aprofundado em relação à Graduação. As leituras e as reflexões são realizadas a fim de subsidiarem uma investigação. Essa modalidade visa à formação de pesquisadores(as) e, por isso, é destinado principalmente aos indivíduos que almejam trilhar o percurso Universitário, seja na condição de Professores(as) ou de Pesquisadores(as) (BUSS et al.;2021).

O trabalho final de um Mestrado Acadêmico consiste na elaboração e defesa de uma Dissertação, que deve apresentar um relato embasado em pesquisa, seguindo os padrões acadêmicos estabelecidos. Por outro lado, o Mestrado Profissional foi concebido com o objetivo de aproximar os resultados acadêmicos dos processos produtivos, capacitando profissionais de diversas áreas do conhecimento. Nessa modalidade, os estudos são direcionados à resolução prática de problemas enfrentados pelos profissionais que já atuam no mercado de trabalho.

No caso específico do Mestrado Profissional em Ensino, o entendimento é que ele é destinado, principalmente, a professores(as) da Educação Básica com um propósito evidente de qualificar a atuação docente, estreitando os laços entre as

Universidades, os Institutos Federais e as Escolas. A modalidade objetiva focar na aplicação do conhecimento e no desenvolvimento de produtos e processos educacionais que sejam implementados em condições reais de ensino. Em outras palavras, a tônica do Mestrado Profissional em Ensino está baseada na construção, desenvolvimento e aplicação de um Processo ou Produto Educacional. Este constitui-se em ser “[...] alguma nova estratégia de ensino, uma nova metodologia de ensino para determinados conteúdos, um aplicativo, um ambiente virtual, um texto; enfim, um processo ou produto de natureza educacional” (MOREIRA; NARDI, 2009, p. 4).

Dessa forma, a composição de trabalho no Mestrado Profissional em Ensino deve partir da premissa de que os(as) alunos(as), em geral professores(as) da Educação Básica, tenham uma Questão ou um Problema Didático ou Pedagógico. O Produto Educacional será construído justamente para o entendimento e atendimento de uma dificuldade que o(a) professor(a) identifica no contexto de seu sistema educacional, por exemplo, afirma que toda a pesquisa inicia com algum tipo de indagação ou problema. (Gil (2010)

Um assunto, um tema, ou, mais especificamente, uma questão a ser investigada deve se tornar o condutor e o gerenciador de todos os passos que serão dados na sequência do trabalho. Assim, o problema ou a questão de pesquisa é uma exigência imprescindível e uma condição fundamental para que se possa avançar às outras etapas do projeto ou da pesquisa em si (RUDIO, 2009).

No Mestrado Profissional em Ensino, o Produto Educacional é o fator mais importante do Curso, pois ele torna-se a materialização da construção do conhecimento científico que terá aplicação direta na Educação Básica, objetivando a qualificação do(a) professor(a), do ensino e da aprendizagem. Essa necessidade está prevista no último Documento de Área para o Ensino, que apregoa que no Mestrado Profissional, distintamente do Mestrado Acadêmico, o mestrando necessita desenvolver um processo ou produto educativo e aplicado em condições reais de sala de aula ou outros espaços de ensino, em formato artesanal ou em protótipo. Esse produto pode ser, por exemplo, uma sequência didática, um aplicativo computacional, um jogo, um vídeo, um conjunto de videoaulas, um equipamento, uma exposição, entre outros. A dissertação/tese deve ser uma reflexão sobre a elaboração e aplicação

do produto educacional respaldado no referencial teórico metodológico escolhido (BRASIL, 2019).

A exigência que se apresentou no Mestrado Profissional de entregar na conclusão do itinerário formativo um Produto Educacional, em muito contribuiu para a motivação da pesquisa elaborada e para maior significado ao estudo e qualificação desenvolvidos através de: conhecimentos recebidos durante o curso; momentos de resgate de experiência profissional; experiências trocadas em sala de aula com os colegas mestrandos/professores; busca de referencial bibliográfico, processo investigativo; desenvolvimento de pesquisa e elaboração da Dissertação como relato fundamental de todo um processo de criação; desenvolvimento e aplicação que culminaram na concretização do Produto Educacional a ser apresentado.

A pesquisa, que é comum ao Mestrado Acadêmico, não é a principal função do Mestrado Profissional. Neste, o fundamento está vinculado à construção de um Produto Educacional aplicado, articulando os conhecimentos práticos dos(as) Professores(as), os referenciais acadêmicos e os métodos empregados no fazer científico, resultando em um Produto disponível aos seus pares. Acreditamos que esse procedimento promove a junção dos Programas de Pós-Graduação com as Escolas, aproximando essas distintas realidades. Além disso, extrapola as ações das Universidades e Institutos Federais, impulsionando a aplicação do conhecimento diretamente no ambiente escolar. A pesquisa no âmbito do Mestrado Profissional em Ensino é aquela que está vinculada diretamente à sua aplicabilidade. (BUSS et al., 2020)

“[...] essa retomada da relação pesquisa-escola colabora para que o professor-mestrando tenha maior consciência da necessidade de avaliar sua própria práxis pedagógica” (GOMES et. al, 2013).

O trabalho final de um Mestrado Acadêmico é a escrita e a defesa de uma Dissertação que deve conter o relato fundamentado de uma pesquisa feita segundo os moldes de aceitos pela academia. Por outro lado, o Mestrado Profissional nasceu com a proposta de aproximar os resultados acadêmicos dos processos produtivos, capacitando trabalhadores(as) das mais distintas áreas do conhecimento.

Nessa modalidade, os estudos estão voltados diretamente à solução de problemas dos(as) profissionais que, preferencialmente, já se encontram no mercado de trabalho. Por isso, no Mestrado Profissional, os(as) mestrandos refletem e atuam sobre as dificuldades que percebem em suas atividades laborais e o produto de suas pesquisas se materializa em uma aplicação de alto nível, realizada diretamente no seu próprio ambiente de trabalho.

Assim, o público que busca o Mestrado Profissional é constituído de profissionais das mais diferentes áreas que atuam no mundo do mercado, no sistema produtivo e que procuram uma qualificação elevada. Nessa modalidade, o trabalho final é o desenvolvimento e a aplicação de um produto empregado à solução de problemas com o impacto imediato do próprio sistema ou ambiente profissional do(a) aluno. No caso específico do Mestrado Profissional em Ensino, o entendimento é que é destinado, principalmente, a professores(as) da Educação básica, com um propósito evidente de qualificar a atuação docente, estreitando os laços entre as Universidades, os Institutos Federais e as Escolas.

A modalidade objetiva focar na aplicação do conhecimento no desenvolvimento de produtos e processos educacionais que sejam implementados em condição reais de ensino. Em outras palavras, a tônica do Mestrado Profissional em Ensino está baseada na construção, desenvolvimento e aplicação de um Processo ou Produto Educacional. Este constitui-se em ser “[...] alguma nova estratégia de ensino, uma nova metodologia de ensino para determinados conteúdos, um aplicativo um ambiente virtual um texto enfim um processo ou produto de natureza educacional” (MOREIRA; NARDI, 2009).

Dessa forma, segundo Buss, a composição do trabalho do Mestrado Profissional e Ensino deve partir da premissa de que os(as) estudantes(as), em geral professores(as) da Educação Básica, tem uma Questão ou um Problema Didático ou Pedagógico (Buss, 2020).

O Produto Educacional será constituído justamente para o entendimento e o atendimento de dificuldade que o(a) professor(a) identifica com o contexto de seu sistema educacional (Gil; 2010). Por exemplo, afirma que toda pesquisa é iniciada com um tipo de indagação ou problema. Um assunto, um tema ou, mais especificamente, uma questão a ser investida deve se tornar o condutor e gerenciador

de todos os passos que serão dados na consequência do trabalho. Assim, o problema ou a questão de pesquisa é uma exigência imprescindível e uma condição fundamental para que se possa avançar às outras etapas do projeto ou a da pesquisa em si (RUDIO, 2009).

Na continuidade, dizem que, independentemente do nome, entendemos que o Problema Didático ou Pedagógico é o primeiro passo para a constituição de um projeto ou trabalho propriamente dito. Ele é fundamental para que se faça o delineamento de todas as etapas do estudo, que é culminar com a criação, o desenvolvimento e aplicação de um Processo, um Produto Educacional (BUSS, 2020).

Sinto-me realizado em poder transformar minhas inquietações, surgidas a partir das minhas experiências e vivências educacionais a respeito da Progressão Parcial, em um Produto Educacional que deixo como resultado concreto de minhas constatações e estudos a respeito do tema e que será disponibilizado através do site do Programa de Mestrado, bem como através de repositório educacional, permitindo que não somente o IFSul-Câmpus Pelotas possa se apropriar do meu trabalho. Este busca, através do seu conteúdo, qualificar ainda mais o processo educacional, visando à minimização dos elevados índices da retenção e evasão escolar. Espero que professores e outras instituições da Rede Federal de Ensino e/ou similares também possam ter acesso ao resultado final da minha proposta de ensino remoto para a Progressão Parcial.

Tenho presente a expectativa de que o resultado do Produto Educacional possa ser aplicado em condições reais no ambiente de trabalho. Isso contribuirá com as políticas e ações que buscam a permanência e êxito dos nossos alunos, não somente na minimização dos índices de fracasso escolar, mas sobretudo, participará também na reconfiguração dos arranjos didáticos e, conseqüentemente, na qualificação dos processos de escolarização.

8.2 BREVES REFLEXÕES SOBRE A TEMÁTICA

Devemos estar conscientes de que a elaboração de produtos educacionais não é algo fácil, pois envolve uma gama de saberes, habilidades e competências muito diversas daquelas cotidianas, de nossa vivência em sala de aula.

Podemos dizer, inclusive, que a busca pelo desenvolvimento de determinado produto, a ser aplicado em educação, é uma tarefa caótica onde devemos levar em conta todos os aspectos formativos da educação e da interação com os educandos. Por isso, se revela uma tarefa bastante complexa a escrita e desenvolvimento deste produto.

Apresentaremos um esboço básico de estrutura para ser customizada no ambiente AVA – Moodle, ou em qualquer outro ambiente virtual de aprendizagem. O foco principal dessa estrutura é permitir aos professores em exercício terem em mãos uma ferramenta básica que lhes possibilite, de forma rápida, customizar o ambiente virtual de aprendizagem, com a finalidade de apresentá-lo a alunos do ensino de nível médio durante o oferecimento de estudos de recuperação paralela, como na modalidade de progressão parcial em regime de recuperação de conhecimentos.

A estrutura sugerida visa facilitar a interação entre professor-aluno e, conseqüentemente, o processo ensino-aprendizagem como um todo. Torna-se, assim, uma via de mão dupla na troca de informações e na facilitação da evolução da aprendizagem do aluno, especialmente em termos de solidificação daqueles conteúdos já aprendidos.

Devemos ter claro que a progressão parcial, especialmente em nível de ensino médio, não deve ser vista como o ensino de um conteúdo totalmente novo para o aluno. Nem mesmo da recuperação de conteúdos não dados, não vencidos ou não apreendidos.

Mais do que isso, a modalidade de recuperação deve ser um processo de ressignificação dos caminhos de aprendizado trilhados pelo aluno anteriormente. Estes caminhos, devemos crer, se deram em base sólida, posto que o aluno que acessa a progressão parcial obteve aprovação na grande maioria das disciplinas anteriores. E, por algum motivo, ficaram retidos naquelas onde foram constatadas dificuldades de aprendizagem, culminando em não conseguir alcançar êxito na disciplina em contexto.

Desta forma, não estamos frente a um aluno novel, quanto ao conteúdo trabalhado, mas sim, de alguém que já trilhou com aproveitamento parcial aquela senda. E tal trilha deve ser considerada no processo de planejamento da recuperação

e no desenvolvimento/aplicação dos conceitos, competências e habilidades a este aluno.

A progressão parcial de estudos a ser implantada deverá ter sido analisada pelo professor responsável, que definirá a oferta mais adequada ao aluno, podendo optar pelo Plano de Estudo Individual ou pelo Plano de Estudo por Etapa Avaliativa, quando ocorrer maioria de conteúdos não apreendidos na Etapa.

Tenhamos claro que não estamos fazendo a construção do conhecimento do zero e, sim, complementando algumas lacunas que, porventura, não tiveram sua conclusão feita no percurso anterior. Não se trata de caminho novo e, sim, de trilhar o caminho, já percorrido, com novos olhos para perceber nuances não percebidas.

Partindo desta visão, o uso do ensino remoto, de modalidades totalmente virtuais e/ou híbridas é algo interessante, bastante aplicável. Isso porque não estamos falando mais de um aluno novo e, sim, de um aluno que já teve a sua cota de conteúdo teórico e prático naquela disciplina na modalidade presencial. O que devemos fazer, agora, é auxiliá-lo a trilhar de novo esse caminho, percebendo e aprendendo aquilo que lhe fugiu no momento anterior.

Por isso, levar este aluno novamente a cursar uma disciplina regular é mais do que uma punição: é um despropósito. Teremos um aluno que caminhará novamente pelo mesmo caminho que já fez e, ao invés de perceber as nuances daquilo que não aprendeu, verá e enfrentará tudo aquilo que já viu e aprendeu, pelo menos parcialmente.

Ademais, devemos lembrar que, muitas vezes, este aluno não foi aluno do professor que ora o atende. Assim, sabemos que quando muda o professor, mudam os métodos, mudam as formas de abordagem.

Ao colocar o aluno nesta situação, desconsideramos tudo aquilo que ele já construiu no seu conhecimento. Seria como se quiséssemos derrubar um muro para construir um novo, quando nos bastaria, apenas, assentar uma nova camada de tijolos. Devemos lembrar que não é admissível, nem legalmente plausível, que estes alunos sejam submetidos a refazer as trajetórias em que obtiveram aprovação.

Nossa proposta passa pelo uso de metodologias da educação a distância e de ambientes virtuais de aprendizagem, para aplicação e conclusão das atividades de Progressão Parcial e de Recuperação Paralela no ensino médio.

Porquanto, nosso trabalho teórico focou na aplicação e eficiência deste processo de ensino-aprendizagem e no discurso coletivo daqueles professores que o aplicaram na prática. O produto proposto tem seu escopo na facilitação dos processos de uso das ferramentas tecnológicas e TIC's na efetiva aplicação desta proposta no ensino médio.

Objetivamos sugerir um modelo de customização do AVA – Institucional, para que os professores possam usá-lo como referência na hora de construir seus ambientes para alunos do regime de progressão parcial.

Portanto, o esquema de modelagem do ambiente virtual de aprendizagem sugerido seguirá a modalidade de recuperação por conteúdos, permitindo sua divisão em etapas de aprendizagem.

É claro que existem diversas formatações de ano ou semestre letivo. Apresentaremos um modelo prático pensado para um semestre letivo dividido em duas etapas avaliativas. Mas este modelo pode ser facilmente replicado para um ano letivo com 3(três) ou 4(quatro) etapas avaliativas.

São, pois, de fácil aplicabilidade em qualquer que seja a formatação didática da componente curricular. Também é interessante destacar que os conteúdos poderão ser divididos, dentro da etapa avaliativa, em módulos, com início, meio e fim. Estes módulos estarão plenamente desenvolvidos em uma ou 2(duas) semanas letivas.

Desta forma, possibilita que o aluno em progressão parcial possa concentrar sua atenção naquele componente curricular específico ou naquelas habilidades e competências trabalhadas no módulo, dando por terminada sua complementação de aprendizagem ao final do módulo. Ao final, o somatório das notas, ou conceitos de cada um destes módulos, comporá a média final do componente curricular.

Esta divisão permitirá dar mais ênfase e atenção àqueles componentes curriculares, objetivos e conteúdos em que o aluno teve mais dificuldade ou não logrou

êxito no percurso anterior, permitindo também que o aluno curse somente a etapa na qual teve reprovação.

É interessante destacar também que a proposta se configura com uma redução temporal do desenvolvimento das atividades: ao invés de 10(dez) semanas por etapa e 20(vinte) semanas por semestre, propomos desenvolver o trabalho em 5(cinco) semanas por etapa, ou seja, 10(dez) semanas por semestre.

Essa ideia tem três motivações principais:

- 1- Concentrar os esforços e atenção do aluno naquilo que é mais importante em termos de conteúdo, evitando, assim, que este aluno esteja envolvido em atividades de recuperação quando, ou simultaneamente, existir a ocorrência de provas e avaliações do período regular;
- 2- As atividades serão desenvolvidas sobre o conteúdo em que o aluno não obteve êxito. Portanto, podemos acelerar sua velocidade de percurso neste momento da progressão parcial;
- 3- Em um mesmo semestre, seria possível oferecer por duas vezes a oportunidade de recuperação de estudos em progressão parcial, uma vez tendo participado da primeira vez sem obter êxito.

Por último, cabe-nos explicar que, na nossa proposta de modelo para ambientes virtuais de aprendizagem, será apresentado um modelo técnico-funcional deste ambiente customizado no AVA do IFSul-Câmpus Pelotas. Utilizaremos como modelo a formatação através do uso de abas.

Esperamos, com este produto, poder colaborar para a implementação das atividades da Progressão Parcial no ensino médio, no âmbito do IFSul e de outras escolas com características semelhantes.

Já para a Recuperação Paralela, apresentaremos uma sugestão de modelo de customização do AVA Institucional na forma de semanas, visto que a RP deve ser oferecida e ocorrer de forma sistemática durante todo o período letivo.

8.3 GUIA DE REFERÊNCIA - PROGRESSÃO PARCIAL E RECUPERAÇÃO PARALELA NO MODELO SEMIPRESENCIAL

O Produto Educacional apresentado surge da necessidade de transformar inquietações decorrentes de experiências e vivências educacionais relacionadas à Progressão Parcial e à Recuperação Paralela em um Guia de Referência. Esse guia representa o resultado concreto de constatações e estudos sobre esses temas. Ele será disponibilizado para que não apenas o IFSul-Câmpus Pelotas possa se beneficiar desse trabalho, mas também para qualificar ainda mais o processo educacional, visando à redução dos elevados índices de reprovação, retenção e evasão escolar. Espera-se que professores e demais profissionais da educação, tanto do IFSul quanto da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica e de outras redes de ensino, possam ter acesso e o implementem em condições reais de ensino, buscando qualificar ainda mais a atuação docente.

Considera-se que o Guia de Referência sobre Progressão Parcial e Recuperação Paralela na Modalidade Semipresencial pode ser aplicado em situações reais no ambiente de trabalho. A expectativa do pesquisador é de que esse guia possa contribuir para as políticas e ações voltadas à permanência e ao sucesso dos alunos. Além disso, espera-se que o guia participe da configuração dos arranjos didáticos, promovendo o aprimoramento e a qualificação dos processos acadêmicos.

O Guia de Referência – Progressão Parcial e Recuperação Paralela no Modelo Semipresencial – tem como autores João Francisco de Castro Collares, Fernando Augusto Treptow Brod e Nelson Luiz Reyes Marques e está apresentado em 30 páginas com diagramação do designer Diego Isnard.

A seguir, descreveremos, de forma sucinta, as diferentes sessões que compõem o Guia de Referência:

A diagramação do Produto Educacional – Guia de Referência - Progressão Parcial e Recuperação Paralela na Modalidade Semipresencial, conduziu o designer a utilizar 07(sete) princípios do design:

1. Proximidade: Sugere uma organização do conteúdo em cada página, ou bloco de informações, combinando itens que possuem semelhança entre si. Assim forma-se uma unidade visual.

2. Alinhamento: Traz a sensação de organização, clareza e formalidade.
3. Repetição: Aspectos do design são repetidos no material inteiro, mesmo com aparência de formatos diferentes, busca unificar todos os elementos.
4. Contraste: O objetivo de uso do contraste foi tornar o Guia mais atrativo ao observador combinando, cor, tipografia, esquemas representativos e outros elementos gráficos.
5. Tipografia: Foi adotada uma tipografia de boa legibilidade para que não ocorra risco de indução ao erro quando da leitura do texto.
6. Cor: Foram utilizadas cores de amplo espectro para diferenciar as temáticas tratadas no Guia e evitadas cores de alta saturação.
7. Grid: Foi usado GRID em formato retangular, em colunas, modular e hierárquico. Sendo o último o mais utilizado.

Na capa, o designer destacou a parte superior com o título da obra. A ilustração busca transmitir a ideia de que a instituição de ensino é composta por pessoas diferentes em constante movimento, esperando que cada observador, ao ter contato com o guia, perceba a riqueza de formas apresentadas em uma única imagem. Se essas formas tivessem algum tipo de sentido, cada uma delas perceberia cada observador de maneira diferente. Assim é a sala de aula: se houver 30 alunos, serão 30 alunos diferentes, cada um com seu próprio ritmo, dificuldades e particularidades, e cada aluno olhando seus professores de acordo com suas percepções. O mesmo ocorre com cada um dos professores, que são únicos e diferentes entre si, com suas próprias percepções a respeito dos alunos e do ambiente educacional. Mesmo que a imagem leve o olhar do observador à busca de uma unidade, as formas e cores conduzem o observador a perceber as diferenças. A relação professor-aluno deve ser colaborativa e voltada para atividades e objetivos comuns, para que o sucesso escolar seja alcançado. Na parte inferior da capa, evidencia-se a identificação de um dos autores, mestrando do Programa de Pós-Graduação em Ciências e Tecnologias na Educação do IFSul – Câmpus Pelotas - Visconde da Graça.

Na segunda página do Guia de Referência, repetiu-se a cor mais forte da capa como pano de fundo, com o objetivo de proporcionar unidade. Nesta página, foram colocados dados de identificação quanto à origem do Guia de Referência. Na parte superior esquerda, encontra-se a logomarca e o nome da Instituição de Ensino, e abaixo, a logomarca e o nome do Programa de Pós-Graduação. Na parte inferior, foram utilizadas duas caixas de texto: a maior contém o nome dos autores, iniciando pelo aluno mestrando do Programa de Pós-Graduação, seguido pelo nome do Orientador e do Coorientador. Na caixa de texto menor, foi feita a identificação do Designer responsável pela diagramação do Guia de Referência - Progressão Parcial e Recuperação Paralela na modalidade Semipresencial.

O resumo tem o objetivo de apresentar de forma concisa e clara os temas abordados no “Guia de Referência – Progressão Parcial e Recuperação Paralela na Modalidade Semipresencial”, tanto em Português quanto em Inglês. Este resumo visa orientar o pesquisador sobre os conteúdos pertinentes ao guia, facilitando a busca e a compreensão das informações de interesse de maneira eficiente e organizada.

O texto para reflexão de Collares (1978) aborda a busca pelo conhecimento como um processo contínuo de adaptação e resolução de conflitos. Essa perspectiva pode ser diretamente relacionada ao papel do professor e da instituição de ensino.

O professor é um facilitador do descobrimento, ajudando os alunos a identificar problemas e a se adaptar ao mundo ao seu redor. Ele guia os alunos na verificação de conflitos internos e externos, promovendo uma reflexão crítica sobre suas experiências e o ambiente em que vivem. Cada ação do professor, seja uma aula, uma orientação ou um feedback, tem um propósito resolutório. Ele ajusta suas estratégias pedagógicas para atender às necessidades individuais dos alunos, promovendo um aprendizado significativo e contextualizado. O professor deve tomar posições claras em relação ao conhecimento e à ética, servindo como modelo para os alunos. Ele deve incentivar a autonomia e a responsabilidade, ajudando os alunos a se posicionarem diante de si mesmos, dos outros e do Transcendente.

A instituição de ensino deve criar um ambiente que favoreça a descoberta e a curiosidade. Isso inclui oferecer recursos, apoio e oportunidades para que os alunos explorem e questionem o mundo ao seu redor. Deve buscar um equilíbrio entre as

demandas acadêmicas e o bem-estar dos alunos. Isso envolve políticas e práticas que promovam a saúde mental, a inclusão, a assistência aos alunos e o desenvolvimento integral dos mesmos e promover uma educação que vá além do conteúdo acadêmico, incluindo valores éticos e sociais. Ela deve preparar os alunos para serem cidadãos críticos e responsáveis, capazes de contribuir positivamente para a sociedade.

Em resumo, tanto o professor quanto a instituição de ensino têm papéis fundamentais na adaptação dos alunos à vida e na resolução dos conflitos que surgem nesse processo. Eles devem atuar de forma integrada para promover um aprendizado equilibrado e significativo.

No sumário o designer utilizou sua criatividade para guiar o leitor por um caminho sinuoso, com mudanças de cor de acordo com os diferentes itens tratados. Cada curva indica a (s) página (s) e as seções que compõem o Guia de Referência. A proposta faz uma analogia com o ato de ligar uma chave de luz: assim como a corrente elétrica percorre a fiação até chegar ao soquete e acender a lâmpada, o leitor percorre o caminho com os olhos, página por página, efetivando a leitura e adquirindo conhecimento.

Na introdução a página foi dividida em 07(sete) chamadas: PROSPECÇÃO; AÇÕES; REFLEXÃO; SABER; INCLUSÃO; PROPOSTA e AJUSTE. Ela traz a Progressão Parcial e a Recuperação Paralela como ações capazes de contribuir para a minimização da evasão e da reprovação; esclarece a diferença entre as duas formas de recuperação; desafia a uma reflexão sobre os fatores que impactam o baixo rendimento escolar; destaca o papel e a importância de cada forma de recuperação; coloca a PP e a RP como abordagens inclusivas; busca oferecer subsídios para a regulamentação da PP e RP e introduz o modelo semipresencial através do uso de novas metodologias ativas; disponibiliza aos professores uma ferramenta básica com sugestão de customização do ambiente virtual de aprendizagem para uso na PP e RP.

O Regime de Progressão Parcial foi dividido em quatro partes, temos, em um plano maior, a primeira parte, que traz a DEFINIÇÃO E OBJETIVO; a segunda descreve o CONTEXTO LEGAL; como chamadas menores temos as ESTRATÉGIAS E ITINERÁRIOS ALTERNATIVOS e os BENEFÍCIOS E PROPÓSITOS. Apresenta a Progressão Parcial como uma ação importante que possibilita ao aluno condições

favoráveis para a superação de defasagens e dificuldades na aprendizagem. Enfatiza o Parecer do CNE/CEB 24/2003 e esclarece a respeito da aplicação do mesmo.

O Regime de Recuperação Paralela ficou dividido em 05(cinco) áreas de interesse: DEFINIÇÃO E OBJETIVO; LEGISLAÇÃO E ORIENTAÇÃO; COLABORAÇÃO E REFLEXÃO; AVALIAÇÃO CONTÍNUA E DINÂMICA e TRATAMENTO ESPECIAL E SUPERAÇÃO DE DIFICULDADES. Aqui, a Recuperação Paralela é apresentada como uma prática preventiva de suporte pedagógico de oferecimento obrigatório que deve ocorrer de forma contínua durante todo o período letivo. A recuperação de aprendizagem é um tratamento especial destinado a alunos com desempenho insatisfatório. Os professores atuam como organizadores do saber, fornecedores de recursos de aprendizagens e facilitadores do diálogo e da reflexão.

Juntando os regimes de Progressão Parcial e de Recuperação Paralela foram utilizadas 02(duas) páginas, os temas abordados referem-se às duas formas de recuperação, a primeira página trás 02(duas) chamadas: TRANSFORMAÇÃO SOCIAL E MUDANÇAS, que destaca o papel do professor e da Instituição em relação à PP e RP, o impacto que possuem nas taxas de evasão, retenção e insucesso escolar e as contribuições para a qualificação dos processos e percursos da formação acadêmica; O FAZER PEDAGÓGICO, que chama a atenção para uma reflexão de como os alunos percebem e atribuem significado às atividades acadêmicas na continuidade e descreve sobre a Experiência do Professor, a Percepção dos Alunos, Objetivos Compartilhados e sobre Avaliação e Reavaliação.

Dando seguimento aos temas a nova página está dividida em 03(três) partes: a primeira dá destaque para a importância da Progressão Parcial e da Recuperação Paralela como estratégias para minimizar os índices de reprovação, retenção e evasão escolar. Na continuidade, detalha pontos importantes: Diferenças, Modalidade EaD, Ensino Semipresencial e TDIC, Modelos de PIP- Planos de Intervenção Pedagógica; a segunda parte aborda o Papel do Educador e da Escola, referindo-se ao Avanço das Tecnologias e às Mudanças na Sociedade; na última parte, levanta a necessidade de oferecimento da Formação Continuada, observando a necessidade da criação do cargo de Psicopedagogos na Rede de Instituições Federais (IFs).

A página reservada ao Uso da Modalidade Semipresencial, descreve as Vantagens e as Dificuldades do Semipresencial e dá Sugestões de Metodologia.

O espaço reservado as Regras da Progressão Parcial, define e apresenta 13(treze) importantes sugestões para o regramento da Progressão Parcial no IFSul-Câmpus Pelotas.

Continuando o leitor encontrará Informações Extras sobre a Progressão Parcial, este espaço fornece 10(dez) informações extras e importantes sobre a Progressão Parcial e um exemplo da sua abrangência.

Em um novo espaço Sugestão de Customização do AVA-Institucional para Progressão Parcial no Formato de 05(cinco) ABAS. Abrangendo Orientações e Informações Gerais; Sondagem; Primeira Etapa com Conteúdos e Material Avaliativo; Segunda Etapa com Conteúdos e Material Avaliativo e o Encerramento da disciplina.

A ABA 1 tem início com um espaço para postagem de vídeo explicando a disciplina e mostrando como funciona a Progressão Parcial.

O segundo espaço é para o (a) professor (a) se apresentar, falar dos objetivos da disciplina, detalhar, pouco a pouco, tudo o que os alunos terão que vivenciar durante os estudos de recuperação, não deixando nada para depois. O espaço deve ser utilizado para que os alunos não fiquem com dúvidas.

Na customização do ambiente, a ideia é falar um pouco do que deve ser feito para organizar o ambiente de aprendizagem. Deixar bem claro as tarefas e momentos síncronos presenciais e de ensino remoto, os momentos de atendimento presenciais e de forma remota que serão disponibilizados aos alunos.

A proposta dessa prática pedagógica de recuperação de saberes e conteúdos é do oferecimento de uma Progressão Parcial que compreenda e traga aquilo que os alunos aprenderam e atender às suas defasagens. Haverá também uma apresentação e visualização do AVA Institucional.

Na ABA 2 é para uma revisão geral dos objetivos e conteúdos, aplicação de um questionário e uma prova de sondagem, o que, pela prática observada, mostrou-se bastante interessante. Após a sondagem, construir o gráfico de deficiências dos alunos e, a partir desse gráfico, concretizar o Plano de Intervenção Pedagógica, que

poderá ser para atendimento individual ou de grupo, dependendo das necessidades elencadas a partir da sondagem.

Nas ABAS 3 e 4 serão disponibilizadas as matérias para estudo, exercícios, tarefas avaliativas para que os alunos possam estudar e superar suas defasagens.

Na ABA 5 será o espaço para a finalização do processo de ensino e de aprendizagem na modalidade semipresencial.

Na proposta sugerida, vai ter aluno que necessitará cursar toda a 1ª e 2ª Etapas, só a 1ª Etapa, só a 2ª Etapa, somente partes da 1ª Etapa ou partes da 2ª etapa, ou ainda partes da 1ª e 2ª Etapas.

Em cada unidade fica disponibilizado um espaço para a postagem de: Material Teórico; Link para Práticas Virtuais; Simuladores; Áudio dos Alunos; Material de Revisão; Vídeos e Podcasts de Revisão; Listas de Exercícios; Planilhas de Correção e Resultados; Publicação Individual de Resultados; Plano de Estudos e Avaliações da Primeira e Segunda Etapas. Sugere-se a inter-relação de conteúdos de cada etapa e a divisão em tópicos e, para cada tópico, o conteúdo relacionado e um trabalho de avaliação. Todos os tópicos devem ser iguais no seu formato, sendo que as dúvidas devem ser sanadas através do Fórum de Dúvidas. É recomendável que uma etapa completa não passe de 08(oito) semanas, considerando 02 semanas para revisão e avaliação final.

Uma nova página aborda a Recuperação Paralela e seu Objetivo Principal. Sugere, através de 10(dez) passos, ações para o seu regramento e operacionalização.

É importante que os professores, ao utilizarem esse espaço, tenham bem claros os seus objetivos. Não é um espaço extra. Não é um espaço dedicado às aulas regulares e de apoio a elas. Aqui não cabe simplesmente replicar o ambiente virtual já utilizado. O (A) professor (a) deve criar um novo ambiente com outros vídeos e com outras ferramentas de aprendizagem. Todos os alunos da turma podem utilizar o espaço para reforço, para mais estudos. Aqueles que não tiveram aprovação, ou apresentaram dificuldades na 1ª Etapa, poderão utilizar o espaço e fazer exercícios que serão pontuados. O mesmo se refere à 2ª Etapa. Recomenda-se que o espaço de Recuperação Paralela deve ser disponibilizado para os alunos a partir da segunda

semana do período letivo. Aos alunos que realizarem os exercícios, será atribuído o percentual de 40% da nota da Reavaliação. Portanto, a nota da Reavaliação da 1ª e 2ª Etapas será composta pelos exercícios e pela prova. Aqueles alunos que não fizeram os exercícios terão a nota das reavaliações apenas pela prova. Os alunos aprovados nas Etapas não poderão usar as ferramentas disponibilizadas para efeito de nota.

O Guia de Referência apresenta também uma Sugestão de Customização do AVA-Institucional para a Recuperação Paralela no formato de 20(vinte) semanas para 01(um) semestre letivo, podendo ser adaptado para mais semanas quando o período letivo for anual. A sua estrutura prevê Apresentação, Plano de Ensino e o espaço para trabalhar os conteúdos, colocar listas de exercícios e aplicar instrumentos de avaliação, além de disponibilizar espaço para esclarecimento de dúvidas, encerramento das atividades de Recuperação Paralela e agradecimentos.

Três documentos fazem parte do Guia de Referência.

O PIP (Plano de Intervenção Pedagógica) pode ser utilizado tanto para a Progressão Parcial quanto para a Recuperação Paralela. Ele foi estruturado para possibilitar a recuperação de objetivos e conteúdos nos quais o aluno não alcançou êxito. A proposta de utilização do PIP visa melhorar a qualidade do ensino e da aprendizagem através de estratégias específicas e direcionadas. O foco está em identificar as dificuldades dos alunos e aplicar métodos pedagógicos que possam ajudá-los a superar esses desafios. Entre os pontos positivos do PIP, destacam-se:

1. Planejamento Individualizado: Identificar as necessidades de cada aluno permite um direcionamento mais preciso das intervenções.
2. Flexibilidade: A possibilidade de intervenção em diferentes níveis (individual, agrupamento de alunos, turma) oferece uma abordagem adaptável e abrangente.
3. Foco nos Objetivos: Recuperar somente os conteúdos e objetivos não alcançados com êxito é essencial para o progresso contínuo dos alunos.

Essa abordagem personalizada e focada em resultados pode realmente fazer a diferença na aprendizagem dos alunos.

O segundo documento, à esquerda, na página seguinte, destina-se ao Registro e Encaminhamento de Objetivos e Conteúdos para Progressão Parcial. Seu objetivo é registrar, ao final de cada período letivo, os objetivos e conteúdos não alcançados pelo aluno que foi aprovado com Progressão Parcial. Isso permite ao professor, ou ao novo professor, focar na recuperação dos saberes em que o aluno não obteve êxito, planejando estratégias e metodologias que possam atender e recuperar às defasagens identificadas. Dessa forma, busca-se proporcionar uma aprendizagem significativa, possibilitando ao aluno alcançar o sucesso acadêmico.

O terceiro e último documento, à direita na mesma página, é um modelo de Comunicação aos pais e/ou responsáveis por alunos menores de idade. Esta é uma etapa importante para que o(a) professor(a) responsável pelos estudos de Recuperação Paralela possa informar e envolver os pais/responsáveis, de modo que eles compreendam a necessidade de maior dedicação do aluno aos estudos para superar as dificuldades de aprendizagem identificadas pelo professor em sala de aula.

A conclusão do guia serve para resumir e reforçar os pontos principais abordados, destacando a relevância e o impacto do conteúdo apresentado. Ela oferece uma reflexão final que conecta a introdução e os objetivos iniciais com os resultados alcançados, proporcionando um encerramento adequado que inspira o leitor a aplicar o que aprendeu. Além disso, pode conduzir para leituras adicionais e práticas futuras.

O referencial teórico é uma parte crucial de qualquer pesquisa acadêmica, pois envolve a revisão e análise de teorias, conceitos e estudos anteriores relevantes ao tema. Ele inclui a revisão da literatura, definições de conceitos, descrição de teorias e modelos, e análise de estudos anteriores. Sua importância reside em fornecer a base teórica necessária, contextualizar a pesquisa, aumentar a credibilidade do trabalho e evitar plágio ao citar corretamente as fontes.

Na última página do guia, as fotos dos autores são dispostas de forma organizada, acompanhadas de um breve currículo que destaca suas principais qualificações e experiências. Abaixo de cada currículo, é fornecido o endereço eletrônico para contato, permitindo que os leitores entrem em comunicação direta com

os autores. A diagramação é feita de maneira harmoniosa, garantindo uma apresentação visualmente agradável e fácil de navegar.

O penúltimo capítulo a seguir, trata da Validação do Produto Educacional realizada através do Método Delphi.

9. VALIDAÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL

9.1 ETAPAS DO PROCESSO DE VALIDAÇÃO

A validação do produto educacional foi realizada pelo Método Delphi (Método Delfos), que consiste em uma técnica de investigação por permitir reunir um conjunto de opiniões de especialistas, levando a resultados densos sobre temáticas complexas e abrangentes.

O Método Delphi é amplamente conhecido em processos de avaliação da realidade contextual e na construção de consenso para planejamento estratégico, e se constitui em uma ferramenta metodológica aplicável em situações decisórias e diagnósticas (ANTUNES, 2014).

Sua aplicação normalmente é feita através de questionários sequenciais, que são respondidos individualmente por um grupo de especialistas selecionados e os resultados são analisados pelos pesquisadores a cada rodada de questionários. São observadas as tendências e as opiniões dissonantes, bem como suas justificativas, sistematizando-as e compilando-as para, posteriormente, as reenviar ao grupo (ANTUNES, 2014; MARQUES; FREITAS, 2018).

O processo do método Delphi é aproximadamente definido em quatro etapas: definição dos objetivos, seleção de especialistas, preparação e envio dos questionários e análise de resultados. A sua aplicação foi executada considerando Marques e Freitas (2018), porém o roteiro foi adaptado buscando uma interpretação mais detalhada das etapas gerais do método Delphi. A estrutura descrita abaixo inclui:

- I- Escolha do grupo de especialistas;
- II- Construção do primeiro questionário;
- III- escolha e convite para os especialistas participarem da pesquisa;
- IV- Envio do primeiro questionário para os especialistas;
- V- Recebimento das respostas do primeiro questionário;
- VI- Análise das respostas;

VII- Construção e envio do segundo questionário com feedback;

VIII- Recebimento das respostas do segundo questionário e sua análise.

IX- Construção e envio de rodadas de questionários, intercalando com as respectivas análises finais do processo e escrita do relatório final.

Para a primeira rodada, as questões devem ser abertas, de modo que permitam aos especialistas expressarem livremente a sua opinião, com o objetivo de que surjam fatores importantes sobre o tema. Normalmente, é solicitada a opinião sobre determinada temática ou um conjunto de previsões, objetivos, preocupações ou outras, e a descrição e a justificação deles, de modo o mais completo possível.

Para as próximas rodadas, as questões devem ser mais estruturadas e formuladas a partir da análise das respostas da 1ª rodada. Pode ser solicitado que os especialistas classifiquem e ordenem, segundo critérios claros. É muito importante que, após essa análise, seja enviado aos especialistas um feedback, fator fundamental no Método Delphi.

O processo de rodadas de questionários termina quando são atingidos os níveis pretendidos de estabilidade e consenso nas respostas. Segundo Marques e Freitas (2018), a estabilidade pode ser definida quando não há novas contribuições ou poucas alterações das respostas do painel entre rodadas.

O método Delphi tem várias vantagens e potencialidades como, por exemplo, oferecer uma análise variada e informações sobre questões complexas e as decisões baseadas no conhecimento dos especialistas, o que facilita a solução de conflitos e a sua implementação.

9.2 APLICAÇÃO DA VALIDAÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL PELO MÉTODO DELPHI

O grupo de especialistas, convidados para a validação do Guia de Referência-Progressão Parcial e Recuperação Paralela na Modalidade Semipresencial, ficou composto pelos mesmos professores que participaram da pesquisa realizada sobre a Progressão Parcial, tendo sido acrescentado ao grupo a participação de uma professora especialista em EaD.

Aos especialistas participantes foi enviado formulário do Google Forms, com o texto de apresentação, orientações e 03(três) questões para serem respondidas após a análise do Produto Educacional, que foi anexado ao formulário.

Questões enviadas aos especialistas:

1. “Qual a sua opinião sobre o uso do Guia de Referência PP e RP na modalidade semipresencial?”;
2. “Na sua concepção, existem itens que precisam fazer parte do Guia para que os Professores (as) possam ter a orientação e esclarecimentos necessários para adotar as propostas de PP e RP na Modalidade Semipresencial?”;
3. “Existe algum conteúdo que você sugere ser modificado para a melhoria deste Guia?”.

O Discurso do Sujeito Coletivo (DSC) foi escolhido pelo pesquisador para ser utilizado no método Delphi, por ser uma técnica qualitativa que permite a análise das respostas dos participantes, sintetizando-as em discursos representativos. No contexto do método Delphi, o DSC foi usado após a rodada do questionário, para realizar a análise das respostas dos especialistas e identificar os discursos coletivos que representam as opiniões e consensos do grupo. Essa combinação de utilização do DSC, contribuiu para enriquecer a análise qualitativa do método Delphi, proporcionando uma compreensão mais profunda das opiniões dos especialistas.

Após o recebimento das respostas do questionário, realizamos o registro e análise das mesmas, por meio do DSC - Discurso do Sujeito Coletivo. (Quadro nº 1), identificando as ICs – Ideias Centrais, na continuidade, estruturamos o IAD - Instrumento de Análise de Discurso (Quadro nº2), e, por último, construímos o DSC - Discurso do Sujeito Coletivo (Quadro nº3), resultado da Validação do Produto Educacional - Guia de Referência PP e RP na modalidade semipresencial.

Como não houve contribuições discordantes, alterações das respostas e/ou conflitos, consideramos não haver a necessidade de utilizar uma nova rodada de questões. O processo ocorreu com uma única rodada de questionários, por terem sido

atingidos os níveis pretendidos de estabilidade e consenso em relação às contribuições nas respostas.

Cabe registrar as sugestões de disponibilizar link e a versão word das sugestões das customizações. Para que os professores possam usar, será solicitado, junto à COED - Coordenadoria de Educação a Distância do IFSul - Câmpus Pelotas e, por extensão, à Reitoria para os demais Câmpus.

Após o encerramento dos procedimentos previstos pelo Método Delphi, e a consolidação do relatório final, foi enviado aos participantes um feedback do resultado obtido a partir da participação deles como especialistas

9.3 PRODUTO EDUCACIONAL - RESULTADOS E DISCUSSÕES DO DSC

DSC1 – Pautado na avaliação do Guia de Referência – Progressão Parcial e Recuperação Paralela na Modalidade Semipresencial.

Entendo que o uso do Guia de Referência - Progressão Parcial e Recuperação Paralela é muito importante e bastante interessante. Considero o guia de referência uma ferramenta respeitável para nortear as discussões sobre PP-Progressão Parcial e RP-Recuperação Paralela. Temos sempre muitos professores substitutos e também professores novos nomeados, então o Guia seria formidável para servir como ferramenta de orientação para os Professores. A proposta se mostra de forma intuitiva para o entendimento do público alvo. Acredito que muitos professores utilizarão em seus trabalhos, pois servirá como referencial para as práticas nas modalidades de Progressão Parcial e de Recuperação Paralela. O documento mostrou-se bastante completo no que tange às informações que pretendia abarcar. O guia validado aumenta a eficiência do trabalho docente, descreve um roteiro corroborado de etapas a serem usadas nestas atividades. Analisando todo o material me pareceu bem explicado. Faz a distinção perfeita entre a Progressão Parcial e a Recuperação Paralela, ambas essenciais para a permanência e êxito dos nossos estudantes. Entendo que está adequado ao objetivo proposto da Progressão Parcial, e da Recuperação Paralela. Julgo que o guia apresenta todas as orientações necessárias. O guia está bem completo e versátil, não tenho sugestões de melhorias.

O Guia de Referência - Progressão Parcial e Recuperação Paralela é considerado, pela avaliação, como uma ferramenta valiosa no âmbito educacional. Este guia é reconhecido como um recurso confiável que orienta as discussões relativas à **Progressão Parcial (PP)** e à **Recuperação Paralela (RP)**. Ambos são métodos empregados para fomentar o desenvolvimento acadêmico dos alunos. O

guia é utilizado como um padrão para compreender e implementar esses conceitos de forma eficaz e objetiva.

Parece que o Guia foi bem recebido e considerado útil e de fácil compreensão para os professores, mesmo que sejam eles substitutos ou recém-nomeados. Isso é ótimo!

O texto indica que o Guia será uma ferramenta valiosa para os professores, especialmente no apoio às práticas de Progressão Parcial e Recuperação Paralela. A completude do documento sugere que ele contém todas as informações necessárias para essas atividades, e a validação do guia implica que as etapas descritas são confiáveis e podem melhorar a eficiência do trabalho dos professores. Isso reflete uma percepção positiva do material como um recurso útil e confiável no ambiente educacional.

O DSC1 no discurso, indica que o Guia faz uma clara distinção entre Progressão Parcial e Recuperação Paralela, aspectos fundamentais para o sucesso e a não retenção dos alunos. A avaliação considera que o Guia atende aos objetivos propostos para essas modalidades educacionais e fornece todas as orientações necessárias de maneira completa e versátil. Não há sugestões de melhorias, o que sugere uma avaliação positiva do material.

DSC2 – Pautado nas futuras discussões sobre a Progressão Parcial e Recuperação Paralela na Modalidade Semipresencial.

Necessitaria de mais tempo para ater-me a questões pontuais e conceituais, mas penso ser um eficaz instrumento já bem completo nas discussões. O trabalho maior será em não burocratizar as rotinas com a construção de muitos instrumentos a serem preenchidos pelos docentes, que acaba inviabilizando que o trabalho ocorra de fato.

A avaliação feita reconhece que seria necessário mais tempo para se dedicar a aspectos específicos e conceituais do Guia. No entanto, considera que o Guia já é um instrumento eficaz e bastante completo para as discussões propostas. Existe uma preocupação em evitar a burocratização das rotinas, que poderia ser causada pela criação de muitos documentos para os professores preencherem, o que poderia comprometer a realização efetiva do trabalho docente.

Realmente, a discussão da Progressão Parcial e a Recuperação Paralela tem estabelecido conflitos no ambiente acadêmico, aspecto esse até desejável ou, atrevo-me a dizer, iminente. É importante que os educadores e gestores considerem cuidadosamente essas alternativas, mantendo o foco no aprendizado dos alunos e na qualidade do ensino.

A discordância saudável e o questionamento constante são essenciais para o avanço da sociedade e do pensamento humano. A busca por novas perspectivas e a quebra de paradigmas são fundamentais para o crescimento pessoal e coletivo. Quando nos permitimos discordar e explorar diferentes pontos de vista, abrimos espaço para a inovação e a evolução.

Portanto, é valioso que continuemos a promover discussões respeitadas e construtivas, sempre buscando aprender com as diferenças e contribuir para um futuro mais promissor. A verdadeira evolução não se limita apenas às ideias individuais, mas emerge da sinergia coletiva dessas ações. É nesse diálogo entre perspectivas que encontramos o potencial para mudança e progresso. A combinação de visões diversas, quando tratada com respeito e abertura, é o alicerce para uma sociedade mais rica cultural e historicamente. Afinal, é na diversidade de pensamento que encontramos soluções inovadoras e caminhos para um futuro mais promissor.

Anteriormente, a atuação dos professores estava predominantemente restrita às aulas presenciais. No entanto, com o avanço das tecnologias na educação, esse cenário tem se transformado significativamente. A integração da tecnologia na educação é uma tendência que visa oferecer experiências de aprendizado mais dinâmicas e personalizadas, preparando os alunos para um mundo cada vez mais digitalizado.

Apesar da Instituição estar voltada para as novas demandas pertinentes à Progressão Parcial e Recuperação Paralela, pode-se apontar resistências e divergências em relação a estes temas. Motivo este pelo qual viemos propor uma padronização nas ações em relação a PP e RP, através da atualização e regulamentação das mesmas, na Organização Didática e na modelagem para uso de novas tecnologias educacionais como ferramenta do fazer do professor e dos alunos. Essas estratégias são fundamentais para apoiar os alunos em seu processo de aprendizagem.

A sistematização do processo é fundamental para manter a homogeneidade de execução das ações propostas. Nem tudo que é essencial deve ser confundido com burocracia. Cada registro ou etapa tem um propósito claro e contribui para a eficácia do trabalho. Deve-se ter a atenção de priorizar e padronizar o que realmente é essencial. Faz-se necessário explicar aos professores por que certos documentos ou processos são imprescindíveis. A transparência ajuda a evitar a sensação de burocracia.

O que constitui o avanço e o progresso não é a disputa de ideias, mas sim, o somatório de experiências que possam conduzir a um novo fazer, mais complexo, mais dinâmico e eficaz. Desafiar o cotidiano e romper com aquilo que é comum, deixando de lado as zonas de conforto, é papel inerente do educador. Por isso, alternativas institucionais devem ser encontradas em conjunto.

Ao concluir este capítulo, são refletidos os principais pontos abordados e as lições aprendidas ao longo do caminho. Com isso, está-se pronto para avançar para as considerações finais, onde serão sintetizadas as descobertas e exploradas as implicações futuras deste estudo. Assim, dá-se o próximo passo e mergulha-se nas conclusões que aguardam.

10. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, foram relatados, inicialmente, aspectos da minha trajetória profissional, juntamente com as percepções do pesquisador sobre a problemática da Progressão Parcial no IFSul - Câmpus Pelotas. Ao desenvolver a pesquisa, percebeu-se que a Recuperação Paralela está intrinsecamente ligada à Progressão Parcial, servindo como um suporte preventivo essencial diante dos desafios enfrentados pelos alunos no processo avaliativo. Isso levou à expansão da proposta inicial, incluindo ambas as formas de recuperação como foco deste trabalho.

Observou-se que existem poucas referências bibliográficas específicas sobre os temas investigados. Embora tenha sido encontrado um sólido embasamento teórico na legislação atual e nos autores que serviram de base para a pesquisa, percebeu-se uma lacuna no que se refere a materiais que discutem a aplicação prática da Progressão Parcial e da Recuperação Paralela em sala de aula e nas instituições educacionais. No entanto, foi possível evidenciar a importância que tem hoje a Progressão Parcial no IFSul - Câmpus Pelotas, refletida na diminuição significativa dos índices de reprovação, retenção e evasão escolar.

Abordaram-se considerações relevantes sobre a educação, com especial atenção ao papel do docente no processo educativo. Destaca-se a prática pedagógica como um caminho alternativo promissor, que pode ser enriquecido pelo uso das novas tecnologias educacionais.

Assim, contempla-se a trajetória histórica do Instituto Federal Sul-rio-grandense - Câmpus Pelotas, destacando-se seu papel fundamental na formação cidadã e profissional de jovens e adultos, contribuindo significativamente para o desenvolvimento da comunidade local e regional.

O estudo de caso foi o elemento orientador desta pesquisa, e a metodologia do Discurso do Sujeito Coletivo (DSC) foi empregada para investigar a Progressão Parcial. A elaboração do Produto Educacional foi fundamentada nas referências consultadas e nos resultados obtidos através do discurso coletivo, derivados da aplicação de questionários aos sujeitos envolvidos. Para a Recuperação Paralela, as propostas foram embasadas na legislação educacional vigente que trata do assunto.

Conseqüentemente, o Produto Educacional - Guia de Referência para Progressão Parcial e Recuperação Paralela no Modelo Semipresencial foi desenvolvido e estabeleceu-se como um referencial para a instituição. Este guia visa orientar o enfrentamento dos altos índices de reprovação, retenção e evasão, não apenas no IFSul - Câmpus Pelotas, mas também em toda a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (EPCT), conforme apontado por auditorias do Tribunal de Contas da União (TCU).

A validação do Produto Educacional foi conduzida por meio do Método DELPHI (Método Delfos). Durante esse processo, especialistas escolhidos responderam a um questionário que foi analisado utilizando a metodologia do Discurso do Sujeito Coletivo (DSC), garantindo, assim, a robustez e a relevância dos resultados obtidos.

O Guia apresenta conteúdo importante, fornecendo as informações essenciais para o regramento, planejamento, desenvolvimento e avaliação das atividades educacionais. Além disso, sugere formas de customização do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) Institucional, seja por meio de abas ou organização semanal, para facilitar a aplicação do modelo semipresencial pelos docentes nas atividades de Progressão Parcial e Recuperação Paralela.

Acredita-se que este trabalho possa contribuir para que os docentes se tornem mais capacitados na identificação das necessidades individuais dos discentes, proporcionando experiências de aprendizagem mais significativas e contínuas.

A pesquisa sobre os temas 'Progressão Parcial' e 'Recuperação Paralela' revela-se de suma importância. É imprescindível que tais estratégias sejam continuamente investigadas e aprimoradas, pois representam ferramentas valiosas no combate aos elevados índices de reprovação, retenção e evasão escolar. A implementação eficaz dessas medidas pode significar um avanço relevante na trajetória educacional dos alunos, garantindo-lhes uma oportunidade justa de recuperação e sucesso acadêmico.

O trabalho apresentado visa servir como referência para regulamentar e orientar as práticas educativas, vislumbrando um futuro promissor para todos os envolvidos no processo educacional. Que ele possa ser um instrumento ao encontro do desafio da Instituição no que tange a aperfeiçoar ações, visando a permanência e

êxito dos alunos, não apenas no IFSul - Câmpus Pelotas, mas também em todas as instituições de ensino comprometidas e empenhadas com a busca pela excelência.

“Que cada avanço na educação seja um grande passo em direção ao futuro.”

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES, Marcelo Moreira. Técnica Delphi: metodologia para pesquisas em educação no Brasil. *Revista de Educação PUC-Campinas, Campinas*, v. 19, n. 1, p. 63-71, jan./abr. 2014. Disponível em: <https://periodicos.puc-campinas.edu.br/reeducacao/article/view/2616> . Acesso em: 06 jul. 2023.

BEHAR, Patrícia Alejandra. **Modelos Pedagógicos em Educação a Distância.** UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL-UFRGS. Disponível em: <http://www.nuted.ufrgs.br/oa/arqueads/apoio/modelospedagogicos.pdf>. Acesso em: 14 set. 2023.

BEHAR, Patricia Alejandra. Artigo: **O Ensino Remoto Emergencial e a Educação a Distância.** JORNAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL-UFRGS. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/coronavirus/base/artigo-o-ensino-remoto-emergencial-e-a-educacao-a-distancia/>. Acesso em: 14 set. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação – MEC/SETEC. **Parecer CNE/CEB nº 12/1997 de 8 de outubro de 1997.** Disponível em: [http:// Parecer CNE/CEB nº 12/1997](http://Parecer CNE/CEB nº 12/1997), aprovado em 8 de outubro de 1997. Acesso em: 18 abr. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação – MEC/SETEC. **Parecer CNE/CEB nº 22/2000 de 8 de agosto de 2000.** Disponível em: [http:// Parecer CNE/CEB nº 22/2000](http://Parecer CNE/CEB nº 22/2000), aprovado em 8 de agosto de 2000 (mec.gov.br). Acesso em: 18 abr. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação – MEC/SETEC. **Parecer CNE/CEB nº 24/2003 de 02 de junho de 2003.** Disponível em: [http:// Parecer CNE/CEB nº 24/2003](http://Parecer CNE/CEB nº 24/2003), aprovado em 02 de junho de 2003 (mec.gov.br). Acesso em: 18 abr. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação – Secretaria de Educação Média e Tecnológica – SEMTEC. **Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio.** Brasília: MEC/SEMTEC, 2000.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Disponível em: [http://Constituição \(planalto.gov.br\)](http://Constituição (planalto.gov.br)). Acesso em: 06 mar. 2023.

BRASIL. **Decreto nº 6.094 de 24 de abril de 2007.** Disponível em: [http://Decreto nº 6094 \(planalto.gov.br\)](http://Decreto nº 6094 (planalto.gov.br)). Acesso em: 18 abr. 2023.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 4.244 de 9 de abril de 1942.** Disponível em: [http://DEL 4244 \(planalto.gov.br\)](http://DEL 4244 (planalto.gov.br)). Acesso em: 18 abr. 2023.

BRASIL. Lei nº 11.738, de 16 de julho de 2008. Regulamenta a alínea “e” do inciso III do caput do art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica. Disponível em: planalto.gov.br. Acesso em: 23 mar. 2024.

BRASIL. Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: [http://L5692 \(planalto.gov.br\)](http://L5692 (planalto.gov.br)). Acesso em: 18 abr. 2023.

BRASIL. Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: [http://conselhos estaduais de educação e outros \(mec.gov.br\)](http://conselhos estaduais de educação e outros (mec.gov.br)). Acesso em: 18 abr. 2023.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica.

Resolução nº 2, de 28 de abril de 2008. Estabelece as diretrizes e bases para a educação básica. Diário Oficial República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 29 abr. 2008. Disponível em: www.mec.gov.br. Acesso em: 23 abr. 2024.

BUSS, C.S,et.al. **Percepções sobre o produto educacional em mestrado profissional na área de ensino.** Ens.Tecnol.R., Londrina, v.5, n.1, p.1-13, jan/jun. 2021. Disponível em: <https://periodicos.utfpr.edu.br/etr/article/view/13931> Acesso em:14 set. 2023.

COLLARES, Alvacyr F. **Itinerário para o Encontro.** Pelotas: Editora Pelotense,1978.

Diário Oficial da União Secção 1 ISSN 1677-7042 nº180, quarta-feira, 21 de setembro de 2022. Disponível em: <http://www.in.gov.br/autenticidade.html> pelo código 05152022092100122. Acesso em: 26 jun. 2024.

ESTEBAN, M. P. S. **Pesquisa qualitativa em educação.** Porto Alegre: Artmed, 2010.

Instituto Federal Sul-rio-grandense. **Organização Didática Aprovada pela Resolução 90/2012.** Disponível em: [http://Organização Didática \(ifsul.edu.br\)](http://Organização Didática (ifsul.edu.br)). Acesso em: 18 abr. 2024.

Instituto Federal Sul-rio-grandense. **Plano Estratégico Institucional de Permanência e Êxito dos Estudantes do IFSul.** Disponível em: [http://Plano para a permanência e êxito de estudantes é pauta de reunião \(ifsul.edu.br\)](http://Plano para a permanência e êxito de estudantes é pauta de reunião (ifsul.edu.br)). Acesso em: 18 abr. 2024.

IFBA. **Regulamento dos Estudos de Recuperação Paralela.** 16 de novembro de 2017. Disponível em: ifba.edu.br. Acesso em: 18 abr. 2024.

INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO. Portaria Nº 32, homologa o **Regulamento de Recuperação Paralela do Campus Serra.** Disponível em: www.ifes.edu.br. Acesso em: 23 abr. 2024.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO DE JANEIRO. Resolução CONSUP nº 13, de 13 de maio de 2018. **Regulamento da Educação Profissional Técnica de Nível Médio e do Ensino Médio.** Acesso em: 23 abr. 2024.

LARROSA, Jorge. **Tremores: escritos sobre experiência.** Tradução de: Cristina Antunes, João Wanderley Geraldi. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014.

LEFÈVRE, Fernando; LEFÈVRE, Ana Maria. **O discurso do sujeito coletivo: uma nova abordagem metodológica em pesquisa qualitativa.** Caxias do Sul: EducS, 2005 a.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010

GOMES, L. M. J. B.; BERG, R. S. **Mestrado Profissional: reflexão e ação na Educação Básica**. Polyphonia, [S. l.], v. 24, n. 2, p. 245-254, jul./dez. 2013. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/sv/article/view/37936>. Acesso em: 14 set. 2023.

MATURANA, Humberto **A ontologia da realidade**. Tradução de: Cristina Magro; Miriam Graciano e Nelson Vaz. Belo Horizonte. Editora UFMG, 1997.

MATURANA, Humberto R; DÁVILA, Ximena Paz. **Educação a partir da matriz biológica da existência humana**. Revista Prelac, n.2, Chile, 2006.

MATURANA, Humberto. **Emoções e linguagem na educação e na política**. Tradução de: José Fernando Campos Fortes. Belo Horizonte: UFMG, 2009.

MARQUES, Joana Brás Varanda; FREITAS, Denise de. Artigo Método Delphi: caracterização e potencialidades na pesquisa em Educação. **Proposições**, v. 29, n. 2, p. 87, Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1980-6248-2015-0140>. Acesso em: 06 jul. 2023.

MARTINS, G. A. **Estudo de caso: uma estratégia de pesquisa**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MENDES, Maria Teresa Rosa. **Progressão parcial no ensino público: novas estratégias**. Centro Universitário Unicarioca Mestrado Profissional em Novas Tecnologias Digitais na Educação. NUCAP, Rio de Janeiro, 2021.

MINAYO, M. C. S. & SANCHES, O. **Quantitativo-Qualitativo: Oposição ou Complementaridade**. Cad. Saúde Públ., Rio de Janeiro, 9 (3): 239-262, jul/set, 1993.

MIZUKAMI, Maria da Graça Nicoletti. **Aprendizagem da docência: algumas contribuições de L. S. Shulman**. Revista Educação, Santa Maria, v. 29, n°2, p.33-49, 2004. Disponível em: <http://www.ufsm.br/ce/revista>. Acesso em: 20 mar. 2023.

MOREIRA, M. A.; NARDI, R. **O mestrado profissional na área de ensino de ciências e matemática: alguns esclarecimentos**. Revista Brasileira de Ensino de Ciência e Tecnologia, [S. l.], v. 2, n. 3, p. 1-9, set./dez., 2009. Disponível em: <https://periodicos.utfpr.edu.br/rbect/article/view/549>. Acesso em: 19 mar. 2023.

NASCIMENTO, Cinara O., SAINZ, Ricardo L. **Aprendizagem em Ambientes Virtuais: tecendo reflexões sobre espaço relacional-emocional**. Revista Thema, v.14, n°4, p. 149- 158, 2017.

NASCIMENTO, Cinara Ourique do. **O Engendramento coletivo da educação profissional e tecnológica a distância: histórias que contam as experiências dos polos de apoio presencial**. 105 f. Tese (Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências, Química da Vida e Saúde) Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, 2015.

PALLOFF, Rena M.; PRATT, Keith. **O aluno virtual: um guia para trabalhar com estudantes on-line**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

Parecer CEB nº 1/97: BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Parecer CEB nº 1/97.** Dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental. Brasília, DF, 1997.

Parecer CEB nº 5/97: BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Parecer CEB nº 5/97.** Dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos. Brasília, DF, 1997.

Parecer CEB nº 12/97: BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Parecer CEB nº 12/97.** Dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Brasília, DF, 1997.

Parecer CNE/CEB nº 18/2012: BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Parecer CNE/CEB nº 18/2012.** Reexame do Parecer CNE/CEB nº 9/2012, que trata da implantação da Lei nº 11.738/2008, que institui o piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da Educação Básica. Aprovado em 2 de outubro de 2012. Disponível em: mec.gov.br. Acesso em: 23 mar. 2024.

RUDIO, F. V. **Introdução ao projeto de pesquisa científica.** 36 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

SOUSA, RP., MIOTA, FMCS., and CARVALHO, ABG., orgs. **Tecnologias digitais na educação** [online]. Campina Grande: EDUEPB, 2011. 276 p. ISBN 978-85-7879-124-7. Available from SciELO Books.

TEIXEIRA, A. H. **Tessituras sobre de um ambiente virtual de aprendizagem na progressão parcial com dependência em química.** 2013. 157fs. Dissertação Mestrado Profissional em Ensino de Ciências - Universidade Nacional de Brasília - UNB, Brasília, 2013.

Tribunal de Contas da União. **Acórdão nº 506/2013.** Disponível em: [http://ACÓRDÃO TCU 506/2013 - 506/13: Jurisprudência: Acórdão 506/2013 \(Federal: Legislativo: Tribunal de Contas da União: Plenário - Brasil\): Disponível em: <http://lexml.gov.br>. Acesso em: 18 abr. 2023.](http://acordao.tcu.gov.br)

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos.** Porto Alegre: Bookman, 2010.

ZABALA, Antônio. **A prática educativa: como ensinar.** Porto Alegre: Artmed, 1998.

**APÊNDICE – GUIA DE REFERÊNCIA – PROGRESSÃO PARCIAL E
RECUPERAÇÃO PARALELA NO MODELO SEMIPRESENCIAL**

GUIA DE REFERÊNCIA

PROGRESSÃO PARCIAL E
RECUPERAÇÃO PARALELA NO
MODELO SEMIPRESENCIAL



João Francisco de Castro Collares



INSTITUTO FEDERAL

Sul-rio-grandense

Câmpus Pelotas - Visconde da Graça



PPGCITED

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS
E TECNOLOGIAS NA EDUCAÇÃO

AUTORES

JOÃO FRANCISCO DE CASTRO COLLARES

FERNANDO AUGUSTO TREPTOW BROD

NELSON LUIZ REYES MARQUES

DIAGRAMAÇÃO

DIEGO ISNARDI

Designer

Ficha Catalográfica

C697p Collares, João Francisco de Castro.
Guia de referência - Progressão parcial e recuperação paralela no modelo semipresencial / por João Francisco de Castro Collares, Fernando Augusto Treptow Brod, Nelson Luiz Reyes Marques. – 2024.
32 f. : il.

Produto Educacional (Mestrado) - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense, Programa de Pós-Graduação em Ciências e tecnologias na Educação, Mestrado Profissional em Ciências e Tecnologias na Educação, Pelotas, 2024.

1. Tecnologia na Educação. 2. Plano de Intervenção Pedagógica. 3. Metodologias Ativas. 4. Ensino Semipresencial. 5. Permanência e Êxito. I. Brod, Fernando Augusto Treptow. II. Marques, Nelson Luiz Reyes III. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense – IFSul. IV. Título.

CDD 370

Catálogo na publicação:
Bibliotecária Cristiane Pereira da Silva CRB 10/1880
Biblioteca IFSul - Câmpus Pelotas

O GUIA DE REFERÊNCIA

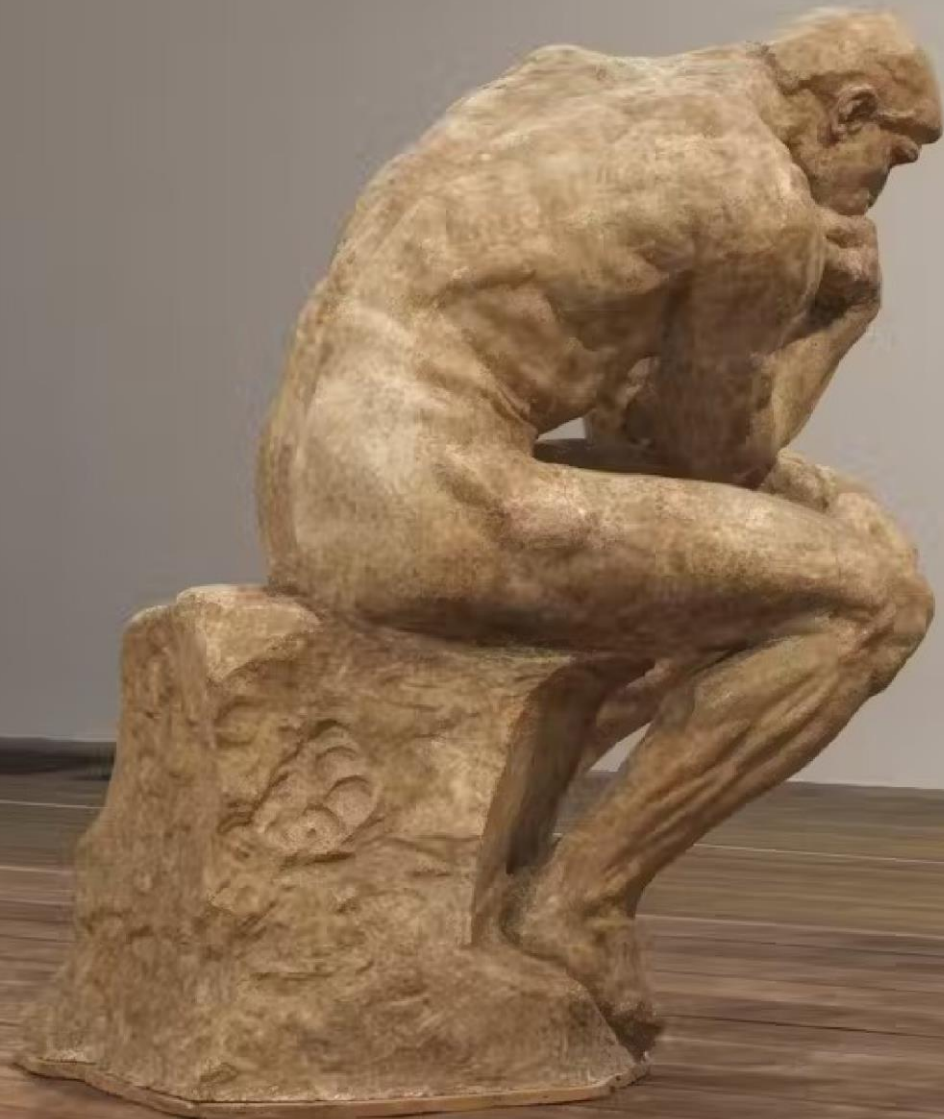
PROGRESSÃO PARCIAL E RECUPERAÇÃO PARALELA NO MODELO SEMIPRESENCIAL

Aborda duas estratégias para minimizar os elevados índices de evasão, reprovação e retenção de alunos no IFSul – Câmpus Pelotas, diferenciando as formas de recuperação e propondo seu oferecimento na forma semipresencial, mantendo a Progressão Parcial presencial para situações específicas. O guia destaca a utilização das Tecnologias da Informação e da Comunicação (TICs) como ferramentas auxiliares no trabalho de professores e alunos, promovendo maior diversificação no processo de ensino e aprendizagem. Enfatiza que o foco pedagógico deve estar na aprendizagem, com recuperação de objetivos e conteúdos voltada para os pontos em que o aluno não obteve êxito, identificados pelo professor durante o percurso formativo. Sugere a customização do AVA Institucional em abas para a Progressão Parcial e em semanas para a Recuperação Paralela, além de indicar documentos para auxiliar no registro, planejamento, metodologia e avaliação dessas ações, garantindo transparência nas atividades. O guia é um material completo, com embasamento teórico e legal, que subsidia e consolida as práticas propostas, sendo uma referência importante para discussões institucionais sobre os temas, apresentando estratégias relevantes a serem utilizadas pelos professores e pela Instituição para minimizar os índices de insucesso acadêmico e efetivar políticas de permanência e êxito dos alunos.

THE REFERENCE GUIDE

PARTIAL PROGRESSION AND PARALLEL RECOVERY IN THE BLENDED LEARNING MODEL

This guide addresses two strategies to minimize the high rates of dropout, failure, and retention of students at IFSul – Pelotas Campus. It differentiates the forms of academic recovery, proposing a semi-presential format while maintaining face-to-face Partial Progression for specific situations. The guide highlights the use of Information and Communication Technologies (ICTs) as auxiliary tools for teachers and students, promoting greater diversification in the teaching and learning process. It emphasizes that the pedagogical focus should be on learning, with recovery of objectives and content aimed at the points where the student did not succeed, identified by the teacher during the formative process. The guide suggests customizing the Institutional Virtual Learning Environment (VLE) into tabs for Partial Progression and weeks for Parallel Recovery. It also indicates documents to assist in the registration, planning, methodology, and evaluation of these actions, ensuring transparency in activities. This comprehensive material, with theoretical and legal foundations, supports and consolidates the proposed practices, serving as an important reference for institutional discussions on these topics. It presents relevant strategies to be used by teachers and the Institution to minimize academic failure rates and implement policies for student retention and success.



“ O saber é o primeiro instante, o descobrimento dos problemas. Um começo de adaptação à vida. A verificação de um conflito entre mim e o sistema do mundo em que vivo. A solução, não a tenho no pensamento. Ajusto-a aos atos. Cada ato meu tem sentido resolutório. Qualquer gesto, qualquer palavra, quaisquer movimentos significam uma tomada de posição. Primeiro, diante de mim mesmo; depois, diante do tu. E sempre diante do Transcendente. A sabedoria esgota-se no equilíbrio, no ajustamento à vida com todas as suas consequências

Alvacyr de Faria Collares, 1978

REFLEXÃO

O texto para reflexão de Collares (1978) aborda a busca pelo conhecimento como um processo contínuo de adaptação e resolução de conflitos. Essa perspectiva pode ser diretamente relacionada ao papel do professor e da instituição de ensino.

O professor é um facilitador do descobrimento, ajudando os alunos a identificar problemas e a se adaptar ao mundo ao seu redor. Ele guia os alunos na verificação de conflitos internos e externos, promovendo uma reflexão crítica sobre suas experiências e o ambiente em que vivem. Cada ação do professor, seja uma aula, uma orientação ou um feedback, tem um propósito resolutório. Ele ajusta suas estratégias pedagógicas para atender às necessidades individuais dos alunos, promovendo um aprendizado significativo e contextualizado. O professor deve tomar posições claras em relação ao conhecimento e à ética, servindo como modelo para os alunos. Ele deve incentivar a autonomia e a responsabilidade, ajudando os alunos a se posicionarem diante de si mesmos, dos outros e do Transcendente.

A instituição de ensino deve criar um ambiente que favoreça a descoberta e a curiosidade. Isso inclui oferecer recursos, apoio e oportunidades para que os alunos explorem e questionem o mundo ao seu redor. Deve buscar um equilíbrio entre as demandas acadêmicas e o bem-estar dos alunos. Isso envolve políticas e práticas que promovam a saúde mental, a inclusão, a assistência aos alunos e o desenvolvimento integral dos mesmos e promover uma educação que vá além do conteúdo acadêmico, incluindo valores éticos e sociais. Ela deve preparar os alunos para serem cidadãos críticos e responsáveis, capazes de contribuir positivamente para a sociedade.

Em resumo, tanto o professor quanto a instituição de ensino têm papéis fundamentais na adaptação dos alunos à vida e na resolução dos conflitos que surgem nesse processo. Eles devem atuar de forma integrada para promover um aprendizado equilibrado e significativo.

SUMÁRIO



O REGIME DE PROGRESSÃO PARCIAL PAG. 9	OS REGIMES DE PROGRESSÃO PARCIAL E DE RECUPERAÇÃO PARALELA PAG. 11-12	REGRAS DA PROGRESSÃO PARCIAL PAG. 14	SUGESTÃO DE CUSTOMIZAÇÃO DO AVA PARA PROGRESSÃO PARCIAL PAG. 16-20	SUGESTÃO DE CUSTOMIZAÇÃO DO AVA PARA DA RECUPERAÇÃO PARALELA PAG. 22-26	CONCLUSÃO PAG. 29	
INTRODUÇÃO PAG. 8	O REGIME DE RECUPERAÇÃO PARALELA PAG. 10	USO DA MODALIDADE SEMIPRESENCIAL PAG. 13	INFORMAÇÕES EXTRAS SOBRE A PROGRESSÃO PARCIAL PAG. 15	RECUPERAÇÃO PARALELA PAG. 21	MODELOS DE DOCUMENTOS PAG. 27-28	REFERENCIAL TEÓRICO PAG. 30-33

INTRODUÇÃO

PROSPECÇÃO

Procura por alternativas eficazes como a Progressão Parcial(PP) e a Recuperação Paralela(RP) para reduzir os altos índices de evasão e reprovação no Instituto Federal Sul-rio-grandense - Câmpus Pelotas tem sido uma prioridade.

AÇÕES

A progressão parcial é um sistema que permite que o aluno seja promovido para a série seguinte, mesmo não alcançando os resultados exigidos em algumas disciplinas da série anterior. A recuperação paralela, é uma prática preventiva de suporte pedagógico que visa reduzir significativamente reprovações, retenções e evasões.

REFLEXÃO

No âmbito da educação, a busca por estratégias eficazes para melhorar os resultados acadêmicos dos alunos é uma constante. Diferentemente de um sistema de aprovação automática ou mera formalidade, tanto a Progressão Parcial como a Recuperação Paralela envolvem o acompanhamento e a intervenção docente no processo de ensino e de aprendizagem. Seu verdadeiro propósito é possibilitar a construção do saber pelo aluno, a partir da avaliação e do percurso percorrido. Para isso, é fundamental que gestores, professores e alunos reflitam colaborativamente sobre os fatores que impactam o baixo rendimento, promovendo um diálogo contínuo ao longo do processo.

SABER

A progressão parcial, pode ser uma escolha facultativa por parte da instituição, enquanto que a Recuperação Paralela é um dever das instituições e um direito objetivo dos alunos, que visa à superação de barreiras que impedem o pleno desenvolvimento acadêmico. A Recuperação Paralela não deve se limitar à aplicação de novas provas. A avaliação é dinâmica e contínua, não apenas para classificar, mas para compreender a situação individual do estudante. Identificar as causas das dificuldades de aprendizagem e elaborar estratégias específicas são ações essenciais nesse contexto.

INCLUSÃO

Em suma, a Progressão Parcial e a Recuperação Paralela são uma oportunidade para que os alunos alcancem seu potencial máximo durante seu percurso formativo, independentemente de seus ritmos e limitações individuais. São abordagens que valorizam a aprendizagem e contribuem para formação de um ambiente escolar mais inclusivo e eficaz.

PROPOSTA

Este guia de referência, visa a partir das práticas docentes, propor ressignificações para a Progressão Parcial e para a Recuperação Paralela a fim de proporcionar aprendizagens efetivas e recuperar conhecimentos não alcançados com êxito pelos alunos, durante o período regular. Além disso, busca sugerir subsídios para regulamentar a Organização Didática (O.D) vigente no IFSul Câmpus Pelotas, especificamente no que diz respeito à essas formas de recuperação, introduzindo práticas semipresenciais através do uso de metodologias ativas.

AJUSTE

O guia tem como objetivo, apresentar uma estrutura que permita aos professores em exercício terem em mãos uma ferramenta básica que lhes possibilite, de forma rápida, customizar o ambiente virtual de aprendizagem AVA- Institucional para o Ensino Técnico Profissional de Nível Médio, durante o oferecimento de estudos de recuperação de conhecimentos durante a Progressão Parcial como nos estudos de Recuperação Paralela.

O REGIME DE PROGRESSÃO PARCIAL

DEFINIÇÃO E OBJETIVO

A Progressão Parcial, tem como objetivo possibilitar ao aluno condições favoráveis para superar defasagens e dificuldades na aprendizagem. Mesmo que o(a) aluno(a) não tenha consolidado todos os conhecimentos dos componentes curriculares e conteúdos básicos, a Progressão Parcial permite que ele avance em sua trajetória escolar no ano subsequente. Se um aluno não obtiver aprovação final em até três disciplinas, ele pode cursá-las subsequentes e concomitantemente às séries seguintes, garantindo seu direito à aprendizagem e evitando a reprovação completa.

CONTEXTO LEGAL

A Progressão Parcial é um dispositivo que visa superar a cultura da reprovação na educação, permitindo que os alunos avancem para o próximo período letivo, mesmo que não tenham consolidado todos os conhecimentos, objetivos e conteúdos essenciais das disciplinas curriculares. Antes a dependência trazia a mera classificação e seu respectivo ordenamento. A Progressão Parcial já impõe a discussão sobre a aprendizagem e seus processos avaliativos e sobre as condições necessárias ao direito de aprender (CNE, 2000). A Progressão Parcial está prevista no inciso III do Art. 24 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) 9394/96, permitindo que os alunos recebam atendimento específico paralelo à série que irão cursar, focando nas disciplinas em que não obtiveram êxito. É um direito público objetivo dos alunos e um dever das instituições educacionais, desde os professores até os gestores e mantenedores. O dispositivo da progressão parcial traz uma ruptura com a cultura da reprovação, conforme descrito no Parecer CNE/CEB 12/1997, que atrela a reflexão sobre a avaliação aos processos e meios de progressão de aprendizagem superando a delimitação formal e artificialmente classificatória atribuída à figura da dependência (BRASIL, 1997).

O conteúdo deve ser delimitado previamente por meio de avaliação diagnóstica realizada pelos professores. Essa avaliação visa assegurar a particularização do itinerário de estudos, com o objetivo de superar as reais limitações de aprendizagem de cada aluno. O compromisso inarredável com o diagnóstico das condições de aprendizagem é fundamental, bem como o desenvolvimento de estratégias de recuperação que se constituam em efetivas alavancas de progresso ao aluno, conforme preconiza o Parecer CNE/CEB nº 22/2000. O Parecer CNE/CEB nº 24/2003, aprovado em 02 de junho de 2003, responde a uma consulta sobre recuperação de conteúdos, sob a forma de Progressão Parcial ou Dependência, sem que se exija obrigatoriedade de frequência. Esse parecer aborda a flexibilidade na frequência escolar e permite que alunos em regime de Progressão Parcial ou Dependência não sejam obrigados a cumprir a frequência mínima de 75% das aulas previstas para determinada série. Portanto, a norma não contraria o disposto no Art. 24, VI da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB).

Os Pareceres do Conselho Nacional de Educação (CNE) são documentos que expressam a opinião técnica do CNE sobre questões educacionais. Eles são emitidos em diferentes áreas e câmaras do CNE. No entanto o tipo específico de obrigatoriedade referente ao Parecer CNE/CEB 24/2003 não está explicitamente mencionado nos resultados.

O Parecer CNE/CEB nº 24/2003 não é de obrigatoriedade automática, mas sua relevância como referência para orientar práticas educacionais é reconhecida. Muitas instituições de ensino e redes escolares utilizam esses documentos como base para suas decisões pedagógicas. O parecer pode embasar o planejamento curricular, o desenvolvimento de metodologias e a promoção da qualidade da educação para jovens e adultos. A aplicação do parecer pode variar de acordo com o contexto local e a autonomia das instituições. Considerando a especificidade das disciplinas de Formação Geral e de Formação Técnica no Ensino Profissional Técnico de Nível Médio do IFSul-Câmpus Pelotas, é relevante observar que muitas dessas disciplinas apresentam um significativo percentual de suas cargas horárias distribuídas em aulas práticas realizadas em oficinas, laboratórios ou desenvolvidas na forma de projetos. Nesse contexto, a aplicação do parecer pode ser adaptada para considerar as particularidades dessas disciplinas, garantindo que os alunos tenham oportunidades adequadas de recuperação de conteúdos, mesmo sem a obrigatoriedade de frequência de 75%. Em resumo, o parecer oferece flexibilidade para que as instituições de ensino possam adotar programas de estudos específicos para recuperação de conteúdos, levando em conta as características de cada disciplina e a realidade dos alunos.

A Progressão Parcial é um conceito diferente do ensino presencial regular, pois não está vinculada aos dias letivos, carga horária semestral ou anual, nem à frequência mínima de 75%. Em vez disso, ela se baseia no Plano de Intervenção Pedagógica (PIP), permitindo que os alunos concluam a progressão assim que demonstrarem superação das defasagens de aprendizagem identificadas pelo professor responsável. Essa abordagem oferece flexibilidade e permite que os alunos avancem no currículo de acordo com seu próprio ritmo, desde que atendam aos critérios estabelecidos no PIP. No contexto do Instituto Federal Sul-rio-grandense (IFSul), isso significa que a instituição pode criar suas próprias diretrizes e regulamentos relacionados à frequência e progressão acadêmica na Progressão Parcial. A decisão final dependerá das regras específicas definidas pela instituição. A aplicação do parecer pode variar de acordo com o contexto local, a autonomia das instituições.

ESTRATÉGIAS E ITINERÁRIOS ALTERNATIVOS

Os Planos de Intervenção Pedagógica para a Progressão Parcial devem prever itinerários alternativos de estudo, preservando o Projeto Pedagógico de Curso (PPC). Identificar os pontos específicos não assimilados pelos alunos e apresentá-los de forma nova e apreensível é essencial.

BENEFÍCIOS E PROPOSITOS

A progressão parcial é uma prática que auxilia na permanência e êxito e vai de encontro aos inadmissíveis índices elevados de evasão e reprovação escolar.

A progressão parcial não significa, em hipótese alguma promoção automática, não induz a que se aprovelem alunos reprovados, nem que sejam maquiados resultados institucionais para melhorar índices de avaliação, portanto temos que ter cuidado ao tratar do tema.

O REGIME DE RECUPERAÇÃO PARALELA

DEFINIÇÃO E OBJETIVO

A Recuperação Paralela é uma prática preventiva de suporte pedagógico prevista na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Seu objetivo é minimizar significativamente as reprovações, retenções e evasões, bem como o percentual de alunos que avançam com progressão parcial. Não se trata de um sistema de aprovação automática nem de uma formalidade. Essa abordagem envolve o acompanhamento e a intervenção dos professores no processo de aprendizagem, por meio de estratégias de recuperação. O foco é possibilitar a construção do conhecimento junto ao aluno, considerando sua avaliação e o percurso percorrido.

LEGISLAÇÃO E ORIENTAÇÃO

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) estabelece a obrigatoriedade de estudos de recuperação, preferencialmente realizados de forma paralela ao período letivo. O Parecer CNE/CEB nº 05/97 reforça que a recuperação deve ocorrer ao longo do ano letivo, não se limitando apenas aos períodos regulares. Além disso, o Parecer CNE/CEB nº 12/97 esclarece que a recuperação não deve ser confundida com a ideia de “ao mesmo tempo” e não pode ser desenvolvida dentro da carga horária regular da disciplina. O art. 24, inciso V, alínea “e” da LDB mantém a obrigatoriedade dos estudos de recuperação. É fundamental que os envolvidos sejam alvo de reavaliação, também de forma paralela. Especialmente para alunos com baixo rendimento, somente a reavaliação permitirá verificar se a recuperação desejada foi alcançada.

COLABORAÇÃO E REFLEXÃO

É importante que gestão, corpo docente e discente reflitam sobre os fatores implicados nas situações de baixo rendimento. O diálogo acerca dos resultados construídos ao longo do processo é fundamental.

AValiação CONTÍNUA E DINÂMICA

A recuperação paralela é uma estratégia pedagógica que vai além da simples aplicação de uma nova prova. Ela reconhece que a avaliação é um processo contínuo e dinâmico, não se limitando a momentos específicos. O objetivo da recuperação paralela não é classificar ou separar os alunos em bons ou maus, fortes ou fracos. Cada estudante tem seu próprio ritmo e limitações individuais. A recuperação paralela visa verificar a situação individual de cada aluno, analisando progressos e identificando causas para elaborar meios necessários de superação. É importante ressaltar que a recuperação paralela não se concentra apenas na aprendizagem, mas também na recuperação do ensino. Quando um aluno não adquire o conhecimento esperado, é essencial retornar ao ensino, buscando novas estratégias, recursos e metodologias. Uma abordagem interessante é utilizar tecnologias da informação e comunicação, como vídeos, programas educativos, sites e softwares, para dinamizar o espaço de ensino-aprendizagem. A disponibilização de atividades educativas em plataformas online, como o Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) Institucional, permite que os alunos realizem tarefas propostas pelos professores em casa. Além disso, os professores podem acompanhar o desenvolvimento dos alunos por meio de registros e relatórios gerados pela plataforma.

TRATAMENTO ESPECIAL E SUPERAÇÃO DE DIFICULDADES

A recuperação de aprendizagem é um tratamento especial destinado a estudantes com desempenho insatisfatório. Não se trata de privilégio, mas sim de uma ação docente investigativa para superar dificuldades específicas dos alunos, seguida de metodologias que contribuam para a superação dessas dificuldades. Nos termos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) 9394/96, a recuperação paralela pode ocorrer em momentos específicos; quando temos o atendimento direcionado aos alunos que apresentaram dificuldades com conteúdos relacionados a aulas ou avaliações anteriores e que podem ser realizados individualmente, em grupos ou como turma. Podendo ocorrer na forma de atendimentos programados onde os encontros são realizados de acordo com a carga horária prevista no plano individual de trabalho do professor e/ou horários disponibilizados no projeto de ensino de monitoria, a última forma seria a recuperação contínua em sala de aula, que se tem a revisão dos conteúdos, desde que não prejudique cronograma previsto no plano de ensino. As Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDICs) ampliam as interações entre professor e aluno, flexibilizando o processo de mediação pedagógica no tempo e no espaço. Essa diversificação do modelo de ensino permite a elaboração de projetos integradores com atividades à distância. Certamente contribuirá para superar as defasagens de aprendizagem e reduzir o número de alunos que precisam de reavaliação, avançam com a progressão parcial ou ficam retidos ao final do período letivo. A flexibilidade proporcionada pelas tecnologias digitais de informação e comunicação (TDIC) permite uma abordagem mais personalizada e eficaz na recuperação dos conteúdos. As Tecnologias de Comunicação e Informação – TICs podem contribuir para as transformações necessárias relacionadas às práticas educativas, por estarem tão presentes na vida e no cotidiano dos nossos estudantes. Quando integradas adequadamente ao contexto pedagógico, as TICs tornam a aprendizagem mais ativa e permitem que os alunos se tornem protagonistas do processo educacional. Além disso, as TICs multiplicaram as possibilidades de pesquisa e acesso à informação. No entanto, o papel dos professores não diminuiu; pelo contrário, eles agora têm a responsabilidade de ensinar os alunos a avaliar e gerenciar a informação disponível. Os professores atuam como organizadores do saber, fornecedores de recursos de aprendizagem e facilitadores do diálogo e da reflexão.

OS REGIMES DE PROGRESSÃO PARCIAL E DE RECUPERAÇÃO PARALELA

TRANSFORMAÇÃO SOCIAL E MUDANÇAS

Os professores têm o papel de analisar criticamente sua realidade, profissão e formação, visando à transformação social. Eles podem contribuir para mudanças positivas na educação, promovendo condições favoráveis ao trabalho e à aprendizagem. Entre essas mudanças destacamos a importância da intensificação da Recuperação Paralela e da Progressão Parcial no contexto do IFSul. Essas ações têm o potencial de melhorar significativamente os resultados acadêmicos e a experiência dos alunos. Vamos explorar alguns pontos relevantes:

1. Recuperação Paralela:

- a) A Recuperação Paralela é uma estratégia que visa apoiar os alunos que apresentam dificuldades em determinadas disciplinas. Ela ocorre simultaneamente ao período letivo regular e oferece oportunidades adicionais de aprendizado e avaliação.
- b) Ao intensificar essa prática, o IFSul demonstra um compromisso com o sucesso dos alunos, proporcionando-lhes meios para superar obstáculos e melhorar seu desempenho.

2. Progressão Parcial:

- a) A Progressão Parcial é uma alternativa à reprovação completa em uma disciplina. Ela permite que o aluno avance para o próximo período letivo, mesmo que não tenha atingido todos os objetivos de aprendizagem.
- b) Essa abordagem reconhece que o processo de aprendizagem é contínuo e que nem sempre é necessário reter o aluno por completo. A Progressão Parcial incentiva a reflexão sobre o aprendizado e a busca por melhorias.

3. Impacto nas Taxas de Evasão, Retenção e Insucesso Escolar:

- a) A intensificação da Recuperação Paralela e a implementação da Progressão Parcial podem contribuir para a redução da evasão, mantendo os alunos engajados e motivados.
- b) A retenção dos alunos pode ser beneficiada, pois eles terão mais oportunidades de superar dificuldades e avançar.
- c) O insucesso escolar também pode ser minimizado, uma vez que os alunos não serão automaticamente reprovados, mas sim incentivados a buscar melhorias.

4. Qualificação dos Processos e Percursos da Formação Acadêmica:

- a) A qualificação dos processos educacionais é fundamental para garantir uma formação sólida e significativa.
- b) A combinação da Recuperação Paralela e da Progressão Parcial pode contribuir para a flexibilização do currículo, permitindo que os alunos se desenvolvam de maneira mais personalizada e adaptada às suas necessidades.

O FAZER PEDAGÓGICO

O fazer pedagógico é uma tarefa complexa, e a maneira como os alunos percebem e atribuem significado às atividades pode influenciar diretamente o processo de aprendizagem.

1. Experiência do Professor:

- a) O professor desempenha um papel fundamental na criação de uma experiência excepcional de aprendizado. Ele planeja cuidadosamente suas aulas, seleciona estratégias pedagógicas e busca envolver os alunos de maneira significativa.
- b) No ensino presencial, o professor interage diretamente com os alunos em sala de aula. No ensino semipresencial, essa interação pode ocorrer virtualmente, mas ele ainda é essencial para o sucesso do processo educacional.

2. Percepção dos Alunos:

- a) Cada aluno(a) tem uma percepção única das atividades propostas. O significado e o valor atribuídos a essas atividades variam de acordo com a bagagem cultural, interesses pessoais e motivações individuais.
- b) O professor deve estar atento a essas diferenças e buscar estratégias que despertem o interesse e a curiosidade dos alunos. Isso pode envolver abordagens diferenciadas, recursos visuais, exemplos práticos e conexões com a vida cotidiana.

3. Objetivos Compartilhados:

O fazer pedagógico deve ser orientado por objetivos claros. Tanto os objetivos dos alunos quanto dos professores devem convergir para um único propósito:

- a) Aprendizagem significativa.
- b) Os alunos buscam adquirir conhecimentos, assimilando objetivos e conteúdos. O professor, por sua vez, deseja promover o desenvolvimento intelectual e o crescimento dos estudantes.

4. Avaliação e Reflexão:

- a) A avaliação contínua é fundamental para verificar se os objetivos estão sendo alcançados. O professor deve refletir sobre os resultados e ajustar sua prática conforme necessário.
- b) A percepção dos alunos sobre o valor das atividades também pode ser avaliada por meio de feedback e diálogo aberto.

Em resumo, o fazer pedagógico é uma jornada colaborativa entre professor e aluno, em que o significado das atividades se entrelaça com os objetivos educacionais. A busca pela excelência requer sensibilidade, flexibilidade e compromisso mútuo.

OS REGIMES DE PROGRESSÃO PARCIAL E DE RECUPERAÇÃO PARALELA

PROGRESSÃO PARCIAL E RECUPERAÇÃO PARALELA

A importância da Progressão Parcial e da Recuperação Paralela como estratégias para minimizar os índices de reprovação, retenção e evasão escolar. Vamos detalhar alguns pontos importantes:

1. Diferenças:

- a) A Progressão Parcial é uma alternativa à reprovação completa em uma ou mais disciplinas. Ela permite que o aluno avance para o próximo período letivo, mesmo que não tenha atingido todos os objetivos de aprendizagem.
- b) A Recuperação Paralela, por sua vez, visa apoiar os alunos que apresentam dificuldades em determinadas disciplinas. Ela ocorre simultaneamente ao período letivo regular e oferece oportunidades adicionais de aprendizado e avaliação.

2. Modalidade EaD:

- a) A proposta da Progressão Parcial e da Recuperação Paralela é mais simples em comparação com a Educação a Distância (EaD). Enquanto a EaD requer a criação de um Modelo Pedagógico completo, a Progressão Parcial e a Recuperação Paralela se concentram em estratégias específicas.
- b) O foco está no ensino semipresencial, baseado em Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC). Isso envolve o uso do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) institucional e diferentes metodologias.

3. Ensino Semipresencial e TDIC:

- a) O ensino semipresencial combina momentos presenciais com atividades realizadas virtualmente. Os alunos têm acesso a materiais online, interagem com colegas e professores, e participam de discussões.
- b) As TDICs desempenham um papel crucial nesse contexto, permitindo a comunicação assíncrona, o acesso a recursos digitais e a flexibilidade no aprendizado.

4. Modelos de PIP - Planos de Intervenção Pedagógica:

- a) Os PIPs são estratégias de planejamento que podem ser aplicadas tanto na Recuperação Paralela quanto na Progressão Parcial.
- b) Eles podem ser individuais, por agrupamento de alunos ou por turma.
- c) Os PIPs visam registrar as necessidades dos alunos e oferecer suporte personalizado para que alcancem os objetivos de aprendizagem.

Em resumo, a simplicidade das estratégias para a Progressão Parcial e Recuperação Paralela, aliadas ao uso das TICs e aos modelos de PIPs, podem contribuir significativamente para a melhoria dos resultados acadêmicos e a promoção da aprendizagem dos alunos.

O PAPEL DO EDUCADOR E DA ESCOLA

Além do aspecto intelectual, o educador deve considerar o desenvolvimento socioemocional dos alunos. Isso envolve ajudá-los a construir sua identidade, autoestima, habilidades sociais e emocionais. Para isso destacamos que:

- a) A escola deve ser um ambiente acolhedor, seguro e positivo. O clima escolar influencia diretamente o bem-estar dos alunos e sua capacidade de aprendizado. Professores e gestores têm um papel fundamental em criar esse ambiente propício.
- b) O educador deve estar atento aos desafios enfrentados pelos alunos, sejam eles acadêmicos, emocionais ou sociais. Identificar e abordar esses problemas contribui para o desenvolvimento saudável dos alunos.
- c) O educador não apenas apresenta conteúdos, mas também orienta os alunos a encontrar soluções para os desafios que enfrentam. Isso envolve incentivar a criatividade, a resolução de problemas e o pensamento crítico.

Com o avanço das tecnologias e as mudanças na sociedade, o papel do educador está em constante evolução. A educação do futuro deve ser mais flexível, personalizada e centrada no aluno. As TICs (Tecnologias de Informação e Comunicação) desempenham um papel importante nesse cenário, permitindo novas abordagens pedagógicas e ampliando as possibilidades de aprendizado.

FORMAÇÃO CONTINUADA

A preparação de professores e o aumento do conhecimento e das tecnologias não estão sendo acompanhados por um crescimento comparável à capacidade de aprender dos nossos alunos. Os motivos podem ser variados, desde a falta de formação continuada dos professores a pouca capacidade de aprendizagem do educando, até o pouco interesse e, conseqüentemente, baixa motivação. A formação de professores não é apenas responsabilidade individual, mas também coletiva. As instituições educacionais e as políticas públicas devem apoiar e investir na formação desses profissionais. Enfatiza-se a necessidade da formação continuada como sendo um pilar essencial para o desenvolvimento profissional de todos os envolvidos na educação. Não se restringe apenas aos professores, mas também abrange gestores, coordenadores, pedagogos, psicopedagogos, psicólogos, assistentes sociais, professores AEE, tutores e outros profissionais que atuam tanto na atividade-fim quanto no apoio ao processo de ensino e aprendizagem. **OBSERVAÇÃO:** A criação do cargo de Psicopedagogo na rede de Instituições Federais (IFs) pode ser uma medida valiosa para apoiar o desenvolvimento educacional dos alunos.

USO DA MODALIDADE SEMIPRESENCIAL

VANTAGEM DO SEMIPRESENCIAL

- Reduzir barreiras de acesso às disciplinas;
- Inovação em relação às metodologias e materiais;
- Permanência do aluno no seu ambiente familiar.

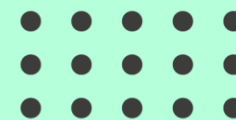
DIFICULDADE DO SEMIPRESENCIAL

- Equipamentos disponíveis pelos câmpus;
- Dificuldade em relação ao ambiente virtual;
- Especificidades das disciplinas;
- Tendência à reprodução da aula presencial;
- Gerenciamento do tempo do(a) aluno(a) dedicado aos estudos.

SUGESTÃO DE METODOLOGIA

- Atividade Motivacional;
- Aula (teoria);
- Aprofundamento teoria (leitura opcional);
- Encontro de dúvidas colaborativo, horário de atendimento do(a) professor(a) e monitorias;
- Exercício avaliativo (frequência e/ou nota);
- Videoaulas;
- Aulas práticas presenciais;
- Avaliação presencial.

REGRAS DA PROGRESSÃO PARCIAL



01 PROCESSO

Este processo pode ser aplicado nos regimes Presencial, semipresencial e a distância.

02 LIMITAÇÕES

Pode-se recuperar objetivos e conteúdos em até 03(três) disciplinas.Exceção para os cursos técnicos em EAD onde será permitida a progressão parcial em somente 01 (uma).

03 FREQUÊNCIA

Se o(a) aluno(a) reprovou por aproveitamento em mais de três disciplinas, mas alcançou 75% ou mais de frequência, repete somente as disciplinas em que não aprovou, não necessitando, por consectário lógico, refazer as disciplinas nas quais já obteve aprovação, tendo aproveitamento dos componentes curriculares em que obteve êxito.

04 INFREQUÊNCIA

Aos alunos que não alcançarem 60% de frequência e 40% de aproveitamento na(s) disciplina(s) alvo(s) da Progressão Parcial, terão essa(s) oferecida(s) para matrícula exclusivamente de maneira presencial.

05 RENDIMENTO PARCIAL

Os alunos que tenham participado de todo o processo de ensino e de aprendizagem, bem como do processo avaliativo, e tenham obtido nas disciplinas reprovadas mínimo(s) de 60% de frequência e 40% de aproveitamento, serão matriculados na forma semipresencial de Progressão Parcial.

06 RETENÇÃO

Um aluno poderá recuperar somente dois adiantamentos de uma mesma disciplina, no entanto não poderá recuperar três adiantamentos do mesmo componente curricular, única situação na qual ficará retido. Nesse caso a Progressão Parcial será oferecida de forma presencial, condensando os objetivos e conteúdos não alcançados pelo aluno nos três adiantamentos.

07 REGULARIZAÇÃO

No momento em que o aluno recuperar os estudos não realizado com êxito anteriormente, os novos resultados obtidos, deverão ser encaminhados pelo(a) professor(a) ao setor de registros acadêmicos para atualização da documentação do estudante, mesmo com o período letivo em curso.

08 CONCLUINTE

O(a) aluno(a) que no último período letivo, reprovar em quatro ou mais componentes curriculares, deverá repetir as disciplinas e, a estas serão acrescidas as disciplinas não vencidas da progressão parcial pertinentes à período(s) letivo(s) anterior(es).

09 REGISTRO

Ao final do período letivo, quando do último conselho de classe, o professor deverá deixar registrado os objetivos e conteúdos não alcançados pelo(a) aluno(a) alvo de Progressão Parcial. A partir desses registros é que o professor(a) ou o(a) novo(a) professor(a) consolidará o PIP para cada aluno em Progressão Parcial.

PIP = Plano de Intervenção Pedagógica

10 AVANÇO

A reprovação nos estudos de recuperação da Progressão Parcial não poderá reter o(a) aluno(a) e impedir o seu avanço, desde que aprovado(a) nas disciplinas do período letivo em curso, a não ser que esteja recuperando três adiantamentos de um mesmo componente curricular.

11 MATRÍCULA

A Progressão Parcial deverá ser oferecida a cada período letivo e o(a) aluno(a) deverá ser matriculado(a) no ato da renovação da matrícula, sendo que ficará obrigado(a) a cursar a mesma juntamente com as demais disciplinas regulares do período letivo.

12 RECUPERAÇÃO

Ao aluno(a) que reprovar em até três disciplinas no último período letivo, será oferecida a recuperação de objetivos e conteúdos em que não obteve êxito, preferencialmente na forma semipresencial, com exceção para as disciplinas de Projeto.

13 OFERTA

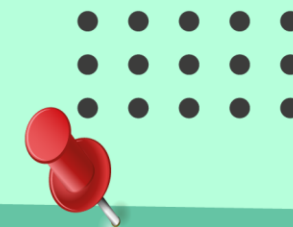
A Progressão Parcial na forma presencial será ofertada preferencialmente em turno inverso, não podendo interferir nos estudos regulares e sem prejuízo da sequência curricular, observadas as normas institucionais.

NOTA: Abre-se exceção para o aluno que no turno em que a Progressão Parcial é oferecida trabalhe, resida em outro município, seja aluno do Ensino Técnico de Nível Médio em Tempo Integral e/ou do Ensino Técnico de Nível Médio na Forma Concomitante. Nestes casos o aluno poderá apresentar documento que comprove a situação e requerer que os estudos da Progressão Parcial sejam oferecidos na forma semipresencial.

SEMPRE SERÁ MANTIDO O MAIOR RESULTADO OBTIDO PELO ALUNO

INFORMAÇÕES EXTRAS

SOBRE A PROGRESSÃO PARCIAL



01

IGUALDADE

Salientamos que mesmo em formas diferentes de oferecimento do Ensino Técnico de Nível Médio nas formas Concomitante, Integrado ou Subsequente, seja no regime seriado ou matrícula por disciplina, a Progressão Parcial deverá prever o tratamento igual para os alunos.

02

PRIORIDADE

Logo, no caso dos cursos técnicos de nível médio, com matrícula por disciplina, os mesmos critérios da Progressão Parcial devem se sobrepor a existência de pré-requisitos, em até 03(três) componentes curriculares, ficando garantido, portanto, o avanço do itinerário formativo do(a) aluno(a).

03

CERTIFICAÇÃO

A conclusão do curso ficará subordinada à aprovação na(s) disciplina(s) de progressão parcial, somente após a conclusão de todos os estudos previstos no PPC-(Projeto Político Pedagógico do Curso),o(a) aluno(a) poderá vir a ser certificado(a).

04

FREQUÊNCIA

Mesmo que os alunos tenham já cumprido os 75% de assiduidade no período letivo anterior, os estudos de progressão parcial, poderão exigir um mínimo de frequência, que deverá constar do PIP, principalmente se considerarmos a especificidade de cada componente curricular, a recuperação de objetivos e conteúdos desenvolvidos nas aulas práticas realizadas em oficinas e laboratórios, bem como os desenvolvidos na forma de projetos.

05

POSSIBILIDADE

Sempre que possível, a recuperação da Progressão Parcial poderá ser ofertada mais de uma vez no mesmo período letivo.

06

ESTÁGIO

O(a) aluno(a) em progressão parcial poderá matricular-se no estágio curricular previsto no PPC do curso.

07

RECUPERAÇÃO

Tanto na Progressão Parcial Presencial, como na Semipresencial a recuperação de objetivos e conteúdos, será dos estudos em que o aluno não obteve êxito, para tal será necessário o PIP, onde o (a) professor(a) irá definir os objetivos de aprendizagem que o(a) aluno(a) deve atingir e formular estratégias para isso, inclusive através de momentos presenciais, aos quais os alunos devem comparecer.

08

INTEGRAÇÃO

Para atender alunos em progressão parcial de forma semipresencial, é possível designar um(a) professor(a) que, mesmo possuindo sala de aula, complementemente seu horário atendendo até 25 alunos. Esse Atendimento equivale a um horário de aula. Essa abordagem permite que o professor dedique atenção individualizada aos alunos que necessitam de apoio adicional ao mesmo tempo em que cumpre a sua carga horária. É uma estratégia eficaz para integrar o ensino semipresencial e oferecer suporte personalizado aos alunos em progressão parcial.

09

INDIVIDUALIZAÇÃO

A recuperação de objetivos e conteúdos será feita conforme a especificidade de cada disciplina, que deverá constar no PIP - Plano de Intervenção Pedagógica(dados de identificação, objetivos, metodologia, cronograma de trabalho do(a) professor(a) e avaliação).

10

FLEXIBILIDADE

A Progressão Parcial não se vincula aos dias letivos, à carga horária semestral e/ou anual e, a frequência mínima de 75%(setenta e cinco por cento) e sim ao PIP - Plano de Intervenção Pedagógica, podendo ser concluída em qualquer momento, tão logo o(a) aluno(a) demonstre superação das defasagens de aprendizagem evidenciadas mediante avaliação do(a) professor(a) responsável.

EXEMPLOS

Poderá estar em Progressão Parcial nas disciplinas A1 e A2, mas não poderá ficar em A1, A2 e A3 simultaneamente.

Podemos exemplificar no caso do ensino seriado nos cursos técnicos de nível médio na forma integrada em que não há pré-requisitos, o(a) aluno(a) pode cursar quando em Progressão Parcial as disciplinas A2 , A3 e B4 concomitantemente e avançar.

SUGESTÃO DE CUSTOMIZAÇÃO DO AVA PARA PROGRESSÃO PARCIAL



APRESENTAMOS UMA SUGESTÃO DE CUSTOMIZAÇÃO NO FORMATO DE 5 ABAS:

- Orientações e Informações Gerais;
- Sondagem;
- Primeira Etapa: Conteúdos e Material Avaliativo;
- Segunda Etapa: Conteúdos e Material Avaliativo;
- Encerramento da disciplina.

ABA 1 - ESPAÇO DE ORIENTAÇÃO E INFORMAÇÕES

1 - TÓPICO INICIAL: Neste espaço, encontrará informações gerais sobre o Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), incluindo avisos e notícias importantes.

2 - FÓRUM DE INTEGRAÇÃO: Destinado a discussões e interações entre estudantes e participantes. Embora seja mais social, os participantes podem compartilhar dúvidas e anseios.

3 - VÍDEO DE APRESENTAÇÃO DA DISCIPLINA: Um vídeo de 3 a 5 minutos, onde o professor explicará o funcionamento da progressão parcial da disciplina, reforçando conteúdos, a importância da atenção e prazos.

4 - PLANO DE ENSINO DETALHADO: Descrição detalhada do plano de ensino da disciplina.

5 - CRONOGRAMA DA DISCIPLINA: Detalhamento das atividades ao longo das 10 semanas, incluindo a apresentação presencial, a aplicação de sondagens e as etapas da recuperação paralela. *LEMBRE-SE QUE A PRIMEIRA E SEGUNDA SEMANAS SÃO DESTINADAS A APRESENTAÇÃO DA DISCIPLINA E A SONDAAGEM. LOGO VOCÊ TERÁ OITO SEMANAS PARA DESENVOLVER OS CONTEÚDOS.*

6 - APRESENTAÇÃO DO PROFESSOR: Breve espaço para o professor se apresentar e abordar a metodologia da progressão parcial.

7 - LINK PARA ENCONTROS SÍNCRONOS DE ATENDIMENTO: Disponibilização de links para encontros síncronos de atendimento dos alunos.



ABA 2 - SONDAGEM

1 - SONDAGENS: Espaço crucial para avaliar conhecimentos prévios dos alunos e identificar dificuldades, permitindo adaptações no ensino.

2 - SONDAGEM DE NOTAS E DESEMPENHO: Link para formulário no Google Docs para os alunos avaliarem seu próprio desempenho. Neste espaço disponibilizaremos uma planilha do Google forms que permitirá através da customização do Excel que se construam gráficos sobre as respostas e desempenho dos alunos associada aos resultados individuais das provas de sondagem estes gráficos permitirão que o professor faça a avaliação individual dos alunos e defina seus planos de estudo.

3 - POSTAGEM DE ÁUDIO DOS ALUNOS: Espaço para os alunos compartilharem áudios sobre seu aprendizado, dificuldades e opiniões, durante o semestre anterior. Este é um espaço livre para o aluno digitar suas inquietações, criticar e falar o que pensa sobre a disciplina.

4 - MATERIAL DE REVISÃO: Disponibilização de materiais de revisão, como apostilas, capítulos de livros e sites.

5 - EXERCÍCIOS DE REVISÃO: Inclusão de exercícios de revisão com exemplos resolvidos e resultados.

6 - VÍDEOS E PODCASTS DE REVISÃO: Recomendação de vídeos e podcasts curtos para revisão dos tópicos mais difíceis.

7 - AVALIAÇÕES DA PRIMEIRA E SEGUNDA ETAPAS: Definição das avaliações e modalidades de realização, incluindo objetivas e subjetivas.

8 - PLANILHAS DE CORREÇÃO E RESULTADOS: Utilização de planilhas para correção das provas e análise dos resultados dos alunos.

9 - PUBLICAÇÃO INDIVIDUAL DE RESULTADOS E PLANOS DE ESTUDO: Espaço individualizado para publicação dos resultados das avaliações e planos de estudo personalizados.



AVALIAÇÕES UTILIZADAS PARA SONDAÇÃO DA PRIMEIRA E SEGUNDA ETAPAS

1 - DEFINIÇÃO DA AVALIAÇÃO: Cada professor definirá se o aluno fará a avaliação da primeira, segunda etapa ou ambas, dependendo da situação de aprendizagem do aluno.

2 - FORMATO DA AVALIAÇÃO: A avaliação pode ser realizada de forma presencial ou online, conforme a decisão do professor. Para a realização online, serão adotadas medidas restritivas para garantir a integridade do processo avaliativo.

3 - CARACTERÍSTICAS DA PROVA: A prova deve ser objetiva e equilibrada, contendo pelo menos 2 a 3 questões que abordem cada um dos conteúdos principais da etapa. É recomendado que as questões tenham sido previamente analisadas quanto à sua eficácia em avaliar o conhecimento dos alunos, utilizando estudos estatísticos e teoria de resposta ao item, como é feito em questões do Enem. Há disponibilidade de bancos de questões, tanto no MEC quanto em outros recursos digitais, que podem ser utilizados para compor a avaliação.

4 - CORREÇÃO E ANÁLISE DE RESULTADOS: As respostas dos alunos serão registradas em uma planilha, permitindo uma análise detalhada de sua proficiência em cada conteúdo. A planilha fornecerá gráficos e dados que indicarão onde o aluno é proficiente e onde precisa de melhorias, auxiliando na elaboração de planos de estudo individualizados.

5 - ANÁLISE QUALITATIVA: Além da análise quantitativa, é importante realizar uma análise qualitativa para identificar padrões de aprendizagem e possíveis causas de defasagem de conhecimento. Essa análise orientará a tomada de decisão sobre a necessidade de dispensa ou recuperação do aluno na disciplina.

6 - PUBLICAÇÃO DE RESULTADOS E PLANOS DE ESTUDO: Os resultados individuais serão disponibilizados aos alunos, juntamente com planos de estudo personalizados, visando o aprimoramento do aprendizado.



ABA 3 E 4 - CONTEÚDOS, MATERIAL DIDÁTICO E AVALIAÇÕES DA PRIMEIRA E SEGUNDA ETAPAS

1 - CONTEÚDOS E ORGANIZAÇÃO: Esta aba é dedicada aos conteúdos da primeira etapa e ao material avaliativo. Sua estrutura é simples e pode ser personalizada conforme as necessidades.

2 - ELEMENTOS A SEREM INCLUÍDOS: Recomenda-se começar com orientações gerais, um vídeo ou podcast introdutório e um fórum de dúvidas com tempo de resposta estabelecido (48 horas).

3 - ORGANIZAÇÃO POR UNIDADES: Os conteúdos devem ser organizados em unidades, não muito extensas nem curtas, considerando o período de 10 semanas para o desenvolvimento das atividades.

4 - MATERIAIS COMPLEMENTARES: Além dos vídeos e podcasts, inclua links para conteúdos complementares, resoluções de exercícios, material teórico, slides e laboratórios virtuais disponíveis, incluindo os do MEC.

5 - TRABALHOS AVALIATIVOS POR UNIDADE: Sugere-se a realização de um trabalho avaliativo para cada unidade. Isso permite calcular uma média ao final das unidades propostas, considerando a recuperação de unidades não atingidas.

6 - SIMULAÇÕES DE PRÁTICAS E PROVA FINAL: O aluno pode realizar simulações de práticas em relatórios simulados ou ser avaliado através de uma prova ao final da etapa, conforme a escolha do professor.

7 - SEGUNDA ETAPA: A quarta aba deve ser dedicada à segunda etapa, com conteúdos específicos dessa fase. Os materiais do PNLD e do MEC podem ser aproveitados nesse contexto.

ABA 5 - ENCERRAMENTO DA DISCIPLINA

1 - ENCERRAMENTO DA DISCIPLINA: Na quinta aba, destine um espaço para o encerramento da disciplina, onde você, professor, poderá conversar com os alunos sobre o aprendizado, a importância da recuperação e sua aplicabilidade no semestre regular.

2 - MENSAGEM FINAL E AVALIAÇÃO: Finalize a aba com uma mensagem para os alunos e a divulgação das notas. Espera-se que essa estrutura seja útil para todos os envolvidos no processo de aprendizagem.



RECUPERAÇÃO PARALELA

RECUPERAÇÃO PARALELA E SEU OBJETIVO PRINCIPAL

Os estudos de Recuperação Paralela constituem-se como parte integrante do processo de ensino e de aprendizagem, em busca da superação de dificuldades específicas encontradas pelo estudante durante o seu percurso escolar e deverão ser estruturadas de maneira a possibilitar a recuperação de nota e de conteúdos não assimilados de forma satisfatória.

1

PLANEJAMENTO

Indicar a metodologia para os estudos de recuperação paralela no Plano de Intervenção Pedagógica (PIP) do componente curricular e, em sala de aula, para os alunos.

2

MÉTODO

Realizar a recuperação paralela de forma semipresencial através de atividade a ser combinada e acertada com os alunos nos cursos fazendo uso do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) Institucional, objeto desta proposta.

3

ATENDIMENTO

Incentivar a procura pelos alunos dos horários de atendimento dos professores e das monitorias.

4

PRINCÍPIOS

Os estudos de Recuperação Paralela constituem parte integrante do processo de ensino e de aprendizagem e têm como princípio básico o respeito à diversidade de características e ritmos de aprendizagem de cada aluno.

5

CONTEÚDOS

Os estudos de Recuperação Paralela, são organizados com o objetivo de garantir o desenvolvimento mínimo que permita o prosseguimento de estudos, serão estruturados de maneira a possibilitar a revisão de objetivos e conteúdos não assimilados satisfatoriamente pelo aluno.

6

ENTENDIMENTO

Os docentes deverão oportunizar, ao longo do período letivo, por meio do Estudo de Recuperação Paralela, novas situações de ensino, de aprendizagem e de avaliação para que o aluno seja desafiado a construir e reconstruir conhecimentos e aprimorar as suas capacidades biopsicossociais.

7

APRENDIZAGEM

Os Estudos de Recuperação Paralela, terão a finalidade de sanar as dificuldades do estudante, buscando elevar o nível da aprendizagem e a respectiva nota, oportunizando ao aluno recuperar qualitativamente e quantitativamente os estudos em que não obteve êxito.

8

EXIGÊNCIA

O oferecimento e realização dos Estudos de Recuperação Paralela exige que o professor:

- Identifique as dificuldades no ensino e na aprendizagem, destacando as necessidades reais percebidas ao longo do período letivo;
- Proponha atividades adequadas para lidar com as dificuldades identificadas no processo de ensino e da aprendizagem;
- Desenvolva atividades significativas e diversificadas capazes de levar o aluno a superar as dificuldades encontradas durante as aulas;
- Avalie os avanços obtidos e redefina o trabalho, quando as dificuldades persistirem.

9

ETAPAS

Os Estudos de Recuperação Paralela seguirão as seguintes etapas:

- Identificação do(s) aluno(s) que não atingiram o desempenho satisfatório;
- Preenchimento do PIP individual, por agrupamento de alunos ou da turma, de acordo com cada situação detectada;
- Inclusão e atendimento dos estudantes na proposta pedagógica de Recuperação Paralela;
- Readequação das estratégias de ensino e de aprendizagem;
- Esclarecimento de dúvidas;
- Avaliação.

10

ACOMPANHAMENTO

Os Estudos de Recuperação Paralela serão planejados pelo(a) professor(a) de cada componente curricular, podendo receber sempre que solicitado a orientação do setor responsável pelo assessoramento e apoio pedagógico.

SUGESTÃO DE CUSTOMIZAÇÃO DO AVA PARA RECUPERAÇÃO PARALELA

APRESENTAÇÃO

Apresentamos esta sugestão de customização para criação do AVA Institucional para estudos de Recuperação Paralela. É importante que os professores que desejem aproveitar esse exemplo compreendam seus objetivos. Esse ambiente pode incluir diferentes mídias e instrumentos de aprendizagem para disponibilizar aos alunos.

Todos os alunos poderão utilizar esse espaço para reforço de aprendizagem e estudos adicionais. Aqueles que não alcançaram aprovação e demonstraram dificuldades na 1ª Etapa poderão utilizar o material disponibilizado para fazer exercícios, que serão pontuados. Também ocorrerá o mesmo com a 2ª Etapa, que será desenvolvida em paralelo às aulas regulares.

A sugestão é que o espaço de ensino e aprendizagem esteja disponível aos alunos a partir da 2ª semana de aulas. Os alunos que necessitarem de recuperação de nota e realizarem os exercícios propostos terão 40% da nota da Recuperação Paralela já avaliada. Portanto, a nota das 1ª e 2ª Etapas será composta não apenas pela prova, que nesse caso valerá 60%, mas também pelos exercícios. Aqueles que não fizerem os exercícios terão a nota de recuperação calculada apenas através da prova de reavaliação com valor de 100%. Os alunos que obtiveram aprovação nas etapas avaliativas não poderão utilizar as ferramentas disponibilizadas aqui para efeito de substituição da nota alcançada.

OBSERVAÇÃO: Cada professor(a) tem autonomia para adequar as ferramentas, metodologias e critérios de avaliação aos seus objetivos e à especificidade da sua(s) disciplina(s).

AVISOS FÓRUM

Espaço para acesso periódico, aqui serão postados os avisos e informações necessárias ao uso e utilização deste espaço pedagógico.

PLANO DE ENSINO

Plano de Ensino da Disciplina para o período letivo.

CONTEÚDOS

Tendo como base o Plano de Ensino, o(a) professor(a) disponibilizará aos alunos os links de acesso aos conteúdos, exercícios e trabalhos de avaliação conforme previsto no cronograma de atividades da Recuperação Paralela, para as 1ª e 2ª etapas.

METODOLOGIA

Disponibilizar neste espaço ferramentas como vídeos curtos, podcasts, simuladores e laboratórios virtuais. Sugerimos que sejam usadas no mínimo duas destas ferramentas por conteúdo.

OBSERVAÇÃO: Sugerimos que o material teórico a ser disponibilizado, bem como as listas de exercícios e demais tarefas sejam postados em formato pdf.

PRAZOS

Definir o prazo final para postagem dos trabalhos avaliativos das duas etapas, anterior a aplicação da primeira prova de reavaliação.



INÍCIO DA RECUPERAÇÃO PARALELA

A partir da segunda semana letiva.

PRIMEIRA ETAPA

Da 3ª a 11ª semana.

BOAS VINDAS!

Aqui o(a) professor(a) faz a sua apresentação. Define o novo espaço de RP(Recuperação Paralela) para que os alunos usem e aproveitem, como uma oportunidade para melhorar sua aprendizagem no conteúdo da disciplina.

VÍDEO

O (A) professor(a) pode utilizar aqui um vídeo com as explicações da dinâmica de funcionamento deste espaço pedagógico.

SEMANAS 3 E 4

CONTEÚDOS:

- 1.Material sobre os conteúdos.
- 2.Lista de Exercícios nº1.
- 3.Postagem das soluções da lista de exercícios nº1.

SEMANAS 5 E 6

CONTEÚDOS:

- 1.Material sobre os conteúdos.
- 2.Lista de Exercícios nº2.
- 3.Postagem das soluções da lista de exercícios nº2.



SEMANA 7

TRABALHO DE AVALIAÇÃO Nº 1.

AVALIAÇÃO: Sugerimos um trabalho de avaliação individual , que deverá ser postado pelo aluno, por meio de link disponibilizado pelo professor.

OBSERVAÇÕES:

1. Definir o prazo em que a avaliação estará disponível no AVA Institucional.
2. Aos alunos reprovados na 1ª Etapa, a realização deste trabalho comporá a nota da reavaliação.
3. Aos aprovados na 1ª Etapa consistirá em até x,x(xxxx) ponto extra na média final da etapa.

SEMANA 8, 9 E 10

CONTEÚDOS:

- 1.Sugerimos uso de alguma ferramenta EaD.
- 2.Material teórico sobre os conteúdos.
- 3.Lista de exercícios nº 3.
- 4.Postagem das soluções da lista de exercícios nº3.

SEMANA 11

TRABALHO DE AVALIAÇÃO Nº2.

AVALIAÇÃO: Sugerimos um trabalho de avaliação individual , que deverá ser postado pelo aluno, por meio de link disponibilizado pelo professor.

OBSERVAÇÕES:

1. Definir o prazo em que a avaliação estará disponível no AVA Institucional.
2. Aos alunos reprovados na 1ª Etapa, a realização deste trabalho comporá a nota da reavaliação.
3. Aos aprovados na 1ª Etapa consistirá em até x,x(xxxx) ponto extra na média final da etapa.



SEGUNDA ETAPA

Da 12ª a 20ª semana

SEMANAS 12 E 13

CONTEÚDOS:

- 1.Sugerimos uso de alguma ferramenta EaD.
- 2.Material teórico sobre os conteúdos.
- 3.Lista de exercícios nº4.
- 4.Postagem das soluções da lista de exercícios nº4.

SEMANAS 14 E 15

CONTEÚDOS:

- 1.Sugerimos uso de alguma ferramenta EaD.
- 2.Material teórico sobre os conteúdos.
- 3.Lista de exercícios nº5.
- 4.Postagem das soluções da lista de exercícios nº5.

SEMANAS 16 E 17

CONTEÚDOS:

1. Material teórico, exemplo de prática sobre os conteúdos.
- 2.Lista de exercícios nº6, que comporão o trabalho avaliativo.
- 3.Postagem das soluções da lista de exercícios nº6.
4. Exemplo de prática, a ser utilizado para conclusão do trabalho avaliativo.

TRABALHO DE AVALIAÇÃO Nº 3

AVALIAÇÃO: Sugerimos um trabalho individual para a avaliação prática, a partir da leitura de texto base, da resolução dos exercícios e do desenvolvimento da atividade prática proposta, que deverá ser postada pelo aluno no prazo previsto, por meio de link disponibilizado, com posterior apresentação dos resultados e defesa da proposta na data marcada pelo professor.

OBSERVAÇÕES:

- 1.Aos alunos reprovados na 2ª Etapa, a realização deste trabalho comporá a nota da reavaliação.
- 2.Aos aprovados na 2ª Etapa consistirá em até x,x(xxxx) ponto extra na média final da etapa.

SEMANAS 18

TRABALHO DE AVALIAÇÃO Nº 4.

AVALIAÇÃO: Sugerimos um trabalho individual que deverá ser postado pelo aluno, por meio de link disponibilizado pelo professor.

OBSERVAÇÕES:

1. Definir o prazo em que a avaliação estará disponível no AVA Institucional.
2. Aos alunos reprovados na 2ª Etapa, a realização deste trabalho comporá a nota da reavaliação.
3. Aos aprovados na 2ª Etapa consistirá em até x,x(xxxx) ponto extra na média final da etapa.

TRABALHO AVALIATIVO ON LINE: Definir a reabertura e prazo de disponibilidade do instrumento de avaliação, alertando para que os alunos não percam o prazo extra.

SEMANAS 19 e 20

REAVALIAÇÕES DA 1ª e 2ª ETAPAS

AVALIAÇÃO: Sugerimos que seja individual e presencial.

OBSERVAÇÕES:

1. Em sala de aula realizar a revisão e aplicação das reavaliações das 1ª e 2ª etapas.
2. Preenchimento pelos alunos do(s) instrumento(s) de avaliações da 1ª e 2ª etapas.

AGRADECIMENTOS E MENSAGEM FINAL.

MODELOS DE DOCUMENTOS



PIP – PLANO DE INTERVENÇÃO PEDAGÓGICA	
INSTITUTO FEDERAL SUL-RIO-GRANDENSE – CÂMPUS PELOTAS	
CURSO:	
TURMA:	Nº DE ALUNOS:
PROFESSOR:	
DISCIPLINA:	PERÍODO LETIVO:

PIP – PLANO DE INTERVENÇÃO PEDAGÓGICA				
TURMA				
ETAPAS E OBJETIVOS NÃO ALCANÇADOS	CONTEÚDOS	ESTRATÉGIA METODOLÓGICA	ATIVIDADES PROPOSTAS	AVALIAÇÃO

PIP – PLANO DE INTERVENÇÃO PEDAGÓGICA					
AGRUPAMENTOS DE ALUNOS					
ALUNOS	ETAPAS E OBJETIVOS NÃO ALCANÇADOS	CONTEÚDOS	ESTRATÉGIA METODOLÓGICA	ATIVIDADES PROPOSTAS	AVALIAÇÃO

PIP – PLANO DE INTERVENÇÃO PEDAGÓGICA					
INDIVIDUAL					
ALUNOS	ETAPAS E OBJETIVOS NÃO ALCANÇADOS	CONTEÚDOS	ESTRATÉGIA METODOLÓGICA	ATIVIDADES PROPOSTAS	AVALIAÇÃO

PIP – PLANO DE INTERVENÇÃO PEDAGÓGICA	
CRONOGRAMA	
SEMANA E DATA	
SEMANA E DATA	

REFERÊNCIAS

OBSERVAÇÕES

MODELOS DE DOCUMENTOS



INSTITUTO FEDERAL

Sul-rio-grandense

Câmpus

Pelotas

REGISTRO E ENCAMINHAMENTO DE OBJETIVOS E CONTEÚDOS PARA PROGRESSÃO PARCIAL

INSTITUTO FEDERAL SUL-RIO-GRANDENSE – IFSUL- CÂMPUS PELOTAS

CURSO: _____ PERÍODO LETIVO: _____

ALUNO(A): _____ TURMA: _____

PROFESSOR(A): _____

DISCIPLINA: _____

ETAPA AVALIATIVA	OBJETIVO(S) NÃO VENCIDO(S)	CONTEÚDO(S) NÃO VENCIDO(S)
------------------	----------------------------	----------------------------

ETAPA AVALIATIVA	OBJETIVO(S) NÃO VENCIDO(S)	CONTEÚDO(S) NÃO VENCIDO(S)

REGISTRO E ENCAMINHAMENTO DE OBJETIVOS E CONTEÚDOS PARA PROGRESSÃO PARCIAL

OBSERVAÇÕES:



COMUNICAÇÃO

Prezados pais ou responsáveis,

Informamos que o(a) aluno(a) **[Nome do Aluno(a)]** deverá comparecer às atividades de Recuperação Paralela da disciplina **[Nome da Disciplina]**, ministrada pelo(a) professor(a) **[Nome do Professor(a)]**, conforme o cronograma disponível no SUAP.

Ressaltamos a importância e a necessidade da participação do(a) aluno(a) neste processo de recuperação, que tem como objetivo aprimorar o entendimento dos conteúdos e melhorar o desempenho acadêmico. A Recuperação Paralela é uma forma de recuperação, conduzida pelos professores, com o propósito de superar dificuldades específicas dos alunos, por meio de metodologias e atividades direcionadas.

Contamos com o apoio e a colaboração de todos para o sucesso desta etapa fundamental no desenvolvimento educacional do(a) aluno(a).

Atenciosamente,

[Assinatura do Professor]

Pelotas, ____ de _____ de _____

CONCLUSÃO

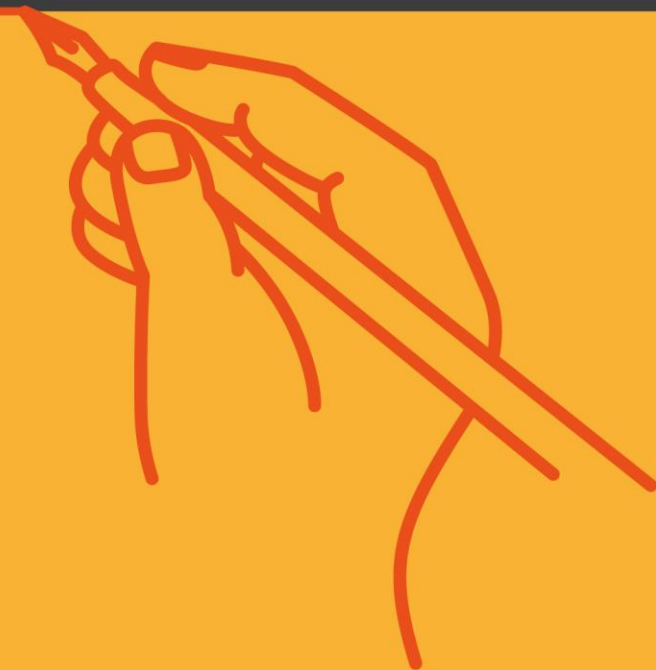
Este Guia de Referência foi elaborado com o intuito de oferecer aos educadores um regramento e conjunto de ferramentas eficazes para o acompanhamento e apoio aos estudantes em seus processos de Progressão Parcial e Recuperação Paralela.

Acreditamos que, ao adotar as estratégias aqui apresentadas, os professores estarão mais aptos a identificar as necessidades individuais dos alunos, proporcionando-lhes uma aprendizagem significativa e contínua.

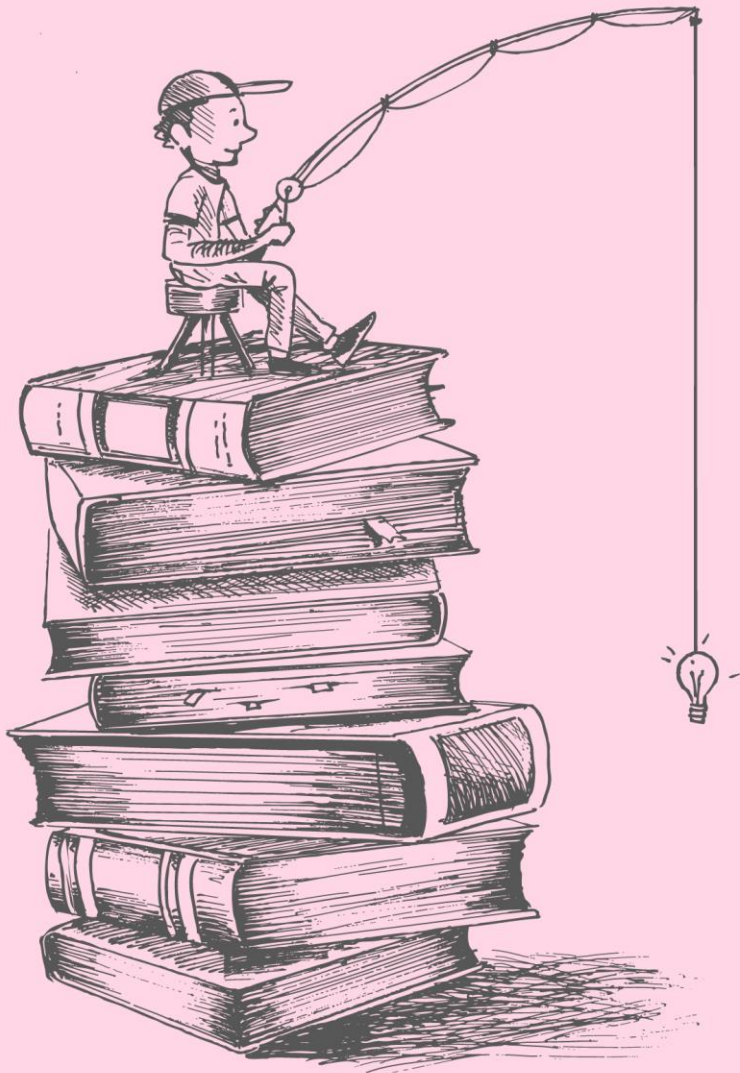
A educação é um caminho de descobertas e superações, e cada aluno(a) possui um ritmo único de aprendizado. Portanto, encorajamos os professores a se adaptarem às diversas realidades, a serem flexíveis e criativos em suas abordagens pedagógicas e a manterem o foco no desenvolvimento integral dos alunos.

Que este guia sirva como um farol, iluminando as práticas educativas e contribuindo para a construção de um futuro promissor para todos os envolvidos no processo educacional, com o escopo de minimizar os índices de evasão e reprovação no IFSul e em outras instituições de ensino.

Juntos, somos capazes de superar desafios e alcançar a excelência no ensino e na aprendizagem.



REFERENCIAL TEÓRICO



ANTUNES, Marcelo Moreira. Técnica Delphi: metodologia para pesquisas em educação no Brasil. Revista de Educação PUC-Campinas, Campinas, v. 19, n. 1, p. 63-71, jan./abr. 2014. Disponível em: <https://periodicos.puc-campinas.edu.br/reeducacao/article/view/2616> . Acesso em: 06 jul. 2023.

BEHAR, Patrícia Alejandra. Modelos Pedagógicos em Educação a Distância. UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL-UFRGS. Disponível em: <http://www.nuted.ufrgs.br/oa/arquads/apoio/modelospedagogicos.pdf>. Acesso em: 14 set. 2023.

BEHAR, Patricia Alejandra. Artigo: O Ensino Remoto Emergencial e a Educação a Distância. JORNAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL-UFRGS. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/coronavirus/base/artigo-o-ensino-remoto-emergencial-e-a-educacao-a-distancia/>. Acesso em: 14 set. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação – MEC/SETEC. Parecer CNE/CEB nº 12/1997 de 8 de outubro de 1997. Disponível em: [http:// Parecer CNE/CEB nº 12/1997, aprovado em 8 de outubro de 1997](http://Parecer CNE/CEB nº 12/1997, aprovado em 8 de outubro de 1997). Acesso em:18 abr.2023.

BRASIL. Ministério da Educação – MEC/SETEC. Parecer CNE/CEB nº 22/2000 de 8 de agosto de 2000. Disponível em: [http:// Parecer CNE/CEB nº 22/2000, aprovado em 8 de agosto de 2000 \(mec.gov.br\)](http:// Parecer CNE/CEB nº 22/2000, aprovado em 8 de agosto de 2000 (mec.gov.br)). Acesso em: 18 abr.2023

BRASIL. Ministério da Educação – MEC/SETEC.Parecer CNE/CEB nº 24/2003 de 02 de junho de 2003. Disponível em: [http:// Parecer CNE/CEB nº 24/2003, aprovado em 02 de junho de 2003 \(mec.gov.br\)](http:// Parecer CNE/CEB nº 24/2003, aprovado em 02 de junho de 2003 (mec.gov.br)). Acesso em: 18 abr.2023.

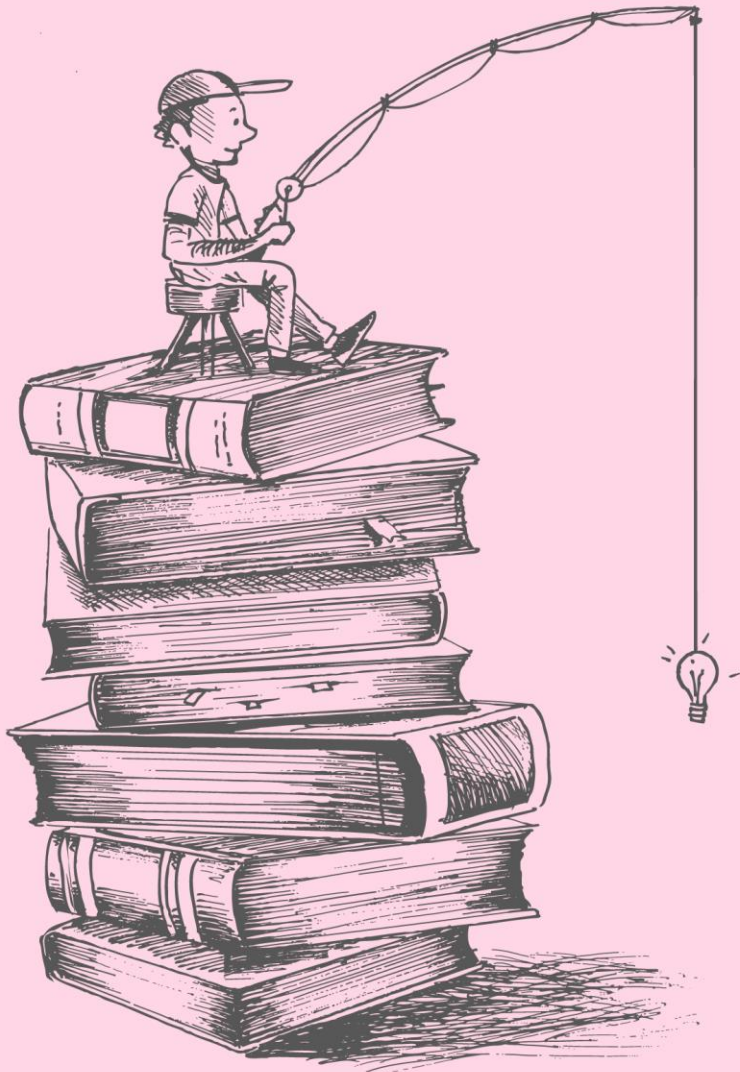
BRASIL. Ministério da Educação – Secretaria de Educação Média e Tecnológica – SEMTEC. Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Brasília: MEC/SEMTEC, 2000.
BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: [http://Constituição \(planalto.gov.br\)](http://Constituição (planalto.gov.br)). Acesso em: 6 mar.2023

BRASIL. Decreto nº 6.094 de 24 de abril de 2007. Disponível em: [http://Decreto nº 6094 \(planalto.gov.br\)](http://Decreto nº 6094 (planalto.gov.br)). Acesso em: 18 abr. 2023.

BRASIL. Decreto-Lei nº 4.244 de 9 de abril de 1942. Disponível em: [http://DEL 4244 \(planalto.gov.br\)](http://DEL 4244 (planalto.gov.br)). Acesso em: 18 abr. 2023.

BRASIL. Lei nº 11.738, de 16 de julho de 2008. Regulamenta a alínea “e” do inciso III do caput do art. 6o do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica. Disponível em: planalto.gov.br. Acesso em: 23 mar 2024.

REFERENCIAL TEÓRICO



BRASIL. Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: [http://L5692 \(plãalto.gov.br\)](http://L5692(plãalto.gov.br)). Acesso em: 18 abr. 2023.

BRASIL. Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: [http://CONSELHOS ESTADUAIS DE EDUCAÇÃO E OUTROS \(mec.gov.br\)](http://CONSELHOS ESTADUAIS DE EDUCAÇÃO E OUTROS (mec.gov.br)). Acesso em: 18 abr 2023.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução nº 2, de 28 de abril de 2008. Estabelece as diretrizes e bases para a educação básica. Diário Oficial República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 29 abr. 2008. Disponível em: www.mec.gov.br. Acesso em: 23 abr 2024.

BUSS, C.S,et.al. Percepções sobre o produto educacional em mestrado profissional na área de ensino. Ens.Tecnol.R., Londrina, v.5,n.1,p.1-13,jan/jun.2021. Disponível em: <https://periodicos.utfpr.edu.br/etr/article/view/13931> Acesso em:14 set. 2023.

COLLARES, Alvacyr F. Itinerário para o Encontro. Pelotas: Editora Pelotense,1978.

ESTEBAN, M. P. S. Pesquisa qualitativa em educação. Porto Alegre: Artmed, 2010.

Instituto Federal Sul-rio-grandense. Organização Didática Aprovada pela Resolução 90/2012. Disponível em: [http://Organização Didática \(ifsul.edu.br\)](http://Organização Didática (ifsul.edu.br)). Acesso em: 18 abr. 2024.

Instituto Federal Sul-rio-grandense. Plano Estratégico Institucional de Permanência e Êxito dos Estudantes do IFSul. Disponível em: [http://Plano para a permanência e êxito de estudantes é pauta de reunião \(ifsul.edu.br\)](http://Plano para a permanência e êxito de estudantes é pauta de reunião (ifsul.edu.br)). Acesso em: 18 abr. 2024.

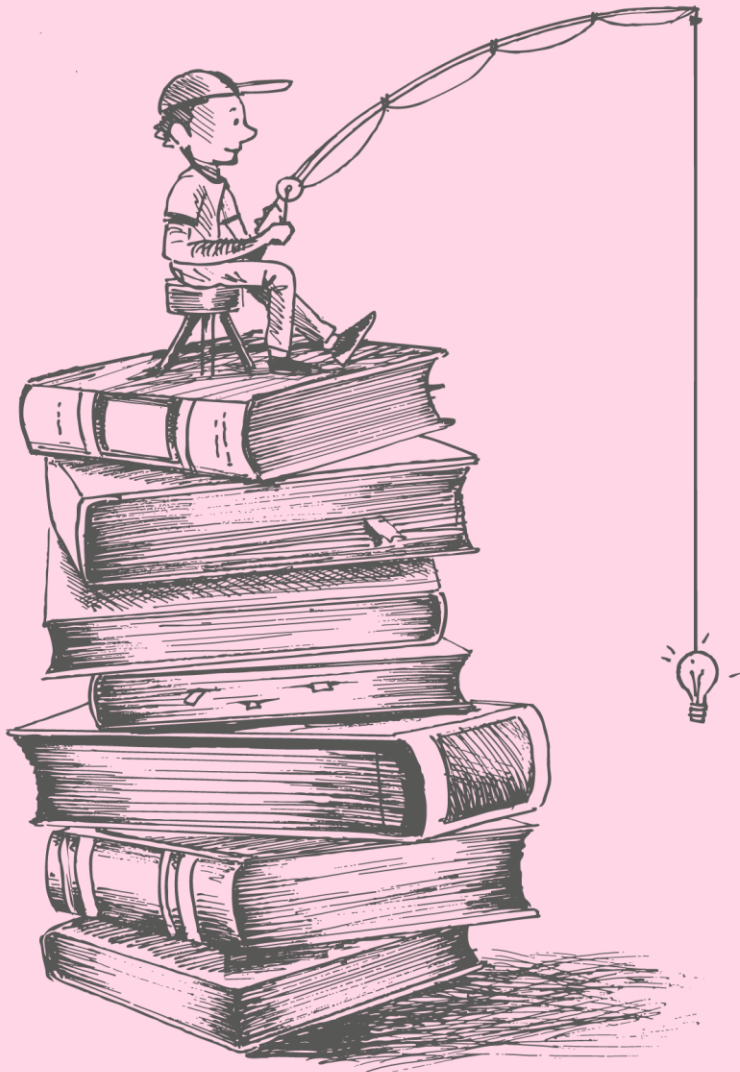
IFBA. Regulamento dos Estudos de Recuperação Paralela. 16 de novembro de 2017. Disponível em: ifba.edu.br. Acesso em: 18 abr 2024.

INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO. Portaria Nº 32, Homologa o Regulamento de Recuperação Paralela do Campus Serra. Disponível em: www.ifes.edu.br. Acesso em: 23 abr 2024.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO DE JANEIRO. Resolução CONSUP nº 13, de 13 de maio de 2018. Regulamento da Educação Profissional Técnica de Nível Médio e do Ensino Médio. Acesso em: 23 abr 2024.

LARROSA, Jorge. Tremores: escritos sobre experiência. Tradução de: Cristina Antunes, João Wander-

REFERENCIAL TEÓRICO



Iey Geraldi. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014.

LEFÈVRE, Fernando; LEFÈVRE, Ana Maria. O discurso do sujeito coletivo: uma nova abordagem metodológica em pesquisa qualitativa. Caxias do Sul: EducS, 2005 a.

MATURANA, Humberto A ontologia da realidade. Tradução de: Cristina Magro; Miriam Graciano e Nelson Vaz. Belo Horizonte. Editora UFMG,1997

MATURANA, Humberto R; DÁVILA, Ximena Paz. Educação a partir da matriz biológica da existência humana. Revista Prelac, n.2, Chile, 2006

MATURANA, Humberto. Emoções e linguagem na educação e na política. Tradução de: José Fernando Campos Fortes. Belo Horizontê: UFMG, 2009.

MARQUES, Joana Brás Varanda; FREITAS, Denise de. Artigo Método Delphi: caracterização e potencialidades na pesquisa em Educação. Proposições, v. 29, n. 2, p. 87, Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1980-6248-2015-0140>. Acesso em: 06 jul 2023.

MARTINS, G. A. Estudo de caso: uma estratégia de pesquisa. 2 ed. São Paulo: Atlas,2008.
MENDES, Maria Teresa Rosa. Progressão parcial no ensino público: novas estratégias. Centro Universitário Unicarioca Mestrado Profissional em Novas Tecnologias Digitais na Educação. NUCAP, Rio de Janeiro, 2021.

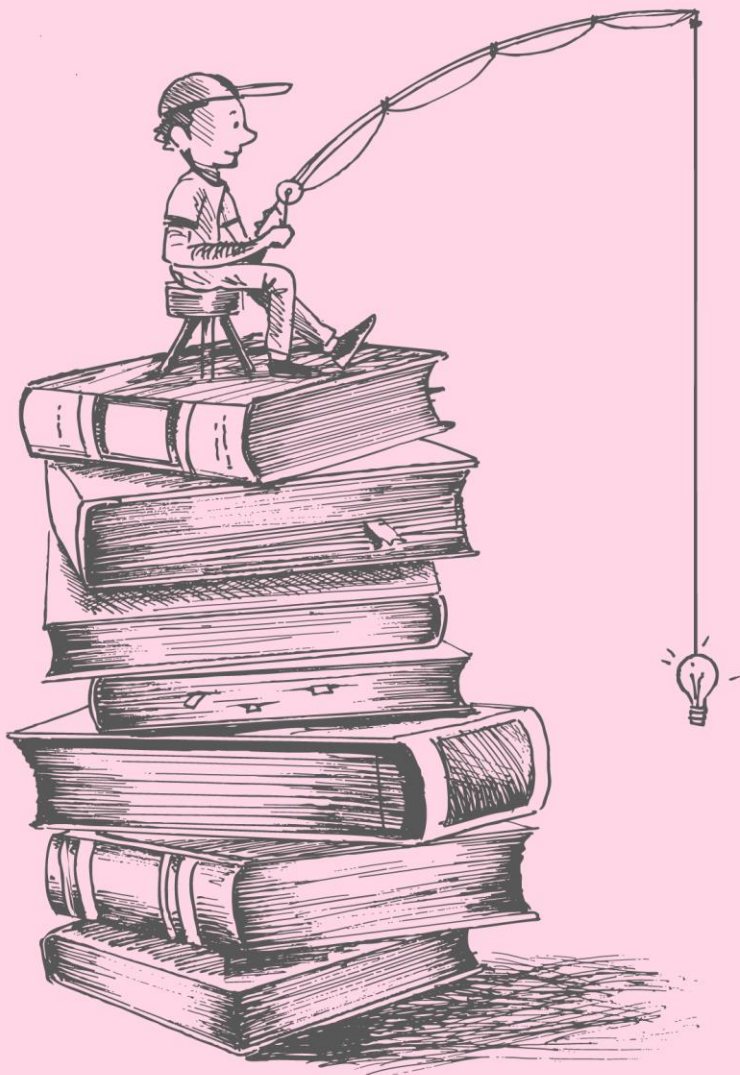
MINAYO, M. C. S. & SANCHES, O. Quantitativo-Qualitativo: Oposição ou Complementaridade. Cad. Saúde Públ., Rio de Janeiro, 9 (3): 239-262, jul/set, 1993.
MIZUKAMI, Maria da Graça Nicoletti. Aprendizagem da docência: algumas contribuições de L. S. Shulman. Revista Educação, Santa Maria, v. 29, n°2, p.33-49, 2004. Disponível em: <http://www.ufsm.br/ce/revista>. Acesso em: 20 mar 2023.

NASCIMENTO, Cinara O., SAINZ, Ricardo L. Aprendizagem em Ambientes Virtuais: tecendo reflexões sobre espaço relacional-emocional. Revista Thema, v.14, n°.4, p. 149- 158, 2017.

NASCIMENTO, Cinara Ourique do. O Engendramento coletivo da educação profissional e tecnológica a distância: histórias que contam as experiências dos polos de apoio presencial. 105 f. Tese (Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências, Química da Vida e Saúde) Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, 2015.

Parecer CEB nº 1/97: BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de

REFERENCIAL TEÓRICO



Educação Básica. Parecer CEB nº 1/97. Dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental. Brasília, DF, 1997.

Parecer CEB nº 5/97: BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Parecer CEB nº 5/97. Dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos. Brasília, DF, 1997.

Parecer CEB nº 12/97: BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Parecer CEB nº 12/97. Dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Brasília, DF, 1997.

Parecer CNE/CEB nº 18/2012: BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Parecer CNE/CEB nº 18/2012. Reexame do Parecer CNE/CEB nº 9/2012, que trata da implantação da Lei nº 11.738/2008, que institui o piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da Educação Básica. Aprovado em 2 de outubro de 2012. Disponível em: mec.gov.br. Acesso em: 23 mar 2024.

SOUSA, RP., MIOTA, FMCS., and CARVALHO, ABG., orgs. Tecnologias digitais na educação [online]. Campina Grande: EDUEPB, 2011. 276 p. ISBN 978-85-7879-124-7. Available from SciELO Books.

RUDIO, F. V. Introdução ao projeto de pesquisa científica. 36 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

TEIXEIRA, A. H. Tessituras sobre de um ambiente virtual de aprendizagem na progressão parcial com dependência em química. 2013, 157fs. Dissertação Mestrado Profissional em Ensino de Ciências - Universidade Nacional de Brasília - UNB, Brasília, 2013.

Tribunal de Contas da União. Acórdão nº 506/2013. Disponível em: <http://acordao.tcu.gov.br/acordao/506/2013> - 506/13: Jurisprudência::Acórdão 506/2013 (Federal:Legislativo:Tribunal de Contas da União:Plenário - Brasil); Disponível em: <http://lexml.gov.br>. Acesso em: 18 abr. 2023.

YIN, R. K. Estudo de caso: planejamento e métodos. Porto Alegre: Bookman, 2010



JOÃO FRANCISCO DE CASTRO COLLARES

- Bacharel em Psicologia pela UCPEL
- Licenciado em Psicologia pela UCPEL
- Pedagogo com habilitações em Administração Escolar, Orientação Educacional e Supervisão Escolar pela UCPEL
- Especialista em Administração Escola pela UCPEL
- Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Ciências e Tecnologias na Educação do IFSul-Câmpus Pelotas-Visconde da Graça.

Docente e Assessor Pedagógico no Câmpus Pelotas do Instituto Federal Sul-rio-grandense desde 1981.

CONTATO: castrocollares@gmail.com



FERNANDO AUGUSTO TREPTOW BROD

Doutor em Educação em Ciências pela Universidade Federal do Rio Grande - FURG, Mestre em Educação em Ciências (FURG), Especialista em Planejamento e Administração em Informática pela Universidade Católica de Pelotas - UCPEL, Especialista em Educação a Distância com habilitação em Tecnologias Educacionais pelo Instituto Federal do Paraná - IFPR, Graduado em Tecnologia em Processamento de Dados (UCPEL) com Aperfeiçoamento em Formação Pedagógica de Docentes pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense - IFSul. Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico no IFSul, lotado no Câmpus Visconde da Graça - CAVG. Professor e pesquisador na educação profissional a distância. Líder do Grupo de Pesquisa em Tecnologias na Educação. Desenvolve e orienta projetos de pesquisa em aprendizagem ativa e inovação escolar, com ênfase no Ensino Híbrido e nas Metodologias Ativas apoiadas por tecnologias digitais.

CONTATO: fernandobrod@ifsul.edu.br



NELSON LUIZ REYES MARQUES

Possui Licenciatura em Ciências pela Fundação Universidade Federal do Rio Grande (FURG), Licenciatura em Ciências Habilitação em Física pela Universidade Católica de Pelotas (UCPEL), Mestrado em Ensino de Física pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e Doutorado em Ensino de Ciências e Matemática na Universidade Franciscana (UFN). É Professor Titular do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense (Câmpus Pelotas - Visconde da Graça).

CONTATO: nelsonmarques@ifsul.edu.br